

Reuniu o Comité Central

Orçamento do Estado

acentua
política
de direita

PCP vota contra!

Reunido na passada segunda-feira, o Comité Central do PCP, que analisou a situação política nacional e internacional e as tarefas do Partido no momento actual, decidiu que o Orçamento do Estado para 2002, apresentado à Assembleia da República pelo Governo do PS, terá o inequívoco e fundamentado voto de rejeição do PCP.

Págs. 15 a 18

7 de Novembro Dia Nacional de luta



Jornada organizada
pela CGTP contra
a contenção
salarial, por

melhores salários, melhor
emprego, segurança social
com futuro e justiça fiscal.

Pág. 11



Comício encerrou campanha
«por salários mais justos»

Mais de 185 mil protestos

Um vibrante comício encerrou no sábado, em Almada, a campanha que o PCP levou a cabo. Na reunião do CC, dois dias depois, contavam-se já mais de 185 mil assinaturas, outros tantos protestos contra a política do Governo, «por salários mais justos e mais qualidade de vida»

Págs. 5 a 8

A pretexto do terrorismo

EUA cerceiam liberdades

A nova lei antiterrorista aprovada nos Estados Unidos concede ao governo poderes até agora impensáveis no país que tanto afirma prezar as liberdades e os direitos individuais.

Pág. 23

Segurança Social

Governo cede ao patronato

É preocupante o rumo que está a tomar a regulamentação da Lei de Bases de Segurança Social. Avolumam-se os sinais de que o Governo está a ceder aos interesses financeiros e ao patronato.

Pág. 13

Conferência CDU no Porto

Visão e propostas

Os candidatos da CDU, reunidos no domingo para discentir a visão e as propostas da CDU para o distrito do Porto, avançaram medidas de coordenação entre as diversas autarquias.

Pág. 19

Medidas do Governo aceleram o abandono da agricultura e fuga para as grandes cidades

Todos perdem

Na região de Viana do Castelo fazem-se sentir de forma clara os efeitos da Política Agrícola Comum que «privilegia» as culturas dos países do Norte em desfavor das culturas dos países mediterrâneos e os grandes produtores em detrimento dos pequenos.

A Comissão junto da Direcção da Organização Regional de Viana do Castelo do PCP para o Trabalho Camponês lembra que ao nível dos rendimentos dos agricultores, durante a década de 90, apesar do Produto Agrícola Bruto Nacional ter subido 20 por cento, traduzindo-se num ganho de produtividade de 10,5 por cento, esse ganho acabou por ser «comido» em cerca de metade pela redução dos preços ao produtor e pela diminuição do nível de subsídios. Por seu lado, os agricultores muito pequenos, tendo embora um ganho de produtividade da ordem dos 7 por cento, perderam 25 por

cento com a descida dos preços.

Esta situação, alerta o PCP, acaba inevitavelmente por levar ao abandono da agricultura e à procura de alternativas nas grandes cidades, com todos os problemas que daí resultam em termos de ordenamento de território, exclusão social e aumento dos fenómenos de marginalidade.

O PCP vê, pois, com «redobrada preocupação» algumas medidas legislativas do Governo, nomeadamente as recentes medidas relativas ao vinho que, para além do efeito demolidor que terão para os produtores e para a economia da região, apenas vão

servir para acelerar o abandono da agricultura.

De facto, dizem os comunistas, a redução da taxa de alcoolémia no sangue para 0,2 - substancialmente inferior à dos restantes países europeus que a situam entre os 0,5 e os 0,8 g/l - não obedeceu a qualquer estudo rigoroso que a fundamente. Daí que o Organismo para o Trabalho Camponês junto da DORVIC do PCP se tivesse solidarizado com a manifestação que os vitivinicultores realizaram na sexta-feira passada em Lisboa, congratulando-se com a participação dos agricultores do Alto Minho - que saudou - nessa manifestação de desagrado.

Estaco encerrou

Obedecendo à lógica do capital e do lucro, o processo do Estaco terminou, no passado dia 24, de «forma dramática», ou seja, «roubando» aos trabalhadores os seus postos de trabalho.

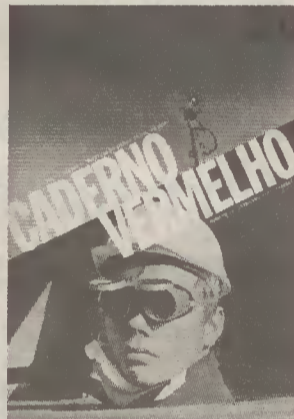
Quem o diz é o Gabinete de Imprensa da Direcção da Organização Regional de Coimbra do PCP que, solidário com os trabalhadores, retirou do processo três ilações que «determinaram» a solução final. A primeira tem que ver com o «carácter desumano do capital» que começa por explorar durante 20, 30 ou 40

anos a força de trabalho de centenas de trabalhadores e mais tarde, pensando encerrar a empresa, acaba por entregá-la a outro dono que só a aceita se os trabalhadores «esquecerem e prescindirem» dos direitos e regalias de que usufruíam.

Outra das conclusões refere-se à subserviência do Governo ao poder económico ao longo de todo o processo, pois, apesar de alertado pelas estruturas sindicais e pelo Grupo Parlamentar do PCP para a situação da empresa, cedo se desinteressou do problema. A

última, consideram os comunistas ter sido a evidente «falta de vontade política» e de solidariedade do PS de Coimbra e do presidente da autarquia que, apesar dos sucessivos protestos dos trabalhadores à porta da Câmara, preferiram não se envolver na resolução do problema.

Aliás, o PCP foi a única força política que sempre denunciou a situação da empresa e se colocou ao lado dos trabalhadores na exigência de soluções que tornassem a empresa viável e defendessem os postos de trabalho.



«Caderno Vermelho» nas bancas!

O número 10 do «Caderno Vermelho», revista do Sector Intelectual de Lisboa da ORL do PCP, já está à venda nas bancas.

Abordando temas políticos e culturais de grande actualidade e interesse, neste número é dada especial atenção às comemorações do centenário do nascimento de Bento de Jesus Caraça, grande figura de intelectual e militante comunista, e dos 130 anos da Comuna de Paris, que uma bela separata ilustra com imagens da época.

A revista abre com um artigo de Manuel Gusmão, intitulado «De noite todos os gatos são pardos?», através do qual se desmonta a ideia «activamente ampliada nos media, por políticos, analistas e outros fazedores de opinião e, assim, promovida à condição de vox populi», de que partidos e políticos «são todos iguais».

«Actualidade do Antifascismo», duas entrevistas, uma a Michel Löwi outra a Luís Fernando Verfssimo, as greves gerais pós-25 de Abril, ou «Civilização e Cultura - Que Política dos Signos» são alguns dos interessantes artigos e temas que dão corpo a este número de «Caderno Vermelho», onde a polémica entre autores também não falta.

Açores

Professores descontentes

José Decq Mota, deputado do PCP/Açores na Assembleia Legislativa Regional, chamou a atenção, na semana passada, para o descontentamento que reina entre os professores da região.

Para o deputado, se é importante uma Escola segura, cujos serviços funcionem com regularidade e eficácia, não é menos importante a existência de professores «com saber e competência»,

dotados «de conhecimentos pedagógicos» e, sobretudo, que se sintam «motivados», não sendo «concebível» «uma escola eficaz com professores descontentes».

Em concreto, o Sindicato dos Professores da Região acusa o secretário Regional da Educação e Cultura de «não respeitar» a autonomia da gestão das escolas, preferindo «um dirigismo autoritário sem precedentes».

Importa, pois, segundo José Decq Mota, apurar a verdade sobre as acusações e queixas dos professores que, entretanto, deram um «sinal inequívoco de boa-fé», ao desconvocar uma greve, na sequência de notícias que indicavam certa abertura por parte do secretário Regional. Este deve, pois, abandonar qualquer atitude «hostil» e tentar encontrar «o caminho do consenso e do diálogo».

borava na luta dos trabalhadores rurais do Alentejo como nos corpos gerentes da Academia Almadaense. Nunca esmoreceu, mantendo inabaláveis as suas convicções de militante comunista, norteadas pelos valores da amizade, da solidariedade e do respeito pelo próximo. Exemplo de homem e de cidadão, nem a doença que o atingiu o impediu de lutar até ao fim por uma sociedade mais livre e mais justa.

Rafael José Marques

Faleceu, com 73 anos, o camarada Rafael José Marques. Estava ligado ao Partido desde 1946, tendo sido preso pela GNR, em 1947, no Alvito, sua terra natal. Estava organizado da Comissão Local de Vale Figueira.

★

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Menos e pior emprego

A tendência inverteu-se, o desemprego está a crescer, a precariedade alastra, as mulheres são as mais atingidas e é maior o número de jovens licenciados que estão sem trabalho.

A CGTP-IN mostrou-se preocupada com a situação do mercado de trabalho, comentando os números do Instituto Nacional de Estatística e, mais recentes, do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

«A juntar à forte precariedade do emprego, que atinge um quinto dos trabalhadores portugueses, assistimos agora ao crescimento do desemprego», afirma a central, numa nota do seu departamento de Informação, em que se recorda que os dados do INE relativos ao segundo trimestre do corrente ano mostraram um aumento da taxa de desemprego. Há cerca de duas semanas, o IIEFP veio confirmar que em Setembro se verificou uma subida do desemprego registado. «Não está ainda em causa a magnitude do aumento», que foi apenas de 0,2 por cento, «mas sim a inversão da tendência verificada nos últimos anos», ressalva-se no documento.

Fica por responder a interrogação se «terá sido por isso que o Governo se apressou a comentar os dados para a comunicação social, antes de os dar a conhecer de forma detalhada aos parceiros sociais, que até têm assento no Conselho de Administração do IIEFP».

Para a central, as justificações oficiais «não convencem». O Governo, através do secretário de Estado do Trabalho e Formação, considerou que o aumento do desemprego seria um fenómeno «localizado e conjuntural», relacionado com as profissões ligadas ao ensino (que, para terem acesso ao subsídio de desemprego, se têm que inscrever nos centros de emprego) e por estarmos na época de abertura do ano lectivo.

«Não foi apenas devido às profissões ligadas ao ensino que o desemprego aumentou», contrapõe a CGTP, notando que «fica por explicar 30 por cento do crescimento do desemprego» e que «entre as profissões em que ocorreram aumentos encontram-se empregados de escritório, serviços de protecção e segurança ou trabalho não qualificado nas minas, construção civil e indústria transformadora, que não têm nenhuma relação com o ensino». A Inter chama ainda a atenção para o facto de se tratar de «evoluções homólogas», que mostram que «em Setembro de 2001 inscreveram-se mais 4737 desempregados em profissões ligadas ao ensino do que em igual mês do ano anterior», o que «nem o acesso ao subsídio de desemprego o justifica, uma vez que este já existe desde Abril do ano passado».

Uma subida do desemprego, para a central, era previsível, «pois desde o início do ano as variações homólogas eram sistematicamente mais reduzidas».

Quase metade a termo

A CGTP destaca, na análise dos números oficiais, que os contratos a termo são responsáveis por mais de 40 por cento do novo desemprego. «O motivo principal de inscrição dos desempregados à procura de novo emprego é o fim de trabalho não permanente (42 por cento), tendo havido um agravamento da situação em relação a Agosto passado, mês em que o termo de trabalho não permanente explicava 32 por cento do desemprego registado entre os que já tinham tido emprego», salienta-se na nota.

Por outro lado, «a situação das mulheres no mercado de emprego agravou-se, chegando no mês de Setembro a 61,4 por cento do desemprego registado».

Merecem ainda destaque os 26 706 desempregados licenciados, mais 18,3 por cento do que se verificava em igual mês de 2000; o seu peso no total passou de 7,1 para 8,4 por cento no último ano.

Quanto ao anúncio, feito pelo Governo, de que passa a ser dada prioridade a licenciados e bacharéis no acesso aos programas de aprendizagem e formação de formadores e de que vão ser criados mais mil estágios, a CGTP diz que não está «obviamente, contra a utilização de medidas que ajudem a minorar a situação destes desempregados», mas «não entende que só agora sejam tomadas». «Isto é o resultado de não se terem resolvido os problemas ligados aos professores e de, como sistematicamente vimos chamando a atenção, não se fazer o diagnóstico das necessidades de emprego, orientando a formação e a educação para as profissões correspondentes», acusa a Intersindical, concluindo que as medidas avulsas, «apressadamente anunciadas pelo secretário de Estado, visam claramente reduzir de forma administrativa o aumento do desemprego e não correspondem à resolução dos problemas reais do emprego no nosso país».

▼ CAMARADAS FALECIDOS

José António Marques Gonçalves

Faleceu, no passado dia 25 de Outubro, com 65 anos, o camarada José António Marques Gonçalves (Zé Gonçalves), natural do Barreiro e residente em Almada onde se fixou muito novo e iniciou a sua formação cívica, desportiva e política. A par de uma grande actividade desportiva, desenvolvia também intensa actividade política, integrando-se com toda a grandeza do seu carácter e capacidade de luta no combate ao fascismo. Em 1969, contribuiu para a organização da CDE no concelho de Almada, em 1973 fez parte da Comissão nacional do Congresso Democrático de Aveiro e foi candidato do MDP às eleições legislativas, pelo círculo de Setúbal. Após o 25 de Abril, dedicou todas as suas energias a todas as lutas onde o movimento popular se manifestasse. Foi Regedor da Freguesia de Almada, candidato à Assembleia Constituinte, presidente da Comissão Municipal de Toponímia e, acima de tudo, comunista simples que tanto cola-

Greve

As lojas da Marks & Spencer, no Colombo e na Guerra Junqueiro, em Lisboa, e os armazéns, estiveram encerrados sábado, devido a uma greve para reivindicar o direito de opção dos trabalhadores, caso os estabelecimentos sejam vendidos. Manuel Feliciano, do CESP/CGTP, salientou à Lusa que, «face à lei portuguesa, a compra das lojas Marks & Spencer significa, na prática, um trespasse, pelo que os trabalhadores podem acompanhar a empresa». O grupo está em Portugal desde 1992 e encerrou cinco lojas em 1999, depois de ter cancelado o contrato de *franchising* no seguimento da estratégia da empresa, que quer reforçar a sua posição na Grã-Bretanha e encerrar todas as restantes lojas europeias. Em Abril deste ano foram reabertas as duas unidades de venda, em Lisboa, mas a multinacional pretende fechá-las em finais de Dezembro, sem que haja qualquer decisão sobre o destino de cerca de 114 trabalhadores. Para hoje à tarde está marcada nova reunião de trabalhadores, no Colombo - espaço onde pela primeira vez tem lugar uma luta desta envergadura.

Barlavento

O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses alerta em nota de imprensa à comunicação social que o «Conselho da Administração do Hospital do Barlavento Algarvio actua de má-fé para com o SEP e os enfermeiros. «Alterar o estatuto jurídico dos hospitais é uma opção que, comprovadamente, não garante a melhoria da acessibilidade dos utentes aos cuidados de saúde. Esta opção do Governo, não pode e não vai significar a retirada de direitos consagrados aos enfermeiros», lê-se no comunicado. Em causa está o decreto de lei N.º 76/2001, de 27 de Fevereiro, que regulamenta o hospital como empresa pública. O mesmo regulamento, no artigo 46.º prevê que no prazo de três meses a contar da data da sua nomeação o Conselho de Administração deverá dar início aos procedimentos de negociação colectiva. No Hospital do Barlavento Algarvio, por não ter sido cumprido este procedimento, o SEP avançou com uma queixa no Ministério do Trabalho.

Peregrinos

Os quatro bombeiros de Setúbal que recentemente foram aposentados compulsivamente pela Câmara Municipal iniciaram segunda-feira uma peregrinação a Fátima, a pé, durante cinco dias. Esta foi a forma que os profissionais dos Sapadores sadinos e activistas sindicais encontraram para denunciar a perseguição desencadeada pelo executivo municipal, após terem denunciado um conjunto de problemas existentes na corporação, nomeadamente a falta de condições de trabalho e de assistência à população e a existência de irregularidades na acção do comandante.

CGTP reclama melhores salários e emprego Luta a 7 de Novembro

Para responder às pressões do patronato e do Governo, as estruturas da CGTP-IN levam a cabo, na próxima quarta-feira, greves, concentrações e manifestações, em todo o País.

«O que é justo nunca é de mais», salienta-se no folheto distribuído a nível nacional, no âmbito da preparação da

jornada. Apelando a um grande esforço de esclarecimento e mobilização em torno das propostas reivindicativas da

CGTP, para responder à contenção salarial, que o patronato e o Governo querem impor, a Intersindical sublinha que as exigências sindicais «levam em linha de conta, não só a vontade e os contributos dos

trabalhadores portugueses, como também a realidade económico-financeira do País».

Estão convocadas manifestações para Lisboa e Porto, às 15 horas

Entre outros fundamentos, são referidas as perdas salariais verificadas em 2001 (a inflação real ultrapassou as previsões utilizadas para os aumentos na Administração Pública, com impacto em muitos sectores e empresas) e a «urgência de sermos europeus também nos salários».

Em contrapartida, são apontados significativos exemplos daquilo que «há de mais em Portugal»: o contraste entre a vida opulenta e a ostentação de «um número restrito de «tubarões» e as «dificuldades e até miséria para grandes massas de portugueses»; a «subordinação do poder político aos grandes grupos económico-financeiros»; a «impunidade e fuga às obrigações dos patrões para com o Estado e os trabalhadores»; a «precariedade laboral e falta de uma estratégia coerente de formação e qualificação dos trabalhadores»; a «destruição do sector empresarial do Estado e dos serviços públicos, com prejuízo dos utentes e dos mais desfavorecidos».

Uma concentração nacional de reformados e aposentados teve lugar na Praça da Figueira, em Lisboa, na passada quinta-feira, à tarde (na foto). De manhã, decorreu o 3.º Encontro Distrital da Inter-Reformados de Lisboa. A necessidade de valorizar as pensões e dignificar os reformados foi salientada também no dia seguinte, em Braga, na 3.ª Conferência Distrital da Inter-Reformados, que terminou com um desfile até ao Governo Civil



Motivos justos

«Não há crise nem recessão», responde a CGTP, contrariando o que é defendido por «alguns, com destaque para o Governador do Banco de Portugal». A central salienta que «o nosso país continua a registar crescimento económico» e «há condições para aumentar a justiça social e satisfazer as reivindicações» dos trabalhadores e do movimento sindical unitário. Como motivos justos para a luta de dia 7, a CGTP aponta:

- aumentos salariais acima de 6 por cento,
- 73 contos (364,12 euros) de salário mínimo nacional,

- 35 horas semanais e 25 dias úteis de férias,
- melhoria das pensões e prestações da Segurança Social,
- redução dos impostos sobre o trabalho e continuação da Reforma Fiscal,
- um sistema de saúde centrado nos cidadãos,
- respeito pelos direitos dos trabalhadores e igualdade de tratamento nos locais de trabalho,
- valorização e qualificação dos trabalhadores,
- uma escola de sucesso,
- reparação mais justa dos acidentes e doenças profissionais.

Direitos por cumprir

Muitas empresas, de quase todos os sectores de actividade, continuam a desrespeitar os direitos de maternidade e paternidade, denunciou a CGTP na semana passada, durante uma campanha pública que teve como elemento central a distribuição de milhares de exemplares de um folheto em que se protesta contra as ilegalidades patronais. Ao mesmo tempo, são sintetizados os direitos legalmente reconhecidos às mães e aos pais.

A campanha, no âmbito da qual teve lugar, na baixa lisboeta, uma tribuna pública onde foram apresentados casos concretos de violação de direitos, foi dirigida às trabalhadoras e aos trabalhadores, particularmente os mais jovens, e procurou ainda sensibilizar a opinião pública.

Num grande número de empresas, referiu Graciete Cruz à Agência Lusa, há trabalhadoras cujos contratos não são renovados quando engravi-

dam ou que não podem gozar as duas horas para amamentação, tal como há trabalhadores que são impedidos de gozar os cinco dias de licença pelo nascimento de um filho ou a quem é descontado o subsídio de

refeição neste período. «Depois de um inquérito que fizemos no primeiro trimestre do ano, verificámos que os problemas de desrespeito pelos direitos de maternidade e paternidade se estão a agravar, a um nível pre-

ocupante na generalidade dos sectores», disse a responsável por esta área na Comissão Executiva da CGTP, frisando que «a campanha não vai acabar», porque «este é um dos direitos laborais mais violados».



Casos concretos foram denunciados na tribuna pública, que procurou dar visibilidade a uma campanha nacional para que os direitos reconhecidos legalmente sejam respeitados

Alerta

Na regulamentação da Lei de Bases da Segurança Social, o Governo apresentou uma proposta que representa uma clara cedência aos objectivos e pressões do patronato, nomeadamente no que diz respeito ao «plafonamento» e aos jovens. Para a CGTP, trata-se de uma via «de todo inaceitável», o que levou a central a fazer, na passada sexta-feira, um alerta à população. Nos principais terminais de transportes de Lisboa, vários membros da Comissão Executiva integraram brigadas que distribuíram um folheto em que são reafirmados caminhos para o reforço da sustentabilidade financeira da Segurança Social, garantindo a universalidade do sistema e a manutenção dos direitos dos trabalhadores.

Multados

O Banco Santander foi multado pela Inspeção-Geral do Trabalho em, pelo menos, 35 mil contos, por terem sido detectados funcionários seus a trabalhar ao fim-de-semana sem registo e sem pagamento das horas suplementares. O inspector-geral, Mota da Silva, disse à Lusa na semana passada que, em estabelecimentos centrais e agências locais do BSCH, na região de Lisboa e Vale do Tejo, foram detectadas situações de incumprimento da legislação em matéria de registo de trabalho suplementar em dias de descanso semanal. Foram também multados dois outros bancos do mesmo grupo, o Crédito Predial Português e o Totta & Açores.

Estaco

Depois de uma manifestação dos trabalhadores da Estaco, no dia 24, na baixa coimbrã, contra a falência decretada pelo tribunal, o governador civil do distrito reconheceu que o valor dos terrenos «inviabilizou sempre» as soluções avançadas para manter a cerâmica em laboração. Citado pela Lusa, Horácio Antunes lembrou que a CM de Coimbra garantiu que a área não será disponibilizada para qualquer projecto de urbanização, mas mesmo assim disse que o terreno «vale mais do que a fábrica».

Siderurgia

Concentraram-se dia 24 na Praça de Londres, em Lisboa, mais de 70 trabalhadores da Siderurgia Nacional Serviços, que foram lançados no desemprego, para exigir do Governo a pré-reforma aos 50 anos e a reintegração em novas empresas. No Ministério do Trabalho foi entregue um manifesto, com as principais reivindicações, e adiantando que será realizada nova concentração, no mesmo local, caso dentro de 15 dias não haja uma resposta. Os operários, actualmente a receber o fundo de desemprego e um subsídio da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, querem ficar em pé de igualdade com os 596 trabalhadores abrangidos pela reforma antecipada.

As Forças Armadas e a Segurança Interna

• João Amaral

Uma das consequências do 11 de Setembro é a pressão para dar às Forças Armadas missões de Segurança Interna. A pressão é tanto maior quanto há quem diga que as Forças Armadas não servem para nada, e que, assim sempre seriam úteis. Os que dizem que a tropa é inútil são os que nunca lhe perdoaram o 25 de Abril, e que andaram obcecados em «meter os militares nos quartéis». São os que, com baixos objectivos eleitoralistas, fizeram campanha contra o Serviço Militar Obrigatório. São os que reduziram as verbas das Forças Armadas para funcionamento e equipamentos. São os que deixaram degradar o estatuto profissional dos militares. Era bom que PS e PSD pusessem a mão na consciência quanto às desastrosas consequências que estas posições tiveram na eficiência e na imagem das Forças Armadas.

por ser estruturalmente antidemocrático. Efectivamente, a missão fulcral das Forças Armadas é a defesa militar da República, contra qualquer agressão ou ameaça externas. O que está em questão nesta missão é a garantia da independência e soberania nacionais. Por isso, as Forças Armadas e os militares que as compõem têm o estatuto que decorre da ideia de «Nação em armas». As Forças Armadas não entram na conflitualidade interna por representarem o todo nacional e por serem o instrumento coercivo, que se quer inquestionável, da vontade nacional de defender a Pátria. As armas dos nossos soldados não se viram contra os portugueses. O que sucederia, se as Forças Armadas passassem a exercer missões de segurança de instalações públicas e de equipamentos sensíveis, é que aqueles princípios seriam postos em crise.

Como actuariam as Forças Armadas? Ficariam sob o comando das autoridades de polícia? Teríamos então a policiação dos militares, desastrosa para a sua garantia de isenção interna. Ficariam os polícias subordinados às autoridades militares? Teríamos um estado de sítio não declarado. Duas cadeias de comando é o conflito potencial permanente, ainda por cima com as consequências a recaírem sobre os cidadãos. E se os militares se defrontassem com suspeitas? As medidas de polícia

implicam coacção sobre os cidadãos. Teríamos militares em conflito com portugueses? E se os militares se defrontassem com uma crise laboral? Entravam em choque com sindicalistas? As intervenções das Forças Armadas estão tipificadas, nos estados de guerra, de sítio e de emergência, que são cuidadosamente tratados na Constituição e na Lei. Fora disso, estamos no arbítrio perigoso. Três notas finais: quanto à defesa de quartéis, há conceitos na lei, como o de servidão militar e segurança próxima, que devem ser equacionados para responder à questão. Quanto à invocação de que as Forças Armadas colaboram em missões de protecção civil, ela não serve para o caso, já que aqui estamos a falar de missões de segurança interna e não de protecção civil. Finalmente, diz-se que falta um «estado de crise», entre o estado de sítio ou de guerra e a situação de paz. Argumenta-se que há situações que não obrigam a declarar limites de direitos, mas onde é útil um certo nível de alerta militar. É um problema que merecerá análise cuidada. Exigirá revisão constitucional. Mas a resposta não pode pôr em causa os princípios de isenção das Forças Armadas.



Os argumentos para dar missões de segurança interna às Forças Armadas resumem-se à ideia de que, perante a ameaça terrorista e a necessidade de garantir a protecção de certos equipamentos, e face a alegadas insuficiências das forças de segurança, o recurso às Forças Armadas torna-se necessário. Para enroupar o argumento, fala-se das próprias instalações militares, cuja segurança exterior teria de ser feita por polícias. Como há um óbvio impedimento constitucional a este desígnio, diz-se que a separação entre segurança interna e defesa nacional foi uma invenção do 25 de Abril, fundada alegadamente em traumas do período da ditadura, que já não se justificariam. Esta «argumentação» tem de ser rebatida, desde logo mostrando que o que visam os defensores destas teses é fazer entrar, no complexo conceptual que enforma esta matéria, um conceito antidemocrático, o de inimigo interno. É o que decorre do conceito de Segurança Nacional, aplicado em países como a Argentina, o Brasil e o Chile. A consequência foi o terrorismo de Estado executado pelas próprias Forças Armadas. Foi este conceito que foi afastado da Constituição, não por ser o vigente no fascismo (que criou o seu próprio aparelho repressivo), mas

Assembleia da República aprova ratificação ao Tratado de Nice

Em prejuízo de Portugal e dos portugueses

A Assembleia da República ratificou faz hoje oito dias o Tratado de Nice, com os votos favoráveis do PS, PSD e CDS/PP. Recusando alinhar neste «método palaciano» de aprovar tratados, o PCP votou contra (ao lado de os «Verdes» e BE) e exigiu a realização de um grande debate nacional.

Este foi um debate onde claramente se definiram dois campos separados pela interpretação quanto ao que representam as alterações introduzidas em Nice ao Tratado da União Europeia e se sobre as mesmas o povo português deve ou não ser chamado a pronunciar-se.

PS, PSD e CDS-PP afirmaram não ter dúvidas quanto à ratificação de Nice, com os dois primeiros a não acharem necessário que o Tratado seja sujeito a um referendo, como aconteceu na Irlanda. As decisões de Nice não prejudicam Portugal e conseguiram um equilíbrio de poder entre os vários Estados, reforçando a União Europeia e mantendo a identidade nacional de cada país, defendeu a bancada socialista, enquanto o PSD considerou o Tratado positivo por abrir caminho, segundo disse, ao

alargamento da União Europeia.

O Tratado de Nice serviu para dar mais poder a quem já detinha o poder essencial

Pontos de vista contrários defenderam as bancadas à esquerda no hemiciclo, com o PCP a bater-se por um grande debate nacional e a expressar a sua convicção de que a ratificação

das alterações ao Tratado da União Europeia aprovadas em Nice prejudicam Portugal e os portugueses.

Para Honório Novo, que falou em nome da bancada comunista, aquele Tratado não vai permitir qualquer aceleração ao processo de alargamento da União Europeia, nem vem criar «melhores condições institucionais» que facilitem os processos de decisão numa União alargada a 27 ou mais países.

Tais «argumentos», que o deputado comunista preferiu apelidar de «meros pretextos», destinam-se apenas a «ocultar a realidade». E esta, explicou, não tem nada a ver com as

loas que nos contam. Dois exemplos: por um lado, o processo decisório vai depender de um número ainda mais restrito de países mais ricos e populosos; por outro lado, o processo de tomada de decisão ficou mais complexo e mais difícil do que é hoje.

«A revisão do Tratado concluída em Nice não foi assim feita para facilitar a vida ou o acesso aos países candidatos», como observou Honório Novo, mas, pelo contrário, «para assegurar, antes de concretizado esse alargamento, a férrea manutenção da capacidade de influência decisória» nesse estrito e reservado clube de países mais ricos.

O parlamentar comunista considerou ainda que Nice não representou apenas o acrescentar de «mais poder a quem já detinha o poder essencial», remetendo Portugal e outros países pequenos e médios para a «subalternidade».

«Nice foi mais longe nas alterações fundacionais que alienam ou podem alienar a influência nacional e a natureza intergovernamental da integração europeia», denunciou Honório Novo, para quem existe o sério risco de países como Portugal virem a perder o direito a indicar um comissário.

Ponte de Entre os Rios

Incúria na base da tragédia

Tanto na ex-JAE como nos Institutos que a substituíram não existia planeamento adequado de inspecção, tal como não era efectuada uma correcta gestão de manutenção e de reparação das pontes existentes em Portugal. A esta conclusão chegou a Comissão de Inquérito Parlamentar destinada a apurar as causas e responsabilidades pelo trágico acidente que resultou do desabamento da ponte de Entre os Rios.

Uma, de entre várias outras conclusões, que deveria «fazer corar de vergonha» muitos responsáveis políticos e governamentais desde o final dos anos oitenta até à actualidade, segundo o deputado comunista Honório Novo.

O parlamentar do PCP falava na sessão plenária que apreciou, na semana transacta, o resultado final dos trabalhos da referida comissão parlamentar, que constatou terem todas aque-

las ineficiências sido já detectadas e vertidas em relatório de uma inspecção feita em 1994, cujas conclusões, remetidas em Março de 1996 para a tutela política, nunca chegaram a obter informação final aos serviços, sendo arquivadas em 1999.

O relatório não deixa ainda margem para equívocos ao concluir, como lembrou Honório Novo, que foram frustradas as expectativas das populações na exacta medida em que a construção da nova ponte e ligar as duas margens do Douro em Entre os Rios ou não foi prioridade política para o investimento público ou não teve a dotação de meios financeiros para a concretizar ao longo de cerca de doze anos.

Salientado no relatório é ainda o facto de a extracção de areias ser uma actividade insuficientemente fiscaliza-

da, em que a prorrogação das respectivas licenças era feita de forma automática, com vantagens financeiras para as entidades que emitiam os pareceres positivos (as câmaras municipais) e as que licenciavam (o Instituto de Navegabilidade do Douro e outros organismos públicos).

Para Honório Novo resulta claro, pois, que o relatório «define causas e atribui responsabilidades políticas» a diversos serviços de direcção da administração central e de serviços autónomos e, consequentemente, por maioria de razão, às respectivas tutelas políticas no decurso do período compreendido entre 1985/86 e o momento em que ocorreu a tragédia de Entre os Rios.

O relatório da comissão parlamentar, segundo a decisão do plenário, dará origem a um projecto de resolução a submeter ao sufrágio dos deputados.

Regulamentação da Lei de Bases da Segurança Social

Governo cede aos interesses financeiros

O PCP está seriamente preocupado com o rumo que está a tomar a regulamentação da Lei de Bases da Segurança Social. Avolumam-se os sinais que o Governo está a ceder aos interesses financeiros e ao patronato.

Para a bancada comunista, que levantou o assunto em declaração política proferida por Lino de Carvalho, a grande questão pode resumir-se num binómio: um sistema ao serviço de quem toda a vida trabalhou e descontou; ou um sistema ao serviço do mercado de capitais e dos interesses bolsistas.

É esta a opção com que o Governo está confrontado, enfatizou Lino de Carvalho, que desafiou o Executivo a

definir-se no que considera ser uma «matéria de regime e de definição do modelo de sociedade que queremos».

Governo quer desviar para os sistemas privados uma parte dos descontos dos trabalhadores.

Maria de Belém, na resposta, intervindo em nome do PS, afirmou não existirem razões para os receios dos comunistas no que respeita à regulamentação da Lei de Bases da Segurança Social, embora tenha admitido que «é preciso chamar a atenção» para questões como as que o PCP coloca.

Mas as suas palavras não foram suficientes para deixar tranquila a bancada comunista.

Recorde-se que a Lei de Bases da Solidariedade e da Segurança Social, aprovada à esquerda com os votos do PCP e do PS, preservou o essencial de um sistema de «cariz universalista e solidário», resistindo às pressões dos partidos de direita e de todos os interesses que apostavam na sua privatização.

Ora, tudo o indica, são exactamente esses mesmos interesses que estão de novo a levantar a cabeça. O que levou Lino de Carvalho a considerar como «essencial que a regulamentação da lei de bases não perverta os princípios e a metodologia que nela estão consagrados».



O sistema público de segurança social deve estar ao serviço de quem toda a vida trabalhou e descontou

Ratificação ao diploma sobre loteamentos

Requalificar o meio urbano

Melhorar a lei com vista a uma mais adequada qualificação dos meios urbanos. Este foi, em síntese, o propósito que levou o Grupo Parlamentar do PCP a requerer a apreciação parlamentar (ratificação) do decreto-lei sobre o regime jurídico da urbanização e edificação. Apresentado pela bancada comunista foi um conjunto de propostas que, na sequência do debate, sexta-feira passada, baixaram à comissão sem votação.

Esta é uma matéria reconhecidamente da maior importância cujo processo legislativo decorreu de modo muito conturbado. O deputado comunista Joaquim Matias, a esse propósito, falou mesmo em «autêntica odisséia», numa alusão à forma como o Governo conduziu o assunto, movido «sabe-se lá por que interesses». Criticado pelo deputado PCP foram não apenas os aspectos formais do processo — o recurso do Governo à autorização legislativa, quando esta é uma matéria da competência do Parlamento — como a sua recusa em aceitar os contributos da oposição, designadamente do PCP. Uma atitude de «completo autismo político»

do Executivo PS, que o levou também a ignorar as críticas do Provedor de Justiça e da ANMP. E o resultado, como é sabido, foi a suspensão do diploma logo após a sua entrada em vigor (D.L. 555/99), através de uma nova autorização legislativa que o Executivo anunciou vigorar só até final de 2000 mas que acabou por se prolongar por quase mais um ano.

Neste espaço de tempo, sobre esta mesma matéria, tomou o PCP a iniciativa de apresentar um projecto de lei. Viria a ser chumbado pelo PS, na sessão legislativa passada, não obstante, entre outros objectivos nele inscritos, visar a clarificação, simplificação e desburocratização das relações entre as câmaras municipais e os promotores particulares, no respeito integral pelos instrumentos de planeamento e gestão territorial, sem perder de vista a melhoria da qualidade da construção no País.

Ora, como sublinhou Joaquim Matias, o diploma do Governo agora sujeito a ratificação é «bem mais pobre em objectivos, menos clarificador no articulado e muito menos inovador na clarifica-

ção e desburocratização processual» do que o projecto da bancada comunista.

E por isso as propostas de alteração subscritas pelos deputados do PCP no sentido de melhorar a lei. Tudo em nome, como salientou Joaquim Matias, da «salvaguarda do que resta do nosso património e da garantia da defesa do meio ambiente e da qualidade de vida das nossas populações».

Como é o caso, por exemplo, da proposta que visa aumentar as possibilidades de delegação da câmara municipal ou do seu presidente nos vereadores e destes nos serviços para procedimentos administrativos. Ou da que estabelece a não isenção do parecer favorável da câmara para as obras a realizar por serviços públicos e por organismos do poder central, como forma de garantir a afirmação da autonomia do poder local e o respeito pelo princípio da subsidiariedade consagrado na Lei de Bases do Ordenamento do Território. Ou ainda da proposta que estabelece o alargamento do prazo de 30 para 40 dias para que as câmaras municipais profiram a decisão final nas operações de loteamento.



Urge garantir a defesa do meio ambiente e a qualidade de vida das populações

Mais, sublinhou, «que não entrem agora pela janela os interesses que não conseguiram entrar pela porta», numa alusão à proposta do ministro do Trabalho de introduzir um «plafonamento» para as contribuições para o sistema público a partir de 15 salários mínimos nacionais.

Uma medida que na perspectiva do PCP mais não é do que «uma nova e canhes-tro operação, combinada entre o Governo e os mercados financeiros» para desviar para os sistemas privados de fundos de pensões e seguradoras uma parte dos descontos das contribuições dos trabalhadores.

O deputado comunista sustentou que a mudança de política entre Ferro Rodrigues, ex-ministro do sector (que se distanciou do «pla-

fonamento»), e Paulo Pedroso se deve «às conversações e aos acordos bilaterais que, entretanto, o Governo promoveu com a Confederação da Indústria Portuguesa (CIP)», configurando o que classificou de «recuos inadmissíveis em relação ao que foi aprovado na Lei de Bases».

Por isso a determinação do PCP em não aceitar, como foi sublinhado, que se queira fazer da segurança social e dos muitos milhões de contos das contribuições dos trabalhadores um «instrumento da dinamização e da rentabilização do mercado de capitais e da especulação bolsista, pondo em causa a estabilidade e a segurança das pensões de reforma e o carácter universal e solidário do sistema público».

Lino de Carvalho insurgiu-se ainda contra a intenção de alguns «responsáveis governamentais» de que seja entregue a instituições financeiras privadas a gestão do Fundo de Estabilização e do Fundo de Reserva.

Por si defendida, reportando-se à nova fórmula de cálculo das pensões, foi também a necessidade de que esta tenha como referência a introdução de mais justiça no sistema, contribuindo para revalorizar as pensões, designadamente as mais degradadas.

«O objectivo da Lei é que ninguém seja prejudicado com a nova fórmula, que nenhum contribuinte dos que já estão no sistema receba com a nova fórmula menos do que recebia com a anterior», sustentou.

Alteração à taxa de alcoolémia

Muitas dúvidas por esclarecer

O PCP criticou o Governo no processo que levou à redução da taxa de alcoolémia permitida aos condutores para 0,2 gramas/litro, acusando-o de ter revelado «ignorância, irresponsabilidade e ligeira».

O assunto esteve em debate no Parlamento faz amanhã oito dias por iniciativa do CDS/PP que requereu a apreciação parlamentar do controverso diploma.

Foi patente a diversidade de posições a propósito da nova taxa, desde a sua rejeição pura e simples por parte do CDS/PP ao apoio do BE, com o tema a dividir mesmo os deputados socialistas.

O PCP e o PSD, por seu lado, na sequência das audiências da comissão parlamentar de agricultura, anunciaram aguardar por esclarecimentos complementares do Governo que justifiquem a descida dos 0,5 para os 0,2 gramas por litro, fazendo depender dessas explicações eventuais iniciativas para a revogação das novas normas.

O facto de o Governo ainda não ter fornecido fundamentação científica de que a taxa de 0,2 «é melhor do que a de 0,5» foi, aliás, um dos aspectos mais criticados pelo deputado comunista Agostinho Lopes, que não escondeu ter «sérias dúvidas» que esta decisão, «pela forma como foi tomada», possa contribuir para «combater a elevada e mortal sinistralidade nas estradas portuguesas».

E se o PCP é por «um forte combate» a esta tragédia, considerando que «não há interesses económicos que valham a vida humana», o que não aceita é que o Governo, como sublinhou Agostinho Lopes, por falta de «sustentação técnica, científica e médica», numa base interministerial e multidisciplinar, tenha criado um «imbróglio político» susceptível de fragilizar a eficácia e eficiência de uma norma legal destinada a combater a sinistralidade rodoviária.

Candidata da CDU em Odivelas confia na obra realizada e acusa o PS de transformar a Comissão Instaladora na sua comissão eleitoral

«Somos nós que temos projectos»

O que está feito fez a CDU, e só esta está em condições de responder aos anseios das populações. Quem o diz é Natália Santos, candidata da CDU em Odivelas, na festa de apresentação dos candidatos em que participou Carlos Carvalhas.

«Na CDU, lutámos e trabalhamos para a criação do concelho de Odivelas, para assim melhor respondermos às necessidades e anseios da população», afirmou a candidata, que lembrou que as «profundas transformações positivas que a gestão CDU promoveu» — como a melhoria da rede viária e nas acessibilidades e nas infra-estruturas e condições de vida criadas nos bairros de

É bom que as pessoas saibam a que força política se deve a obra feita

ção do nosso trabalho, de toda a propaganda utilizada para fazer crer que a obra é sua, o Partido Socialista não pode apagar a verdade.»

Para o futuro, comprometeu-se a trabalhar, juntamente com a equipa eleita, pela concentração de todos os serviços da autarquia num único edifício — para além de aí poderem também funcionar outros serviços públicos, como cartórios, finanças, conservatórias, esquadra e tribunal — «facilitando o acesso dos cidadãos a estes serviços» e contribuindo para a afirmação da cidade de Odivelas «como sede de concelho moderno e como nova centralidade na Área Metropolitana».

A requalificação urbana e ambiental, com um novo impulso dado ao trabalho de legalização dos bairros de génese ilegal e da promoção de melhores condições de vida nesses bairros, com a extensão da rede de transportes públicos e um forte investimento em zonas verdes, equipamentos, mobiliário e

limpeza urbana é uma das grandes causas da candidatura. A candidata lembrou que, embora o PS se esteja a aproveitar deste trabalho, «é bom que as pessoas saibam que se neste período foi possível deliberar a legalização de 61 bairros — 27 em Odivelas e 34 em Loures — para tal foi determinante o gigantesco trabalho realizado anteriormente».

A melhoria da rede de transporte e das acessibilidades e a erradicação das baracas são as outras grandes prioridades.

Como melhorar a vida das pessoas?

Carlos Carvalhas lembrou que a composição das listas da CDU no concelho — onde, na lista para a Câmara, participam em igual número homens e mulheres, independentes e comunistas — demonstra fidelidade aos princípios, por parte da CDU, que se pretende um espaço político abrangente e de participação em igualdade.

Um espaço abrangente cujo projecto político se resume na resposta a uma «simples mas profunda» interrogação: «Como tornar melhor a vida ao ser humano? É para isso que estamos aqui. Não para honrarias, não para nos servirmos dos cargos, mas

para trabalharmos com as populações para resolvermos os seus problemas.»

«Não vamos, e até nem temos meios para isso, encher Odivelas de grandes cartazes.» Mesmo que a CDU tivesse esses meios, Carva-



As manobras eleitoralistas do PS foram denunciadas por Natália Santos

lhas assegura que não o faria, pois é «uma ostentação que choca, quando se vê ainda tantos cidadãos, tantas famílias à margem de um nível de vida digno, do acesso à habitação, à cultura, aos tempos livres». A campanha da CDU será, afirmou o secretário-geral comunista, «digna e dirigida à inteligência e ao coração dos cidadãos, procurando mostrar-lhes que o voto certo e seguro é na CDU».

«Vale tudo para o PS»

O PS aproveitou o período em que assumiu a presidência da Comissão Instaladora do Município de Odivelas (CIMO) — presidida por Manuel Vargues, candidato socialista à presidência da Câmara Municipal — para, «ao arrepio dos mais elementares princípios éticos, confundir o trabalho partidário com o trabalho autárquico, na mira de assim retirar dividendos eleitorais». Quem o diz é Natália Santos, candidata da CDU à Câmara Municipal, que dá alguns exemplos, «como o que aconteceu na Pontinha, quando um passeio de idosos promovido pela autarquia, foi programado para acabar à mesma hora e no mesmo espaço em que era apresentado o candidato do PS à freguesia».

Noutra ocasião, «fez aparecer nas ruas e espaços públicos de Caneças um cartaz anunciando um espectáculo de um conhecido artista popular, omitindo que o espectáculo que o tal artista ia abrilhantar era a apresentação do cabeça de lista do PS».

Esta forma de actuação do PS dura desde o nascimento do concelho de Odivelas. «Sempre com o suporte do PSD, colocou os interesses pessoais e partidários à frente dos interesses da população e do concelho», continuou. Para a candidata da CDU, os socialistas privilegiam o *show-off* e a fachada, decidindo em função do maior ou menor interesse mediático das acções». Assim, preferiram, com o apoio do PSD, «esbanjar os dinheiros públicos em seminários atrás de seminários como forma de promover

as suas próprias candidaturas e em festas e festarolas, iniciativas de interesse duvidoso como a quase nula adesão da população em muitos casos testemunhou». Preferiram também gastar mais de 100 mil contos em «três efémeras iniciativas» — Volta a Portugal, circo e tourada. Estas iniciativas não serão prioritárias, «quando tanto há ainda para fazer, por exemplo no apoio social e às famílias, das crianças aos idosos, do pré-escolar aos centros de dia e ao apoio domiciliário», prosseguiu a candidata.

Quando o PS no Governo prejudicou o concelho, o mesmo PS, mas na CIMO, remeteu-se ao silêncio. Assim fez aquando da luta pela extensão do metropolitano até Odivelas, estação que serviria directamente 16 mil pessoas sem necessidade de transporte complementar. Isto faz com que «Odivelas venha a ser, provavelmente, a única cidade do mundo servida por este meio de transporte que não tem uma estação no centro». Assim fez também quando o Governo, «que não cumpriu a obrigação de apoiar o processo de instalação tal como, por lei, estava obrigado, veio, a três meses das eleições, com pompa e circunstância e sem qualquer noção do ridículo, assinar um protocolo que permitirá receber, não se sabe quando, 200 mil contos para uma instalação que já ascende a mais de 2 milhões».

Bragança RTP

é serviço público

Confrontada com um convite para se deslocar a Lisboa para a gravação de um debate conjunto com as restantes candidaturas à Câmara de Bragança, a CDU local declinou o convite e apelou às restantes forças políticas para que fizessem o mesmo. A estrutura local da coligação justifica a decisão pelo que considera ser uma «atitude centralista da televisão pública», que possui uma delegação regional na cidade de Bragança, com meios e profissionais capazes de assegurar a transmissão em directo de um debate político. Mesmo que

assim não fosse, caberia à RTP «deslocar os meios indispensáveis e não o contrário».

Para fazer face ao que considera ser uma «atitude arrogante, centralista e de manifesta falta de respeito para com as regiões periféricas», a CDU exige que o debate se faça na delegação regional da estação pública de televisão, pois desta forma «rentabilizam-se os meios humanos e técnicos da RTP aqui existentes e, sobretudo, potencia-se a participação e o envolvimento directo das populações do concelho, que é suposto a RTP servir».

Setúbal

Carlos de Sousa contra chantagem

O candidato da CDU à Câmara Municipal de Setúbal perguntou ao primeiro-ministro se o seu Governo irá discriminar o concelho caso o PS perca a presidência da autarquia. Carlos de Sousa formulou esta pergunta numa conferência de imprensa dada no dia 22, para responder às declarações de Mata Cáceres e Jorge Coelho, segundo os quais muitos dos projectos para a cidade poderão estar em risco caso o PS perca as próximas eleições. As declarações dos dois candidatos

socialistas, publicadas em jornais regionais, são, na opinião do candidato da CDU, uma «inacreditável e vergonhosa chantagem política e eleitoral sobre os setubalenses».

O candidato da CDU entende não poder deixar passar em claro a gravidade das afirmações produzidas pelo presidente da Câmara Municipal de Setúbal, Mata Cáceres, segundo as quais, «se nós, CDU, formos esco-



Carlos de Sousa

lhidos por livre e expressa vontade dos setubalenses para governar os destinos do concelho durante os próximos quatro anos, projectos como o Complexo Desportivo do Vale da Rosa, que nem sequer foi discutido com o movimento associativo, ou a anunciada recuperação da Bela Vista, bairro abandonado e desprezado há longos anos por esta gestão municipal, se podem perder, caso outro partido, que não o PS, ganhe a Câmara».

O facto das afirmações terem sido feitas ao lado de Jorge Coelho, que a comunicação social considera o «número dois» do PS, e também candidato à Assembleia Municipal, valeu do candidato comunista o envio de três perguntas ao primeiro-ministro António Guterres: se o Governo discriminará Setúbal em caso de uma vitória não socialista; se alinha com a estratégia de coacção protagonizada por Mata Cáceres e Jorge Coelho; e se há dois pesos e duas medidas para a relação com municípios socialistas e não socialistas.

Sintra

Solidariedade com utentes

Os eleitos e candidatos da CDU à Câmara Municipal de Sintra manifestaram a sua solidariedade com a Comissão de Utentes do IC19, «demarcando-se assim da insólita «ordem de remoção imediata» dos três painéis colocados ao longo do IC19, por aquela comissão», afirmou a estrutura local da CDU em nota de imprensa

de 23 de Outubro. Com esta atitude, afirma, a maioria PS na Câmara Municipal de Sintra provou a sua prepotência e falta de cultura democrática. «É precisamente esta forma de gerir os destinos da autarquia que a CDU de Sintra tem vindo a denunciar.»

Os candidatos e eleitos da CDU entendem que, uma vez

mais, a maioria PS «usou e abusou do seu mandato para, ao arrepio das mais básicas liberdades democráticas, silenciar «por despacho», a legítima indignação de todos quantos estão dispostos a, diariamente, percorrer o calvário, daquele que já é conhecido como o itinerário mais congestionado da Europa».



Reunião do Comité Central de 29 de Outubro de 2001

PCP votará contra o Orçamento do Estado do Governo do PS

Acentua-se a viragem à direita do Governo

1. O Comité Central do PCP sublinha que uma atenta consideração dos novos e complexos elementos projectados sobre a vida política nacional por força da situação internacional emergente após os atentados de 11 de Setembro não pode fazer esquecer que **uma ainda mais acentuada viragem à direita do Governo do PS, iniciada com a remodelação governamental de Junho, é um dos elementos mais marcantes da evolução política dos últimos meses.**

2. Numerosas orientações, opções e decisões governamentais atestam de forma incontroversa que, enfrentando um crescente descontentamento popular e submetido ao mesmo tempo a consideráveis pressões do grande capital, o PS e o seu Governo optaram consciente e deliberadamente, em aspectos e domínios essenciais, por satisfazer as exigências do grande patronato, aprofundar a política de direita e as alianças com os partidos de direita e agravar a sua ofensiva contra os direitos e interesses dos trabalhadores.

Neste âmbito, são de destacar designadamente:

– a aprovação de uma **revisão constitucional extraordinária**, na base dos votos favoráveis do PS, do PSD e do CDS-PP, inicialmente destinada a permitir a ratificação do Estatuto do Tribunal Penal Internacional, acabou por ir muito mais longe, dando lugar a um

grave retrocesso constitucional em matéria de direitos, liberdades e garantias, passando a permitir extradições mesmo que esteja em causa a prisão perpétua, estatuidando a admissibilidade de um mandato de detenção europeu, acabando com a inviolabilidade do domicílio durante a noite e consagrando a possibilidade da proibição do direito à greve por parte dos profissionais de todas as forças de segurança;

– a aprovação, graças à cumplicidade do CDS-PP, de uma **Lei de Programação Militar** que não tem em conta as reais necessidades e prioridades das Forças Armadas, as amarram a opções contrárias aos interesses nacionais e que, depois de tanta conversa sobre a contenção de despesa pública, aprisionam o país por mais de 30 anos em compromissos financeiros da ordem de muitas centenas de milhões de contos;

– a tentativa em curso, em sede de concertação social e no âmbito da regulamentação de Lei de Bases da **Segurança Social**, nomeadamente – para dando explicitamente satisfação a reivindicações da CIP – introduzir o plafonamento (criando o perigoso precedente do correspondente desvio de receitas públicas para o capital financeiro) e transferir para a gestão privada 20% dos valores do Fundo de Capitalização da Segurança Social;

– a clara acentuação na **política de saúde** de concepções e orientações privatizadoras em que avultam; a anuncia-

da entrega da construção e/ou gestão de unidades hospitalares ao sector privado, a par de outras soluções de carácter aparentemente público mas em que por um lado se abre a porta à entrada do capital privado e por outro se tenta impor a participação das autarquias no financiamento de alguns novos hospitais; a capitulação perante os poderosos interesses económicos da área do medicamento; o ataque aos direitos dos trabalhadores do sector em simultâneo com a tentativa da sua responsabilização perante a população pelas dificuldades existentes, mercê da política do Governo, no acesso aos cuidados de saúde;

– a preparação de uma nova e gravosa ofensiva à **legislação laboral** visando rever e alterar o contrato individual de trabalho e importantes direitos colectivos.

– os novos passos e medidas no caminho da completa liquidação do **sector público** em favor do grande capital nacional e estrangeiro e a intensificação do ataque aos Serviços Públicos e à maximização dos lucros à custa dos utentes, designadamente os objectivos do aumento dos preços da electricidade e a tolerância com o projecto da criação pelos bancos de uma taxa sobre os utilizadores do multibanco;

– a ratificação pela Assembleia da República, com os votos favoráveis do PS, do PSD e do CDS-PP, do **Tratado de Nice** que representa um novo passo na consagração da orientação federalista da integração europeia com graves consequências

para a soberania e os interesses nacionais e configurando a União Europeia como um bloco económico, político e militar dominado pelas grandes potências;

– a apresentação de uma proposta de **Orçamento de Estado** para 2002 que, para além de muitos outros aspectos gravosos, consubstancia e consagra inequivocamente a clamorosa cedência do Governo às pressões e interesses do grande capital no âmbito da recente reforma fiscal (designadamente recuando em toda a linha na tributação das mais-valias) e o seu propósito de concretizar uma vasta ofensiva conducente à redução dos salários reais da generalidade dos trabalhadores.

3. Rejeitando frontal e categoricamente as pressões e operações em curso para exilar do debate político as questões e problemas mais candentes da vida nacional e para substituir o natural confronto democrático de propostas e alternativas por um pretense «consenso» e «unidade» nacionais face à situação de crise internacional, o Comité Central do PCP reafirma o **claro compromisso do PCP de combater os eixos determinantes da política do Governo, de se empenhar na dinamização da luta em defesa dos direitos e aspirações populares e de continuar a trabalhar para a ruptura com a política de direita e para a política alternativa e a alternativa política de esquerda que o país precisa.**

Reunião do Comité Central de 29 de Outubro de 2001

II Questões da situação nacional

1. No quadro de um patente agravamento da situação social, os trabalhadores desenvolvem a acção e a luta por melhores salários, pelo emprego e contra os despedimentos, o encerramento de empresas e os salários em atraso, pela defesa da Segurança Social.

A combativa e prolongada luta dos trabalhadores vidreiros da Mortensen e da Mandata, na Marinha Grande, e em muitas outras empresas, as acções e greves dos trabalhadores da Administração Pública, dos motoristas profissionais e vários outros sectores, a Conferência Nacional da CGTP-IN sobre a acção reivindicativa, a Conferência da InterJovem, a campanha em torno do cumprimento dos direitos ligados à maternidade/paternidade as paralisações e as centenas de plenários nos locais de trabalho, constituem uma demonstração do largo descontentamento social tendente à convergência e que pode assumir grande expressão na jornada nacional de luta convocada pela CGTP-IN para 7 de Novembro próximo.

O Comité Central do PCP apela a todos os militantes do Partido e a todos os trabalhadores para que se empenhem na mobilização e participação nesta grande acção da CGTP-IN.

Num quadro de intensa actividade política e partidária que decorre, designadamente da preparação para a importante batalha das eleições autárquicas, o Partido, identificando-se com as aspirações e reivindicações populares e em correspondência com as decisões do CC para o reforço da intervenção e organização junto da classe operária e dos trabalhadores, lançou um abaixo-assinado visando a recolha de 100 mil assinaturas por salários mais justos e melhores condições de vida. No dia 29 de Outubro tal objectivo tinha sido largamente ultrapassado, face às 185.207 assinaturas até agora centralizadas, o que constitui o maior abaixo-assinado até hoje realizado em Portugal.

A aspiração a salários mais justos, traduzida na adesão a esta iniciativa do PCP, demonstra ser não só uma causa social mas uma questão política de grande actualidade, capaz de mobilizar vontades, despertar consciências e energias, elevar a luta contra a exploração capitalista e a política de direita e constituir factor dinâmico para o reforço político, social, eleitoral e orgânico do Partido.

O CC sublinha o facto de que para o êxito desta Campanha das 100 Mil Assinaturas ter sido decisivo o trabalho e o empenhamento das organizações do Partido, a inestimável contribuição militante de camaradas que integraram as brigadas de distribuição de propaganda e recolha de assinaturas, dirigentes, delegados sindicais e membros de Comissões de Trabalhadores, incluindo os que não sendo membros do Partido recolheram milhares de assinaturas nas empresas e locais de trabalho.

Esta valiosa iniciativa do PCP não substitui, antes potencia, o papel e o carácter determinante da luta dos trabalhadores na defesa e concretização dos seus direitos e reivindicações e no desenvolvimento da luta de massas.

A articulação desta iniciativa com o empenhamento permanente no reforço da intervenção e organização do Partido nas empresas e locais de trabalho e com a acção parlamentar, designadamente as recentes propostas sobre contratos a prazo, valorização das pensões por acidentes de trabalho e pagamento dos créditos em atraso aos trabalhado-

res das empresas em situação de falência, os contactos, as visitas e audiências com os trabalhadores e as suas organizações anima e potencia o desenvolvimento da luta de massas e cria, simultaneamente, melhores condições para ganhar os trabalhadores na opção de voto CDU para as Autárquicas.

2. As indiciadas cedências do Governo às forças de direita e do grande capital financeiro em matéria de **Segurança Social**, contrariando o conteúdo da Lei de Bases constitui um grave passo na escalada contra uma verdadeira política de protecção social pública.

O PCP não só se manifesta contra a introdução do plafonamento proposto pelo Governo, como exige a garantia de uma gestão pública cuidada e eficiente dos dinheiros da Segurança Social e que as novas fórmulas de cálculo das pensões salvaguardem os interesses dos trabalhadores e não impliquem pensões inferiores às que os trabalhadores recebiam com a aplicação do anterior método.

Os baixíssimos níveis de pensões de parte significativa dos reformados exigem imperativamente a melhoria dos níveis de pensões e reformas.

O Comité Central, considerando os perigos que pesam sobre a segurança social como grande conquista democrática, apela a que se desenvolva a luta pela defesa de um verdadeiro sistema de segurança social pública.

3. O Comité Central avaliou o **quadro económico** que o País atravessa. Redução da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), subida significativa da inflação, que deverá atingir os 4,4% no final do ano, retração do consumo privado e do investimento, sendo particularmente relevante que seja a indústria transformadora o sector com uma evolução do investimento mais desfavorável (com quebras nacionais de 8,9% em 2000, e a perspectiva de cerca de 17% em 2001).

O governo PS falhou todas as previsões anunciadas aquando do Orçamento do Estado para 2001. Esta situação é bem visível nas dificuldades da generalidade dos portugueses com perdas de poder de compra, e de muitas empresas (degradação económica e financeira, encerramentos, etc.).

No contexto de um avultado subemprego e desemprego oculto estatisticamente não contabilizado, o índice oficial de desemprego subiu, no fim do segundo trimestre (a que deve acrescentar-se os desempregados dos encerramentos das empresas verificadas durante o Verão), dando assim um sinal de possível inversão do sentido da evolução nos últimos anos.

O Governo PS procura atribuir todas as responsabilidades para a desaceitação económica internacional (comunitária e mundial), e fundamentalmente às consequências económicas decorrentes dos atentados de 11 de Setembro, a que acrescenta ainda os problemas climáticos e epizootias (BSE e febre aftosa) que pressionaram os preços de alguns produtos alimentares.

Sem negar a influência das condicionantes externas na presente conjuntura, o PCP sublinha o papel da extrema fragilidade e vulnerabilidade da economia portuguesa nos problemas económicos que o País enfrenta. Características bem patentes na manutenção, e mesmo agravamento, do próprio Governo reconhece, dos seus principais défices estruturais. Um défice da

balança comercial de bens e serviços de 12% do PIB – um «dos mais elevados do mundo e dos maiores da história económica portuguesa», no dizer do Conselho Económico e Social (CES) – sustentado por um elevado endividamento externo, a existência de elevados diferenciais de produtividade face aos outros países da União Europeia, elevadas carências tecnológicas e de qualificação de mão-de-obra, a continuação de uma elevada dependência energética do exterior, e de uma baixa eficiência na utilização da energia.

Estas fragilidades e dependências são, no essencial, o resultado das políticas de direita que o PS continuou após Cavaco Silva: uma política de baixos salários e precarização laboral, centrada na subordinação às estratégias e interesses dos grandes grupos financeiros e do capital transnacional, na privatização do sector empresarial e desvalorização dos sectores produtivos, nos erros e faltas de investimento no ensino público e na formação profissional, na completa submissão dos interesses nacionais às orientações comunitárias.

4. É no contexto das dificuldades económicas referidas que o **Orçamento do Estado para 2002**, recentemente apresentado pelo Governo PS, subordinado aos ditames económicos neoliberais e imposições do Pacto de Estabilidade, se mostra completamente desajustado das necessidades presentes e futuras do País, e particularmente incapaz de responder à conjuntura económica. De facto, o Orçamento de Estado não só não consagra a ampliação do investimento público que era necessária como vai travar o crescimento do mercado interno, ao restringi-lo pelo congelamento, e mesmo redução, dos salários dos trabalhadores.

O Comité Central, que debateu as linhas de orientação determinantes do Orçamento do Estado, sublinha quatro questões centrais:

– A falta de credibilidade de que enferma as principais projecções macro-económicas e das receitas fiscais, denunciadoras de que o Governo procura iludir a realidade previsível para o próximo futuro com o intuito principal de procurar parceiros para a aprovação parlamentar do Orçamento do Estado. Destaca-se a projecção de uma taxa de inflação inferior à que previsivelmente tenderá a registar-se, tendo como objectivo central influenciar negativamente as negociações salariais para o próximo ano, visando mais uma vez lesar os trabalhadores portugueses e beneficiar os lucros empresariais.

– A reiterada prática do Governo de promover a desorçamentação de despesas públicas e de sobrestimar as receitas fiscais, tendo por objectivo apresentar, de uma forma meramente contabilística, um défice orçamental menor do que o previsível, demonstrando um temor reverencial face à Comissão Europeia e um enfeudamento – irracional porque prejudicial à Europa, à luta pela paz e a justiça no mundo.

– A completa cedência do Governo às pressões e interesses do grande capital no âmbito da recente reforma fiscal, designadamente recuando em toda a linha na tributação das mais-valias e no controlo das operações das *holdings* e da Banca nas zonas francas, concedendo-lhes mesmo mais vantagens ilegítimas do que as que usufruíam antes de 1 de Janeiro do ano corrente. Atitude que, só por si, revela a cada vez maior



convivência do Governo com os interesses dos grupos económicos e a dependência da sua política das orientações daqueles grupos.

– Um acréscimo da dotação para as despesas com pessoal insuficiente, sequer, para promover um aumento salarial dos trabalhadores da administração pública que acompanhe a subestimada taxa de inflação apresentada pelo Governo. O que manifesta a clara intenção do Governo de provocar, pelo terceiro ano consecutivo, um efectivo e inaceitável decréscimo dos salários reais daqueles trabalhadores e, por acréscimo, visa dar força ao grande patronato para tentar impor a mesma bitola aos restantes trabalhadores portugueses.

Perante estas realidades centrais da proposta orçamental, e que são deliberadamente opostas às linhas orientadoras para o Orçamento do Estado que o PCP apresentou ao primeiro-ministro, a solicitação deste, o Comité Central decidiu que o Orçamento do Estado para 2002 apresentado à Assembleia da República pelo Governo do PS, **terá o inequívoco e fundamentado voto de rejeição do PCP.**

5. O Comité Central denuncia com preocupação as **orientações e recentes decisões assumidas por órgãos da União Europeia.**

A pretexto dos atentados de 11 de Setembro multiplicam-se os apelos, os projectos e as medidas para o aprofundamento e aceleração do rumo federalista, para a militarização da União Europeia (criação do exército europeu), para o reforço da Europa-fortaleza e da Europa policial. A União Europeia dá o seu apoio às operações militares dos Estados Unidos da América (EUA) no Afeganistão e realiza, nesse sentido, toda uma intensa actividade diplomática. Rumo e orientações que o PCP considera contrários aos interesses e necessidades dos povos da Europa, à luta pela paz e a justiça no mundo.

O Comité Central considera também inaceitável que, no quadro da desaceitação económica na Europa e no mundo, quando Portugal e três das principais potências económicas da União Europeia (Alemanha, França e Itália) não conseguiram cumprir com as imposições dos seus programas de estabilidade e com os objectivos do Pacto de Estabilidade, o Conselho Europeu de Gand insista em orientações económicas que só poderão agravar a situação. Insista na limitação ao pleno uso dos instrumentos orçamentais, force orientações para a reforma da Seguran-

ça Social e dos mercados de trabalho (flexibilização) e defenda a moderação salarial. Reclame a continuação da liberalização, desregulamentação e privatização dos serviços públicos (serviços postais, energia, transportes, criação do espaço aéreo único, etc.). Insista na liberalização do comércio internacional, com a aposta no lançamento de uma nova ronda de negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), que, aliás, vai antecipando em negociações bilaterais, como sucedeu em matéria agrícola no acordo com o Egipto e as propostas do

Comissário Lamy ao MERCOSUL, e a abertura do mercado comunitários aos têxteis paquistaneses, com graves consequências e prejuízos para Portugal.

O PCP denuncia ainda os novos avanços institucionais e políticos que são propostos na acentuação do rumo federalista da União Europeia. Quando o Tratado de Nice não se encontra ainda ratificado por todos os Estados-membros, quando se encontra ainda por resolver o incontestável «não» do povo irlandês em referendo a esse Tratado, desenvolvem-se os apelos e as negociações para uma nova Conferên-

cia Intergovernamental com o objectivo de rediscutir a arquitectura institucional e aprofundar a componente supranacional da União Europeia. São particularmente significativos das pretensões das forças federalistas os projectos em torno da afirmação de uma personalidade jurídica para a União Europeia, de reforço dos poderes da Comissão, designadamente com a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e dos poderes do Conselho, de desenvolvimento do processo dito de «constitucionalização» da União Europeia.

Merece ainda firme oposição do PCP

III Situação internacional

var, os objectivos das forças mais obscurantistas e reacçãoárias.

É necessário dar firme combate a todas as formas de terrorismo e às políticas que o alimentam. Não com medidas e iniciativas unilaterais, acções agressivas e políticas securitárias que só agravam o problema, mas com base na cooperação dos Estados, no respeito pelo direito internacional e a Carta das Nações Unidas, no quadro da ONU e do seu órgão mais representativo e democrático, a Assembleia Geral. Procedendo a uma clara definição do conceito de terrorismo e rejeitando amalgamas que visem confundir a legítima resistência à exploração e à opressão com o terrorismo. Declarando guerra a todas as formas de crime organizado a começar por medidas sérias contra o branqueamento de capitais. Atacando as terríveis injustiças e desigualdades sociais e pondo fim a políticas de violenta opressão e humilhação nacional que constituem o caldo de cultura em que se alimenta e se apoia o terrorismo.

O Comité Central do PCP condena firmemente os bombardeamentos dos EUA e da Grã-Bretanha no Afeganistão que, a pretexto de desmantelar a rede de Bin Laden e «punir» o regime dos talibã – aliás, criações dos EUA e seus aliados na região – estão a significar um novo cortejo de privações, morte e sofrimento para o já martirizado povo afegão.

É necessário pôr-lhes rapidamente termo e reconduzir para a esfera política e o âmbito da ONU a resposta ao problema do terrorismo. Os EUA estão a manipular cinicamente a emoção provocada pelos criminosos atentados de 11 de Setembro para travar o desprestígio e isolamento internacional crescente da

administração Bush, impor-se perante os próprios aliados da NATO e da União Europeia e instrumentalizar e ultrapassar a ONU a coberto de uma «grande coligação» informal construída em torno de si. Neste caminho os EUA alcançaram no imediato resultados apreciáveis, obtendo luz verde para a agressão do Afeganistão e reforçando as suas posições militares na Ásia Central, região de reconhecida importância estratégica e extraordinariamente rica em gás e petróleo. Trata-se porém de alianças e convergências precárias que encerram divergências e contradições que a resistência dos povos à escalada imperialista e as lutas contra a guerra tenderão a aprofundar.

O Comité Central chama a atenção para o aproveitamento da crise internacional para objectivos que nada têm a ver com a segurança dos cidadãos. No plano militar com o relançamento da corrida aos armamentos, a insólita invocação do artigo 5.º da NATO, graves decisões de carácter militarista na Alemanha, Japão e outros países, a insistência dos EUA no «Sistema de Defesa Antimíssil», novas pressões para acelerar a militarização da U.E. e a formação de um «exército europeu».

No plano policial e judicial com a aprovação de leis e medidas, nomeadamente no espaço da U.E., que representam graves atentados a liberdades, direitos e garantias fundamentais dos cidadãos. No plano económico e social, procurando iludir a real natureza da crise económica que afecta simultaneamente os principais centros do capitalismo – Japão, EUA e U.E. –, acelerar «reformas estruturais» favoráveis ao grande capital, atirar para

que se pretenda adoptar estas alterações institucionais no quadro de um processo – uma «convenção» – que pretende condicionar e sobrepor-se à capacidade de decisão soberana dos Estados nacionais (governos e parlamentos nacionais).

Orientações que, mais uma vez, tendem a acentuar o domínio das grandes potências no comando das políticas e orientações comunitárias, e de que a «pré-Cimeira» realizada pela Alemanha, França e Reino Unido antes da Cimeira de Gand, foi uma despodorada demonstração.



Reunião do Comité Central de 29 de Outubro de 2001



IV Tarefas do Partido

1. O Comité Central salienta a forte e diversificada resposta e iniciativa do Partido nos últimos meses e saúda os militantes e organizações pelo trabalho realizado.

Neste quadro entre muitos outros aspectos é de salientar o êxito da 25.ª Festa do «Avante!» que confirmou o lugar cimeiro dessa realização político-cultural fmpar no nosso país; o sucesso da Campanha Nacional «100 Mil assinaturas por salários mais justos, mais qualidade de vida», acção inserida na aplicação das orientações para o reforço da organização e intervenção do Partido junto da classe operária e dos trabalhadores; o contributo determinante para o desenvolvimento da luta de massas em torno de problemas sentidos pelas populações, os trabalhadores e as várias camadas sociais vítimas da política de direita; a realização de um largo leque de iniciativas políticas (encontros nacionais e sectoriais, debates) sobre problemas candentes da vida nacional.

Num quadro nacional e internacional que apresenta perigos, incertezas e fortes exigências de intervenção, contrariando deturpações, caricaturas e silenciamentos que, vindos de várias proveniências, convergem no objectivo de dificultar a acção e as perspectivas de alargamento da influência do Partido, o CC apela a todas as organizações para, com confiança continuar e aprofundar a mobilização e intervenção dos militantes, na realização de tarefas que exigindo uma elevada resposta da organização partidária são também uma oportunidade para o seu reforço, para que o Partido seja mais forte e mais influente.

2. Neste quadro, o Comité Central aponta a necessidade da concentração de energias na preparação da eleições autárquicas, associada à concretização de outras linhas de intervenção de resposta à situação económica, social e política que convergem para a afirmação e alargamento da influência do Partido e em que se destacam:

– A realização de um vasto conjunto de reuniões e plenários das organizações partidárias para abordagem da

situação, mobilização e consideração em concreto das tarefas políticas, com destaque para a participação na campanha autárquica;

– o desenvolvimento da luta social contra a política do Governo, por melhores salários, pela melhoria das pensões, pelos direitos das mulheres, pela educação pública gratuita e de qualidade, pela defesa e valorização da segurança social, por melhores serviços públicos, contra o aumento do preço da electricidade, das portagens e transportes e contra a criação de taxas pela utilização do multibanco;

– o alargamento do esclarecimento em defesa da paz, contra a guerra e o terrorismo;

– o reforço da organização partidária com a responsabilização de quadros, o reforço de organismos, designadamente no plano local e a sua criação e dinamização onde não existam, dando mais dinâmica e mais consistência às organizações de base; o prosseguimento e intensificação do trabalho junto das várias camadas sociais, em particular do trabalho nas empresas e dirigido às empresas e locais de trabalho prioritários; o aproveitamento do contacto com milhares de membros do Partido para reforçar a sua ligação e participação nas estruturas e na actividade partidárias, concretizar a entrega de cartões do Partido, promover o aumento do valor das quotas e o pagamento daquelas que estão em atraso; o alargamento das adesões ao Partido, designadamente na concretização da Campanha de Recrutamento de 2000 novos membros até Maio do próximo ano;

– a concretização da Campanha de Fundos, tarefa inadiável e indispensável para o Partido poder responder às exigentes tarefas políticas em curso.

3. As eleições autárquicas, uma das mais importantes batalhas políticas do ano em curso, continua a exigir das organizações do Partido uma atenta intervenção e envolvimento. A concretização de uma campanha de massas capaz de dar expressão ao objectivo de confirmar e reforçar as nossas posições e expressão

eleitoral reclamam a empenhada mobilização de todo o Partido e de cada um dos seus militantes para, convergentemente com a acção geral e a luta social, com o seu esforço e iniciativa responder às múltiplas e exigentes tarefas deste acto eleitoral.

O Comité Central do PCP salienta o significado da apresentação de listas a todos os órgãos municipais do Continente, da Madeira e a 17 dos 19 municípios dos Açores e a cerca de 2200 freguesias de todo o país que por si confirma a CDU como uma grande força autárquica, com uma presença e intervenção de expressão nacional pronta e preparada para assumir responsabilidades, dar voz e corpo às reclamações populares, prosseguir a obra e o trabalho em numerosas e importantes autarquias. Uma presença que no concelho de Lisboa assumirá uma expressão própria na Coligação «Amar Lisboa» – constituída pelo PS, PCP e PEV – e que disputará esta eleição com o firme propósito de prosseguir o valioso trabalho desenvolvido há mais de uma década na capital do país.

A CDU confirma-se como um amplo e importante espaço de participação democrática e intervenção unitária, aberto à acção e contribuição de milhares de cidadãos sem filiação partidária, desmentindo assim os que apressadamente se propuseram apresentar as listas de cidadãos eleitores como forma exclusiva de participação de independentes. Uma presença assumida de corpo inteiro e que afirmando um projecto com valor próprio e rosto conhecido se recusa a esconder, a exemplo de outros, sob a capa de listas e candidaturas de cidadãos eleitores alianças e acordos sem qualquer outro objectivo que não seja o da mera disputa do poder que alguns se propõem a qualquer custo aceder.

O Comité Central do PCP não pode deixar de chamar a atenção para a continuada falta de princípios e de respeito pelas regras democráticas que designadamente o partido do Governo vem evidenciando com a continuada instrumentalização do aparelho de Estado e do uso dos recursos públicos em benefício das suas candidaturas. Assim como tem o

dever de alertar para os descomunais meios financeiros que ostensivamente algumas candidaturas patenteiam e que por si legitimam fundadas dúvidas sobre a extensão dos compromissos com o poder económico que lhe podem estar associadas. Práticas e procedimentos que podem contribuir para condicionar vontades e adulterar o sentido e a livre expressão do voto de muitos eleitores.

O Comité Central do PCP, sublinhando e registando positivamente a simpatia e apoio que as candidaturas e as propostas da CDU vêm recolhendo, apela ao esforço e à mobilização dos seus militantes e dos activistas da CDU em geral para que com o seu trabalho se empenhem na campanha eleitoral com consciência das dificuldades e exigências que resultam da acção dos nossos adversários mas com fundada confiança que a acção eleitoral confirmará as possibilidades que o valor do nosso projecto e o mérito das nossas candidaturas justificam.

O Comité Central do PCP sublinha que será pelo trabalho de esclarecimento, de convencimento do valor das nossas propostas e da seriedade da nossa conduta, de apelo à inteligência e à reflexão de cada um dos eleitores que se construirá a opção de voto na CDU e se reduzirá a margem dos que pela demagogia e promessa fácil pretendem iludir a população e conquistar voto fácil. E apela a todo o Partido para que com a energia dos que se batem pelas grandes causas, com a sensibilidade de quem conhece os problemas e se identifica com as aspirações populares e com a razão e o crédito de quem faz da proximidade às pessoas a sua norma de conduta aja, esclareça e mobilize para o voto na CDU. Com a serena confiança e consciente determinação de quem sabe que o voto na CDU em Dezembro próximo é em todas as circunstâncias e situações a melhor garantia de um voto útil na defesa dos interesses das populações, na afirmação dos seus direitos e na possibilidade de realizar trabalho e fazer progredir as condições de vida e o desenvolvimento local.

Candidatos do distrito do Porto reunidos em Conferência

Contrariar os baixos índices

Os candidatos da CDU estiveram reunidos no domingo para discutir a visão e as propostas da coligação para o distrito do Porto, avançando com medidas de coordenação entre as diversas autarquias. Carlos Carvalhas esteve presente.

O secretário-geral do PCP encerrou a conferência da CDU do distrito do Porto, ocorrida no passado domingo, com a convicção de que a coligação é «indispensável como força de proposta, dinamização e concretização de projectos de desenvolvimento». Para fazer face aos baixos índices da região, por exemplo ao nível do ambiente — onde alguns concelhos da

região como Felgueiras, Paredes ou Penafiel têm índices como 9 (os dois primeiros) e 13 por cento de drenagem de esgotos, contrapondo com concelhos

geridos pela CDU, como Borba ou Vendas Novas, onde os índices são de 73 e 93 por cento — Carvalhas propôs o voto na CDU, porque o Porto «não precisa de mais políticos nem de assassínios políticos» mas de trabalho. O secretário-geral lembrou ainda, relativamente ao mesmo indicador, que enquanto o concelho do Porto apresenta um nível de drenagem de esgotos de 83 por cento, Almada e Loures, de maioria CDU, têm, respectivamente, 98 e 100 por cento.

Carvalhas ironizou, agradecendo a presença da comunicação social e das estações de televisão — que não apare-

ceram — e lembrou o sucedido em Montemor, onde o PS, ávido de tirar a presidência da Câmara à CDU, não se apresenta às eleições, escondendo-se, juntamente com o PP, atrás de uma lista de cidadãos eleitores.

Já antes, o sindicalista João Torres, candidato à Câmara Municipal da Maia, tinha destacado a questão dos baixos índices de desenvolvimento e

bem-estar que o distrito apresenta, afirmando que se mantém um «acentuado nível de pobreza e desigualdade». «Exclusão combate-se com emprego de qualidade e com direitos, com serviço público de saúde, com ensino público, gratuito e de qualidade, com a constituição de alavancas económicas próprias, com trabalho, honestidade e competência.»

Grandes assimetrias

Lúis Antunes, candidato à autarquia de Felgueiras, lembrou que, no Vale do Sousa — que integra cinco concelhos do distrito: Felgueiras, Paços de Ferreira, Paredes, Lousada e Penafiel —, coexistem uma economia subterrânea forte com fracas níveis de escolaridade, de prestação de serviços públi-

cos e infra-estruturas. Os baixos salários e as altas taxas de desemprego são os restantes ingredientes de uma situação social muito negativa.

No Baixo Tâmega, a saúde e as acessibilidades apresentam carências gritantes. Esta é a opinião de Regina Sardoeira, cabeça de lista à Câmara de Amarante, que criticou ainda o facto de não existir qualquer plano turístico, embora se encontre na região um património paisagístico e arquitectónico ímpar. As elevadas taxas de analfabetismo, a falta de argumentos que contrariem a fixação dos jovens e o encerramento de linhas ferroviárias foram também alvo das críticas da candidata.

Idêntica situação vive o Vale do Ave, segundo Fernando Moreira, candidato da CDU a Santo Tirso. O candidato afirmou que «esta região continua das mais carenciadas em termos de acessibilidades, água e saneamento», contando igualmente com altas taxas de analfabetização, muito superiores à média nacional.

A eurodeputada Ilda Figueiredo, candidata à Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, fez o balanço regional das assimetrias, afirmando que as estruturas de competitividade do distrito se baseiam no custo da mão-de-obra, «saldando-se numa situação de baixos salários, os mais baixos do país e da União Europeia, e na maior taxa de acidentes de trabalho».



Fraco investimento e incapacidade dos autarcas em reivindicar junto do poder central foram alguns dos motivos encontrados para explicar a má situação que o distrito vive

Coordenar políticas

A identidade de problemas exige o estabelecimento de uma estratégia coerente de desenvolvimento e a mobilização coordenada dos recursos disponíveis e das intervenções dos diferentes níveis da administração pública. Pimenta Dias, candidato à Câmara de Gondomar, defendeu esta tese e lembrou que, dez anos após a institucionalização da AMP, esta não conseguiu «constituir-se como parceiro credível perante a administração central, nem afirmar a sua capacidade reivindicativa», porque PS e PSD continuam «entretidos com a disputa pelo poder maioritário no seio dos órgãos metropolitanos».

A estes dois partidos, e à sua «visão redutora e centralista», se devem as parcas atribuições e competências dadas à AMP. Mas, mesmo

com o actual quadro legal, «seria possível à Junta Metropolitana desenvolver uma actividade centrada no planeamento e na coordenação das intervenções dos vários níveis da Administração Pública, sem quaisquer tipos de ingerência em competências alheias, desde que as lideranças maioritárias do PS e do PSD tivessem vontade política própria». Acresce que os municípios da Área Metropolitana «continuam de costas uns para os outros, incapazes de estabelecer prioridades e métodos de coordenação para a resolução dos problemas comuns».

Conhecedores dos bloqueios que «condicionam o desenvolvimento da AMP», os eleitos da CDU consideram fundamental que se reforcem os poderes e meios de actuação, que melhorem o seu fun-

cionamento e aumentem a sua eficácia e que se defina claramente as atribuições e competências da AMP, centradas no planeamento e ordenamento do território e na coordenação das intervenções dos vários departamentos da Administração Central, actuando ao nível dos transportes colectivos, da construção de ETAR's e de alteração dos PDM's quando isso for necessário para um correcto ordenamento do território.

Pimenta Dias afirmou que o PS veio agora, pouco seguro dos resultados que obterá, recuperar propostas da CDU — algumas das quais tinha, antes, inviabilizado — como forma de obter bons resultados, e acredita que os eleitos da CDU nos órgãos autárquicos municipais e metropolitanos vão aumentar de número em Dezembro próximo.

Distrito perde influência

O distrito do Porto tem vindo a perder influência real, afirmou Sérgio Teixeira, membro da Comissão Política do PCP. As razões estão identificadas: «deficiente visão estratégica dos principais problemas que se colocam ao distrito; ausência reivindicativa junto do poder central; incapacidade de dinamizar projectos metropolitanos por parte dos eleitos autárquicos do PS e PSD», enquanto os investimentos em sede de Orçamento de Estado baixam. O PIDDAC de 2001, comparado com o do ano passado, prevê menos 3 milhões de contos em investimentos, situação que piora quando se observa a respectiva taxa de execução, afirmou Sérgio Teixeira.

O PS e o PSD, «na forma como enfrentam os grandes problemas estruturais do distrito e se posicionam nas instituições, demonstram que não estão em condições de os resolver», assegurou o dirigente comunista, que acusa os autarcas dos dois

partidos de porem em primeiro lugar os interesses pessoais e dos respectivos partidos, como se observou nas obras do Metro do Porto, o Porto 2001 — Capital Europeia da Cultura, a disputa de influência na Área Metropolitana do Porto, em que, ao invés de se visar a celeridade da resolução dos problemas, imperou a postura de disputa e os jogos de interesses e estratégias partidárias.

Jorge Sarabando, candidato à Câmara de Gaia, considerou que, para o atraso da região, muito contribui o atraso em importantes obras, como a Via de Cintura Interna, o troço final do IP4 entre a Maia e Matosinhos ou a Circular Regional Exterior do Porto, muitas delas prometidas há mais de dez anos. A conclusão das ETAR's, a projecção de novas captações de água, a despoluição das praias e bacias hidrográficas foram também necessidades expostas por Jorge Sarabando, que não esqueceu a pro-

moção de mais e melhor habitação social e cooperativa, a recuperação de casas degradadas e uma política de requalificação urbana.

O deputado Honório Novo, candidato à presidência da Câmara de Matosinhos, acusou o Governo de estar a utilizar o Orçamento de Estado como «mais um outdoor a usar nas eleições autárquicas, privilegiando os autarcas e os candidatos do PS» e assegurou que o PCP «denunciou e continuará a denunciar a utilização dos meios do Estado e agora também a utilização da discussão das promessas do Orçamento de Estado para 2002 como meio adicional e ilegítimo de propaganda». Ainda para mais quando esse orçamento propõe aumentos de investimento que «são insuficientes e incapazes de assegurar a reposição de longos anos de discriminação negativa que a Área Metropolitana do Porto e o distrito do Porto têm sofrido por parte de sucessivos governos».

Oeiras

PDM violado

O Plano Director Municipal (PDM) de Oeiras tem sido sistematicamente violado, acusa a CDU, que se baseia tanto em objectivos que ficaram por cumprir, como desrespeito pela disposição que obriga à avaliação anual pela Câmara e Assembleia Municipal, para sustentar as suas acusações.

Os artigos 84.º e 101.º do regulamento estipulam a obrigatoriedade da vigilância anual de cumprimento do plano, vigilância essa que apenas em 1995 — o PDM foi aprovado pelo Governo em 1994 — se processou.

Para além desta falta regulamentar, o Plano apresenta diversas lacunas e omissões. De entre estas, destaca-se a total ausência de coordenação com os municípios vizinhos, principalmente no que concerne a acessibilidades e transportes públicos. Isto representa, para o concelho de Oeiras, um agravamento considerável, dada a sua situação geográfica de «atravessamento». Ao nível do saneamento, verifica-se que os planos directores de drenagem estão, com poucas excepções, por fazer, com a agravante de não existir coordenação com outros concelhos. Ao nível dos equipamentos sociais, é «notória a falta de equipamentos da rede pública de creches, jardins de infância, centros de dia, lares para a população idosa e centros comunitários», afirma a CDU.

Face a estes dados, a CDU conclui que «existe um grande desfasamento entre o crescimento urbanístico que se tem registado — nos últimos oito anos, a aprovação de loteamentos ultrapassou largamente a centena — e a construção das correspondentes infra-estruturas e equipamentos de suporte, sem que, por outro lado, exista qualquer coordenação com os municípios em áreas que exigem uma adequada cooperação intermunicipal».

A CDU entende que as consequências do não cumprimento do PDM estão patentes no aumento da dificuldade no acesso aos aglomerados urbanos e no agravamento das condições de mobilidade dos cidadãos, dado que a rede de transportes públicos «não responde de forma minimamente satisfatória às necessidades dos utentes». A impossibilidade de estacionar em muitas localidades, a carência ao nível dos serviços de saúde e o papel secundário para que foi relegada a defesa do ambiente são outras das consequências do não cumprimento do estabelecido no plano.

Face à situação, a CDU propõe que se inicie o processo de revisão do PDM, suspendendo a construção de mais urbanizações até que estejam asseguradas os requisitos mínimos de sustentabilidade estabelecidos do Plano Director Municipal.

A farsa já vai longe de mais...

• José Martins

Elementar. É dos manuais que, em qualquer situação tipificada como de ameaça, funciona sempre a questão das relações estímulo-resposta. Vem isto a propósito do acto criminoso perpetrado contra os EUA, por uma organização criminosa e de extrema-direita que dá pelo nome de «al-Qaeda» - a base -, e da resposta engendrada pela nação mais poderosa do mundo.

Simplificando: os EUA foram incitados à violência por uma organização criminosa e reagem (*obedecem*) cegamente fora do quadro jurídico internacional, respondendo irracionalmente com a guerra elevada ao infinito. Não com o objectivo de punir a organização hipoteticamente responsável pelos atentados, mas contra uma nação, já de si corroida pelo sofrimento e martirizada por uma seita de fanáticos que os EUA ajudaram a tornar-se poderosos e a alcançar o poder no Afeganistão.

Sem qualquer excesso nas palavras, pode-se afirmar que os EUA reagiram, não como uma sociedade organizada, no quadro dos organismos internacionais e do Direito Internacional, isto é, de forma ponderada e responsável, mas optaram voluntária e conscientemente pelo recurso à violência indiscriminada contra um país, eliminando «tudo aquilo que mexesse».

A pergunta que se coloca é: para quê bombardeamentos maciços e ininterruptos, num país em que as infra-estruturas são quase inexistentes?

A resposta é conhecida, infelizmente, por muitos povos do mundo que conheceram directamente os efeitos da política externa dos EUA, alicerçada na guerra suja e permanente e nas suas ambições de potência hegemónica e imperial. E quando o Secretário de Defesa dos EUA é o falcão da guerra contra o Iraque, a

juntar a um presidente reaccionário e eleito por uma estreita margem de votos, está tudo dito. É a apologia e o domínio dramático do complexo militar-industrial. A América entrou na fase da economia de guerra, de uma nova era da «caça às bruxas» e da criação de um autêntico Estado policial.

A farsa já vai longe de mais!

Mais papista que o Papa

O Governo do PS, na tradição dos governos de direita e mesmo ultrapassando-os em servilismo político, acabou por, irresponsavelmente, envolver o País na corrente aventureirista e guerreira que, hoje, domina a Casa Branca. É, «mais papista que o Papa», toma medidas de excepção na área da segurança interna (Forças de Segurança em alerta máximo), que tocam o ridículo e patrocina a gigantesca operação de manipulação e exploração das consciências, tanto no apoio à política belicista dos EUA, como na propagação do medo em relação ao «pó branco», pela total e criminosa desinformação e no incremento da febre securitária, com medidas restritivas das liberdades e direitos individuais, a pretexto do combate ao «terrorismo».

É contra este modelo emergente de medidas securitárias contra um hipotético inimigo interno e a impiedosa engrenagem da guerra com conteúdo imperialista movida pelos EUA, que importa dar resposta, de forma serena e inteligente, tanto no plano político como ideológico. Será pura ilusão pensar-se que poderá haver alternativa à democracia, às liberdades, garantias e direitos individuais e à PAZ.

No fundo, são os «Primos da Riviera» de hoje, a pensarem e a agirem em sinal contrário, à Roda da História!



A plantação de espécies mediterrânicas é uma das propostas do Manifesto

«Verdes» do Mediterrâneo debatem alterações climáticas

Mais árvores e poupança de energia

A problemática das alterações climáticas e as suas consequências para os países do Sul da Europa foi tema do encontro que, no passado fim-de-semana, reuniu, em Faro, 50 responsáveis de partidos ecologistas de Portugal, Espanha, França e Malta.

A maioria dos países mediterrânicos, incluindo Portugal, não cumpre as quotas de emissão de dióxido de carbono (CO₂) para a atmosfera definidas pela cimeira de Quioto em 1997. Uma situação que se prende com a «falta de vontade política», denunciaram os participantes na reunião.

Portugal já está com níveis de emissão de CO₂ superiores ao previsto - cerca de 30 por cento, contra a quota de 27 por cento definida em Quioto.

O encontro de ecologistas, que teve lugar na Junta de Freguesia da Sé, em Faro, contou com a participação de representantes dos partidos Verdes da Europa Mediterrânica, do Grupo Verde no Parlamento Europeu, do Grupo Parlamentar «Os Verdes» na Assembleia da República e da Federação Europeia dos Partidos Verdes. Participaram ainda na reunião professores da Universidade do Algarve e Associações Locais de Defesa do Ambiente.

O programa do encontro incluiu diferentes temáticas: a evolução do fenómeno das alterações; o relatório europeu sobre alterações climáticas, o cumprimento do Protocolo de Quioto; efeitos das alterações climáticas nos países mediterrânicos - a perspectiva dos cientistas; medidas de combate

às alterações climáticas. No manifesto final da reunião, os participantes manifestaram a sua preocupação com as alterações climáticas resultantes da acção do homem, preconizando medidas mais intensas para fazer frente à degradação ambiental.

Entre as medidas referidas estão a preferência a dar ao transporte ferroviário; a aposta nas energias alternativas, nomeadamente a solar; a adequação das cidades às preocupações de poupança de energia; a plantação de espécies mediterrânicas para fazer face aos períodos de seca; a necessidade de restringir a pressão turística.

«Sopa de carvão»

Durante a reunião da Comissão Parlamentar de Administração e Ordenamento do Território, Poder Local e Ambiente, que decorreu a semana passada na Assembleia da República, a deputada, de «Os Verdes», Heloísa Apolónia ofereceu ao ministro do Ambiente uma garrafa de líquido preto proveniente dos vários poços existentes na freguesia de Atouguia, concelho de Ourém, e que era suposto ser água. O resultado da profunda contaminação de

lençóis freáticos provocada pela empresa Carbovegetal.

Esta iniciativa vem na sequência de outra, igualmente protagonizada pela deputada do Partido Ecologista, que teve lugar no Plenário da Assembleia da República, no passado dia 19 de Outubro. Heloísa Apolónia denunciou então as condições em que vivem «as populações afectadas por este crime ecológico» e lembrou que «esta indústria funcionava ilegalmente e sem licença há 17 anos, e em Setembro de 2000 o Ministério da Economia licenciou o seu funcionamento, nas condições de poluição mais absurdas», numa «lógica de irresponsabilidade e de desrespeito pela saúde pública e pela qualidade de vida das populações».

Pressionado por fortes contestações populares (as populações de Ourém deslocaram-se mesmo à Assembleia da República), o Ministério da Economia foi obrigado a emitir, em Setembro, um despacho de encerramento da indústria, «mas tão mal fundamentado que o tribunal acabou por dar provimento ao recurso interposto pela empresa com base em vício de forma do despacho».

Em conclusão, a empresa continua a laborar, provocando elevadíssimos índices de poluição, e o secretário de Estado da Indústria apenas conseguiu responder «estamos a ver o que podemos fazer». Acabando por deixar implícito, como sublinham «Os Verdes», que «outros valores economicistas valem mais que a defesa da saúde das populações».

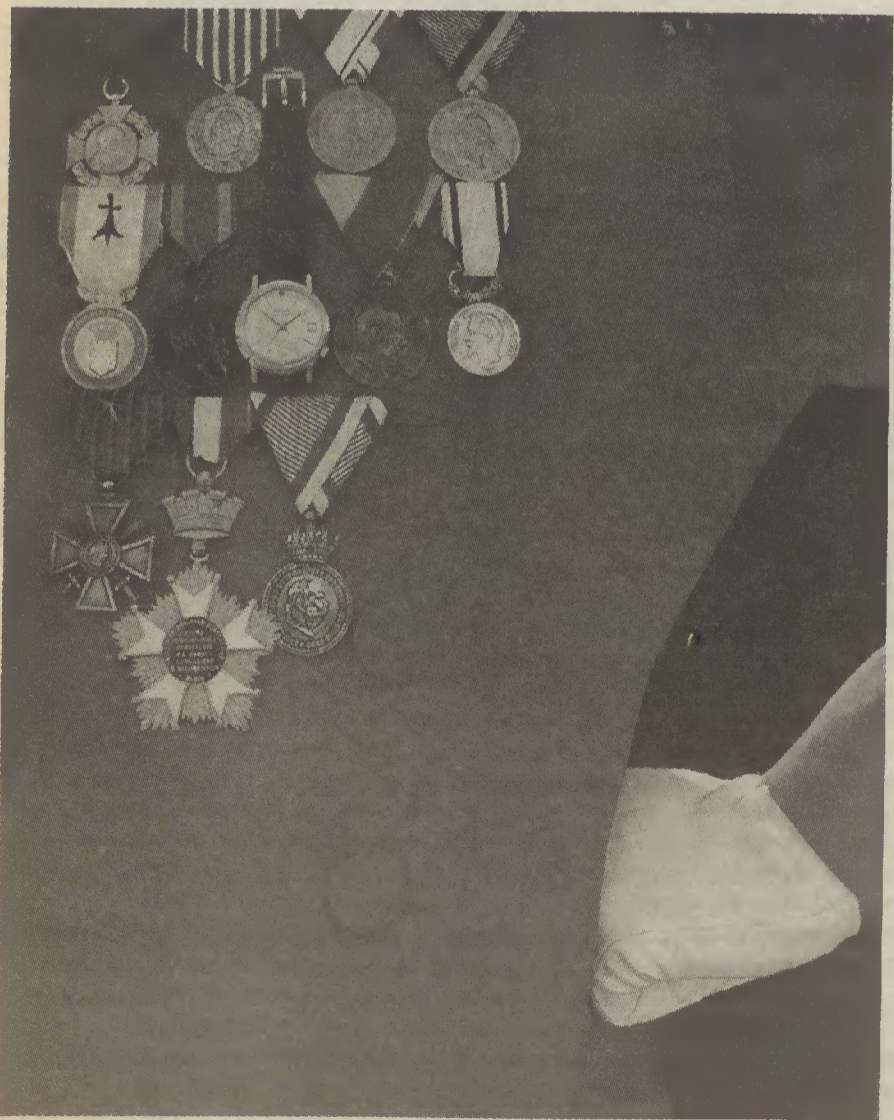
Carta aberta em defesa dos emigrantes

A salvaguarda e dignificação do Conselho das Comunidades Portuguesas e o pleno respeito pela democracia e pelas comunidades está em causa, com o adiamento *sine die* das eleições para o Conselho das Comunidades. Uma decisão do secretário de Estado das Comunidades,

ainda não concretizada em despacho regulamentar, que a lista «Unidade em defesa dos emigrantes», de França, aponta como arbitrária e ilegal.

Em «Carta aberta aos órgãos de soberania», a lista, que obteve em França o maior número de votos e de

mandatos nas últimas eleições, lembra que «de acordo com a lei em vigor e o calendário eleitoral em curso, entre os dias 12 e 17 de Outubro, deveria ter decorrido na Embaixada de Portugal, o sorteio das listas concorrentes às eleições de 25 de Novembro».



Orçamento comunitário

O caos financeiro

Apesar do aumento das necessidades e prioridades, a União Europeia decretou cortes no orçamento para 2002, cujo peso relativo é de apenas 1,03 por cento do Produto Interno Bruto.

O orçamento comunitário aprovado na passada semana pelo Parlamento Europeu representa «um verdadeiro caos», afirmam os deputados do PCP considerando que deste modo ficam sem tradução financeira objectivos e programas anunciados em diferentes cimeiras.

Daqui resulta que a União Europeia não poderá cumprir com as suas obrigações, a não ser que sejam revistas as perspectivas financeiras. Os deputados do PCP apontam a insuficiência de meios em vários domínios, nomeadamente nos da cooperação, da agricultura ou do emprego, e manifestam a sua preocupação com a nova iniciativa de ajuda comunitária, com carácter plurianual, destina-

da às regiões fronteiriças com os países do alargamento.

A reestruturação das frotas que operavam em Marrocos não está traduzida no orçamento comunitário

Em contrapartida, congratulam-se por terem conseguido, através da sua própria iniciativa, a rejeição da criação de uma reserva de três por cento dos fundos estruturais, que, a ter-se mantido, significaria uma acentuação

dos atrasos na implementação dos Fundos Estruturais e da autorização anual para os Estados-membros.

Por fim, os comunistas portugueses no PE, salientam que «este orçamento não apresenta soluções para o financiamento do programa de reestruturação das frotas que operavam em Marrocos» e lamentam que tenha sido rejeitada uma proposta sua que visava a criação de um

fundo para calamidades agrícolas, que compensaria a quebra de rendimentos dos agricultores em caso de catástrofes naturais e emergências veterinárias, como a BSE ou a febre aftosa.

Intervindo na sessão do Parlamento, o deputado, do PCP, Joaquim Miranda chamou ainda a atenção para a «redução absoluta de montantes» na categoria quatro, referente à cooperação, sublinhando que neste caso, «a falta de verbas é flagrante, nomeadamente se tivermos em conta as necessidades e os compromissos assumidos com os Balcãs, a Palestina, o Afeganistão e relativamente ao Fundo Global para a Saúde». Miranda percebe a intenção do relator que na sua proposta reduz as despesas especialmente com os Balcãs a fim de poder aumentar as restantes ajudas para a cooperação para assim forçar o Conselho a negociar, mas avisa que daqui podem resultar novos cortes nesta área à semelhança do que aconteceu no ano passado.

Democracia vigiada

Desde os atentados terroristas de Nova Iorque e Washington, e por pressão dos EUA, vários países europeus adoptaram legislação restritiva das liberdades cívicas. O exemplo mais flagrante chega do Reino Unido, onde o governo de Tony Blair se apressou a regressar ao passado dando de novo às forças de segurança a possibilidade de deter, por tempo indefinido e sem mandato judicial, todo e qualquer suspeito. Outras medidas foram tomadas, tais como a faculdade de congelar contas bancárias suspeitas, a obrigatoriedade de as companhias aéreas prestarem informações sobre os seus passageiros, e iniciativas para impedir «suspeitos» residentes no país de con-

tactarem com «grupos terroristas» no exterior.

Em França, a polícia pode agora revistar automóveis sem autorização judicial, bem como proceder a revistas em locais públicos. No que se refere à Internet e empresas de telecomunicações, passa a ser obrigatório o arquivo, durante um ano, das operações efectuadas pelos clientes. As novas medidas estão em vigor até Dezembro de 2003.

No caso da Espanha, as alterações registadas desde 11 de Setembro não têm paralelo nas medidas antiterroristas da última década. O país vizinho assinou uma série de acordos com França, à luz dos quais presos acusados de terrorismo naquele país podem ser temporariamente enviados para Espanha para serem jul-

gados. Para além disso, os presos passam a ser julgados no país onde cometeram o maior delito. Foi ainda acordada a formação de equipas de investigação hispano-francesas, bem como o fornecimento mútuo de informação respeitante a suspeitos.

Na Alemanha, por seu turno, o pretexto da luta antiterrorista serve para tudo, desde a restrição da associação religiosa de grupos islâmicos ao aumento do preço do tabaco e das bebidas alcoólicas, passando por um pacote de medidas para a «segurança interna».

Em Itália, o conceito de «delito de terrorismo internacional» passou a fazer parte da legislação; aos acusados de tal delito aplicam-se as mesmas leis que vigoram para a Mafia.

Reforma polémica

Um relatório aprovado na passada semana pelo Parlamento Europeu defende a redefinição do papel do Conselho Europeu num sentido que a deputada comunista Ilda Figueiredo lassificou de federalista.

Salvaguardando aspectos positivos do documento, como sejam o reforço da transparência e a maior participação dos parlamentos nacionais e regionais nas políticas da UE, a deputada

alerta para os muitos aspectos polémicos, designadamente «a transferência para a Comissão das funções do Alto Representante para a PESC (Política Europeia de Segurança Comum), com diminuição dos poderes do Conselho e uma maior comunitarização desta importante política».

Também os caminhos que o relatório preconiza para o funcionamento do Conselho «podem vir a afectar negati-

vamente o papel dos governos nacionais, apontando para o aprofundamento do federalismo, de que se destaca: o reforço do Conselho «Assuntos Gerais», a reunir, de preferência, semanalmente com ministros delegados; a distinção entre Conselho legislativo e Conselho executivo, devendo aquele funcionar publicamente, o que parece apontar para a existência de uma espécie de Senado da União Europeia».

O ano da «guilhotina»

● Pedro Carvalho

Na semana passada, o Parlamento Europeu (PE) aprovou a sua proposta orçamental para 2002. O projecto de orçamento do Conselho não trazia novidades, confirmando a tendência para diminuição relativa do peso do orçamento comunitário - 1,03% do Produto Nacional Bruto (PNB) comunitário. O orçamento continua a ser marcado pela contenção, muito por causa do Pacto de Estabilidade. O orçamento aprovado pelo PE confirma o caos orçamental dos últimos anos, sem prioridades e sem estratégia para dar uma resposta adequada aos problemas, nomeadamente na agricultura, no emprego e na cooperação. Sem resposta ficou também o financiamento do programa de reestruturação das frotas que operavam em Marrocos. Este ano, contudo, o PE aprovou uma proposta que poderá comportar sérios riscos na distribuição dos Fundos Estruturais - a criação de uma nova iniciativa comunitária para a ajudar as regiões fronteiras com os países do alargamento. Esta iniciativa,

foram reduzidos a 7% para cada programa e os restantes pagamentos passam a ser efectuados em tranches mediante a apresentação de «facturas». Torna-se assim fundamental analisar a execução dos Fundos.

O balanço da execução orçamental em 2000 foi negativo, devido sobretudo ao atraso da aprovação dos programas. 42% das verbas dos Fundos não foram utilizados, criando um excedente orçamental de mais de 14 mil milhões de euros. Em face de uma prerrogativa do compromisso de Berlim, conseguiu-se fazer transitar mais de 8 mil milhões de euros para o orçamento 2001 e mais de 6 mil milhões de euros entre 2002 e 2006, aumentando assim as dificuldades de execução no futuro, numa situação em que a «guilhotina», pode entrar em acção. Em Setembro de 2001, os Fundos encontravam-se com uma execução de apenas 42%. Segundo o regulamento geral dos Fundos Estruturais «a Comissão informará atempadamente o Estado-membro (...) sempre que surja o perigo de aplicação da anulação automática». Os problemas de execução trarão também

consequências para a aplicação dos 4% dos Quadros Comunitários de Apoio (QCA) que passaram para a reserva de eficiência, que irá levar a redistribuições internas para os programas mais bem executados dentro de cada QCA.



Os avisos de Barnier

A 9 de Outubro, numa comunicação à Comissão de Política Regional do

patrocinada pelos deputados alemães, é apresentada sem uma proposta clara de financiamento e sem pôr em causa o quadro financeiro para 2000-2006, decidido no Conselho Europeu de Berlim de 1999, no qual os Fundos Estruturais encontram-se totalmente distribuídos, não existindo nenhuma margem. Por isso, a apresentação desta iniciativa plurianual, sem uma proposta de revisão do quadro financeiro, levamos a perguntar: como será financiada e em detrimento de quem?

A «cláusula guilhotina»

Devemos questionar-nos também sobre a relação entre esta iniciativa e a chamada «cláusula guilhotina». A última reforma do regulamento geral dos Fundos Estruturais, no âmbito da Agenda 2000, introduziu uma simplificação técnica com enormes consequências políticas - todas as autorizações orçamentais no âmbito de acções dos Fundos Estruturais, que não sejam executadas nos dois anos subsequentes, são automaticamente anuladas (art. 31.º). Esta cláusula traduz o fim do «objectivo de despesa», que permitia que as verbas não executadas transitassem automaticamente para os anos seguintes, com o objectivo de serem efectivamente despendidas. A situação é complicada também do ponto de vista da execução, tendo em conta, que os adiantamentos comunitários iniciais

PE, o comissário Michel Barnier considerou a «cláusula guilhotina» uma «bomba em retardamento», observando que o «nível de pedidos de pagamento recebidos pela Comissão continua muito baixo em relação às previsões transmitidas aos Estados-membros». O Comissário pedia aos deputados que transmitissem esta mensagem aos Governos para que a «anulação de verbas seja a menor possível». Barnier alertou também para a «situação preocupante do Fundo de Coesão», dado que a «execução das autorizações e pagamentos apresenta um atraso significativo», sendo necessário, na sua opinião, tudo fazer para evitar a «perda de créditos» por parte dos Estados-membros.

Havendo risco de perdas de verbas nos Fundos, é de aferir se não se pretende financiar as regiões fronteiras deste possível «saco azul». É de aferir também quais as consequências desta situação para Portugal e o que anda a fazer o Governo. O mesmo Governo PS que hipotecou o futuro, quando aprovou a Agenda 2000, a troco de uma manutenção do volume dos Fundos para Portugal. O mesmo que aceitou um alargamento sem um correspondente aumento dos recursos financeiros comunitários, com uma redução do peso dos Fundos para 0,45% do PNB comunitário numa União Europeia alargada e o fim do «objectivo de despesa». Esperemos que 2002 não venha a ser o ano da «guilhotina».

Ministro alemão criticado

Doze organizações de direitos humanos da Alemanha consideraram na passada semana o projecto de lei do governo federal «a resposta errada» à situação surgida após os atentados de 11 de Setembro nos EUA, e dizem recear que esteja na forja uma «democracia vigiada». As medidas que Otto Schily, ministro do Interior, pretende aplicar «violam maciçamente direitos fundamentais dos cidadãos», afirmam as referidas organizações num documento conjunto publicado em Berlim. Entre os subscritores está uma Associação de Advogados, a Liga Internacional dos Direitos Humanos, e várias associações de advogados de defesa, que acusam o ministro de querer «criar uma polícia centralizada, com poderes semelhantes aos dos serviços secretos», o que consideram «incompatível» com o Estado de Direito.

Coreia do Norte indignada

A Coreia do Norte assegura que não está interessada em melhorar as relações com os EUA. A garantia foi dada sexta-feira pelo diário oficial norte-coreano, que adianta que o país exige uma desculpa do presidente norte-americano, George W. Bush, pelos seus comentários, acusando o líder Kim Jong-Il de ser uma «pessoa suspeita». O periódico Minju Joson assegura que a política de Bush face à República Popular Democrática da Coreia (RPDC) está «viciada e é hostil». «Agora que os EUA tentam desarmar a Coreia do Norte, com uma persistente política hostil, a RPDC não está interessada em dialogar nem melhorar as relações com os norte-americanos», explica o periódico.

Confrontos na Tchetchénia

Cerca de 30 rebeldes foram mortos este fim-de-semana durante operações especiais das forças federais russas na República da Tchetchénia, informaram as autoridades militares de Moscovo. Durante as operações foram apreendidas armas de fogo e munições. Duas tentativas de fazer explodir uma ponte ferroviária na região de Goudermes, leste de Grozny, foram abortadas pelas forças federais.

Justiça procura chilenos

O juiz francês Roger Le Loire, que está a investigar o desaparecimento de cinco franceses durante a ditadura chilena, emitiu na passada semana 15 ordens de captura contra ex-militares chilenos. Entre eles figura o general Manuel Contreras, que dirigiu a polícia secreta de Augusto Pinochet. As ordens de captura e prisão por presumível «sequestro acompanhado de tortura» ou por cumplicidade foram transmitidos à Interpol e às autoridades chilenas, segundo fontes judiciais.

A retirada, anunciada sábado e suspensa no mesmo dia, iniciou-se domingo, apesar dos episódios de violência que ocorreram na Cisjordânia

Israel inicia retirada

A vida na cidade de Belém, bem como na sua vizinha Beit Jala, Cisjordânia, voltou à normalidade depois da retirada do exército israelita destes dois territórios palestinianos.

De Belém chegaram relatos que constataram a saída de tanques da cidade. Residentes de Beit Jala confirmaram também que os militares começaram a desocupar as casas onde estavam instalados.

Apesar desta retirada, fruto da pressão americana, os israelitas continuam a ocupar mais cinco cidades palestinianas desde o dia 17.

O dia da retirada ficou marcado pela morte de cinco israelitas e dois palestinianos. Os israelitas foram mortos na cidade de Hadera. Quatro deles foram mortos por dois palestinianos, membros da Jihad Islâmica, que

acabaram por ser abatidos pelas forças de segurança de Israel.

Um outro jovem israelita foi morto por um elemento da Brigada Al-Aksa, numa acção de vingança pela morte de palestinianos pertencentes ao mesmo movimento no sábado, dia 27.

As operações do exército israelita na Cisjordânia começaram a 18 de Outubro, o dia seguinte ao do assassinato do ministro do Turismo, Rehavam Zeevi, por membros da Frente Popular para a Libertação da Palestina.

Desde então, mais de 50 palestinianos foram mortos e outros tantos foram detidos. O



Mais de 50 palestinianos foram mortos e outros tantos foram detidos nas últimas semanas

objectivo, anunciado por Ariel Sharon, era capturar os responsáveis pelos crimes.

Grupos terroristas em Israel

O ministro da Informação palestiniana, Yasser Abed Rabbo, afirmou, segunda-feira, que o exército israelita só se retirou do distrito de Belém graças a pressões que

a comunidade internacional exerceu sobre o primeiro-ministro Ariel Sharon.

Abed Rabbo denunciou a existência de «grupos terroristas judeus na sociedade israelita, que contam com o apoio do seu governo para assassinar palestinianos», e pediu a Sharon que os detenha. Paralelamente, em numerosas ocasiões, colonos judeus fizeram justiça pelas suas próprias mãos durante o último ano, tendo

destruído propriedades e campos de cultivo palestinianos.

O último caso registou-se, domingo à noite, numa aldeia dos arredores de Ramallah, onde judeus do colonato de Talmon ocuparam um imóvel palestiniano com a desculpa de que milicianos armados dispararam a partir desse local contra um veículo israelita. Os colonos foram retirados do local pelo exército várias horas depois.

Massacre na Nigéria

Um número indeterminado, que poderá ascender a centenas, de habitantes de aldeias de uma zona remota do centro da Nigéria foi assassinado por soldados nigerianos na passada semana.

O massacre ocorreu na região onde foram encontrados os cadáveres esquartejados de 19 militares enviados no dia 12 de Outubro para reprimir actos de violência tribal.

Testemunhas adiantaram que os massacres começaram em Gbeji, e se estenderam a Vaase, Anylin e Zaba-Bian. Esta última fica próxima do local onde foram encontrados os corpos dos soldados.

«Na cidade de Zaki-Bian todo o mercado foi arrasado. Vi mais de 100 corpos pelo chão», afirmou Shehu Tarna, repórter de uma rádio local. As aldeias foram incendiadas e há relatos de que corpos foram regados com gasolina. Por seu lado, o ex-chefe do exército nigeriano, general Victor Malu, ficou horrorizado com o que presenciou: «nunca fiquei em tal estado de choque. O camião cheio de tropas chegou, juntamente com outros soldados, e começaram a disparar. Destruíram tudo de forma sistemática, incluindo a casa do meu pai. Mataram também o líder da aldeia e a sua mulher», disse.

O agricultor Daniel Gbeji também deu o seu testemunho do massacre: «Eles (soldados) chamaram as pessoas e mandaram-nas sentar no chão. Então começaram a atirar, ninguém conseguiu escapar», contou.

Outras testemunhas falam em separação dos homens das mulheres e crianças para depois serem executados no meio das praças locais.

Entretanto, as autoridades do estado de Benue (Sudoeste da Nigéria) impuseram recolher obrigatório nas duas principais cidades do estado. O recolher de período indefinido, em vigor das 18 às 6 horas da manhã, tem por objectivo evitar «as acções de vadiagem nas duas cidades», Makurdi e Gloko, anunciou o secretário do governo do estado, Bo Oche, num comunicado. «Os agentes de segurança receberam ordens para disparar sobre qualquer pessoa que seja apanhada em flagrante delito de violação do recolher obrigatório», adianta o comunicado.

Investigar os crimes

Uma organização nigeriana dos direitos humanos pediu ao presidente Olusegun Obasanjo para dar autorização a uma comissão para investigar os crimes. A organização teme que as autoridades escondam os verdadeiros contornos do caso, como aconteceu em 1999.

«No caso de Odi houve uma cobertura evidente. Não deixaram as pessoas aproximar-se do local durante uma semana e quando se podia entrar já os corpos haviam desaparecido», afirmou Abdul Oroh, da Organização dos Direitos Civis da Nigéria.

Testemunhas locais dizem que milhares de pessoas se escondem nas florestas para fugir dos soldados que querem vingar a morte dos colegas, «possivelmente» à revelia dos comandantes superiores.

Milosevic ao ataque

O ex-presidente jugoslavo Slobodan Milosevic declarou, segunda-feira, que apenas defendeu «o povo do terrorismo» e que por essa razão se encontra no banco dos réus perante o Tribunal Penal Internacional (TPI) de Haia.

«Fui acusado porque defendi a minha nação. Defendi o meu povo do terrorismo, quando a administração (do ex-presidente norte-americano Bill) Clinton cooperava estreitamente com os

terroristas», declarou Milosevic na sua terceira comparência no tribunal de Haia.

Nesta sessão, o antigo presidente jugoslavo reafirmou que o TPI não tem legitimidade para o julgar, destacando também que «nada quer ter a ver» com os advogados oficiais que o representam no tribunal.

No início da audiência, o juiz Richard May anunciou que iria ser lido o acto de acusação contra Milosevic em

relação aos eventos do Kosovo, bem como seria dada a oportunidade ao antigo presidente jugoslavo de se dar como culpado ou não relativamente ao seu envolvimento na primeira parte da guerra da Croácia, entre 1991 e 1992.

«Não tenho qualquer intenção de me familiarizar com o conteúdo de algo que é totalmente fabricado e está longe da verdade», disse Milosevic em relação às acusações do TPI.

Ordem para matar

A administração Bush decidiu que a proibição em vigor nos EUA de proceder a assassinatos políticos não impede o presidente de designar um objectivo concreto e ordenar a sua morte.

De acordo com informações vindas a público nos últimos dias, a decisão baseia-se numa directiva de Clinton datada de 1998 e numa outra aprovada por Bush a seguir aos atentados terroristas de 11 de Setembro, que aumenta significativamente o recurso à violência. A CIA estuda agora a possibilidade de levar a cabo assassinatos selectivos de forma clandestina, mas quer que a sua acção seja escudada pelo poder político.

«O importante é que a cadeia de responsabilidades seja clara», afirmou à imprensa John Gannon, que até Junho último foi o número dois da CIA. «Gostaria que as ordens do presidente fossem tão claras quanto possível, incluindo

os nomes dos objectivos. O sector político tem que apoiar o militar, para que os oficiais dos serviços de inteligência não fiquem desprotegidos», sublinhou Gannon.

Na prática, trata-se de recidivar o velho estilo da CIA, que pelo menos até aos anos setenta nunca olhou a meios para atingir os seus fins. Na época, os visados eram comunistas e outros democratas que não se mostravam dispostos a alinhar com Washington, e para os atingir a CIA nunca hesitou em se aliar com ditadores e terroristas de todos os quadrantes.

Para além de se arrogar o direito de levar a cabo execuções sumárias, fazendo tábua rasa dos mais elementares princípios do direito internacional, o presidente George W. Bush pretende igualmente arregimentar os seus aliados europeus na saga destruidora de importantes conquistas da humanidade. Tanto assim é

que na carta enviada por Bush a 16 de Outubro ao presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, com o rol de medidas que Washington considera deverem ser tomadas na luta contra o terrorismo, o presidente norte-americano afirma que a União Europeia (UE) deve rever a sua legislação «para eliminar a discriminação contra os EUA e países terceiros» nos pedidos de extradição, bem como eliminar das normas europeias todas as referências a «delitos políticos» que possam beneficiar os sujeitos à extradição. Bush pede mesmo à UE que estude «alternativas» à extradição, «como a expulsão ou a deportação». A União Europeia, recorda-se, não faz extradições que possam levar à pena de morte.

Curiosamente, na referida carta, Bush pede apoio para as posições dos EUA na ONU e que se evite nas Nações Unidas «um debate sobre a definição de terrorismo».

A pretexto do terrorismo EUA cerceiam liberdades

A nova lei antiterrorista aprovada nos EUA concede ao governo poderes até agora impensáveis no país que tanto preza as liberdades individuais.

Numa cerimónia realizada na Casa Branca para sublinhar a importância do evento, o presidente George W. Bush assinou sexta-feira passada a nova legislação que aumenta substancialmente os poderes de repressão, investigação e vigilância, especialmente no que toca a conversações telefónicas e comunicações electrónicas.

Classificada por Bush como «um passo essencial para derrotar o terrorismo», a lei visa directamente os estrangeiros a viver nos EUA. A partir de agora basta a «suspeita de vinculação terrorista» para meter na prisão durante sete dias, sem culpa formada, qualquer imigrante.

Sem esconder a sua satisfação, o secretário da Justiça, John Ashcroft, afirmou que os novos poderes serão utilizados «de imediato». «Vamos usar todas as armas ao abrigo da Constituição e da lei para proteger a vida e aumentar a segurança», afirmou. Esta posição está longe de ser consensual.

«As pessoas deveriam estar assustadas com esta lei», diz David Steiberg, professor de direito civil na Jefferson School of Law, citado pelo *El País*. Segundo Steiberg, um governo que se atribui novos poderes legislativos em tempo de

crise é um governo que poderá abusar desses poderes. «A lei pode ser usada contra cidadãos comuns, contra políticos da oposição, contra qualquer pessoa que desagrade por algum motivo», diz o jurista.

Idêntica é a posição de Dale Nelly, da União Norte-americana de Direitos Civis, para quem a legislação agora aprovada dá ao governo «uma autoridade quase ilimitada para nos vigiar nas nossas casas, na Internet e no telefone, e para aceder às nossas informações pessoais».

Em comunicado, a União Norte-americana de Direitos Civis denunciou que «esses novos e irrestritos poderes poderão ser utilizados contra os cidadãos norte-americanos não submetidos a uma investigação penal, imigrantes que residem legalmente, e aqueles cuja liberdade de culto é considerada pelo secretário de Justiça como uma ameaça para a segurança nacional».

Um voto contra

A nova legislação, solicitada cinco dias após os ataques terroristas de 11 de setembro contra Nova Iorque e Washington, foi aprovada a 24 de Outubro na

Câmara dos Deputados por 357 votos contra 66, e ratificado no Senado por 98 votos contra um. O único voto contra foi o do senador democrata Russ Feingold, para quem as «medidas antiterroristas» não garantem «um equilíbrio entre o reforço do cumprimento da lei e a protecção das liberdades civis».

O Senado impôs um limite de quatro anos à vigência das novas medidas «para que se possa analisar se neste período houve abusos inaceitáveis». A administração Bush pretendia que a legislação tivesse um carácter permanente. De igual modo, não vingou a proposta de Bush para que os imigrantes em situação ilegal pudessem ser presos por tempo indeterminado, até à sua expulsão; as autoridades podem detê-los, mas o processo terá de estar concluído num prazo de sete dias.

De registar que desde os atentados de 11 de Setembro e até à passada sexta-feira, ou seja, antes da aprovação dos novos poderes às forças de segurança, o FBI (a polícia federal norte-americana) deteve 952 pessoas, das quais apenas 10 são suspeitas de ligações à rede terrorista Al Qaeda, de Ben Laden. De acordo com informações vindas a público, cerca de 20 pessoas são consideradas «testemunhas materiais» e 165 estão em situação ilegal por violação das leis migratórias. A maioria continua detida.

com os EUA a informação relativa a contas suspeitas de serem usadas para a lavagem de dinheiro. É igualmente ampliada a vigilância das entidades bancárias ameaçadas de sanções.

Ordens judiciais - Para levar a cabo investigações de «terrorismo», as autoridades passam a dispor de uma ordem válida para todo o território nacional, dispensando as autorizações para cada Estado e para cada domicílio.

Outras medidas - Aumentam as penas para delitos terroristas; é ilegalizada a posse de substâncias que possam ser utilizadas como arma química ou biológica; é proibida a entrada nos EUA de imigrantes vinculados a delitos de lavagem de dinheiro.

Motivos de preocupação

De acordo com uma síntese publicada pelo diário espanhol *El País*, são os seguintes os aspectos da nova legislação que suscitam mais preocupações aos defensores das liberdades cívicas:

Detenção - Qualquer imigrante, incluindo os legais, pode ser detido durante sete dias se as autoridades o considerarem suspeito de vinculação terrorista. No final desse período de interrogatório, o detido será libertado ou apresentado ao juiz com acusações formais.

Vigilância telefónica - Basta uma autorização judicial para colocar sob escuta todos os telefones que possam ser usados por um suspeito de actividades terroristas.

Vigilância electrónica -

As comunicações pela Internet são equiparadas às comunicações telefónicas e sujeitas à mesma vigilância, pelo que as empresas do sector devem fornecer o registo da actividade e os correios electrónicos de um indivíduo e dos seus interlocutores electrónicos se houver «suspeitas» de actividade terrorista.

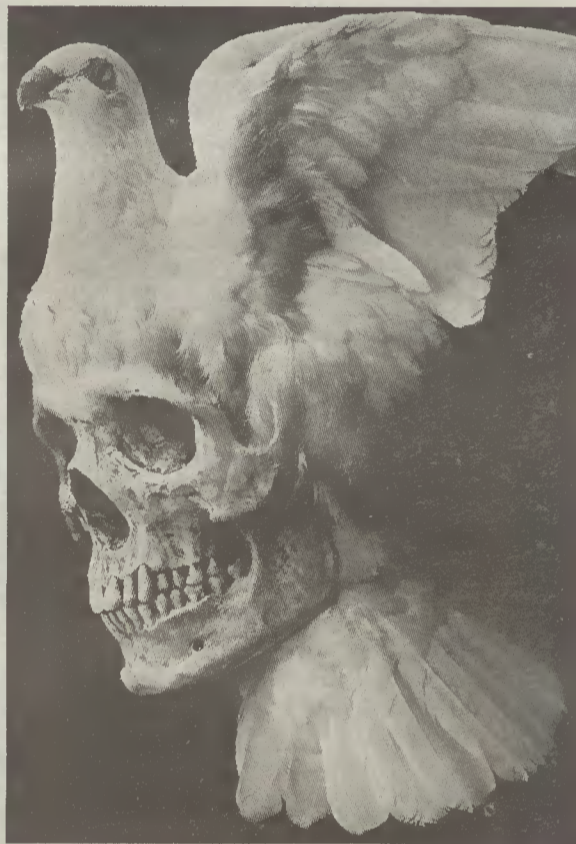
Acompanhamento - É criado um fundo para financiar uma base de dados que permita acompanhar as actividades nos EUA dos 600 000 estudantes estrangeiros espalhados pelas universidades do país.

Lavagem de dinheiro - O Departamento do Tesouro poderá impor sanções económicas aos países cujos governos não partilhem

Lateralidades

• André Levy

Nos seus primeiros meses, a Administração Bush mostrou tremendo desdém face a inúmeros acordos e iniciativas internacionais. Virou as costas ao protocolo de Quioto. Desejando prosseguir com o ambicioso projecto da «Guerra das Estrelas», ameaçou abandonar o tratado de mísseis antibalísticos. Persistiu em torcer o nariz ao tratado internacional regulando minas terrestres, ratificado já por 122 países, juntando-se assim ao Iraque e Afeganistão entre os países não-signatários. Demonstrando enorme incapacidade para diálogo, abandonou a conferência mundial contra o racismo, organizada pelas Nações Unidas em Durban. Mas depois do onze de Setembro tudo mudou. Ou assim nos quer fazer



querer o secretário de Estado, Colin Powell, que recentemente declarou: «já ninguém nos chama unilateral. Somos tão multilaterais que estou acordado 24 horas por dia contactando toda a gente».

Sem querer desprezar os esforços do elemento da Administração Bush que mais se tem empenhado na via diplomática, que tem levantado alguma oposição aos elementos mais belicistas do governo como o secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, e o seu adjunto Paul Wolfowitz, o general Powell talvez precise de tomar o exemplo do seu presidente e dormir uma sesta a meio da tarde. A coligação contra o terrorismo que os EUA procura montar não me convence como demonstração de uma nova postura multilateral. Tomemos alguns exemplos concretos. No passado dia 25 de Setembro, o Departamento de Estado anunciou apoiar o Acto de Protecção dos Americanos Membros ao Serviço (em inglês, *American Servicemembers Protection Act*, ou ASPA), um projecto gerado pela ala conservador republicana, incluindo Tom Delay e Jesse Helms (o mesmo da notória Lei Helms-Burton. O único contributo que Helms terá prestado à paz mundial terá sido a recente promessa de não se recandidatar ao Senado). O ASPA, a ser aprovado, proíbe a participação dos EUA no Tribunal Criminal Internacional, suspende a ajuda militar a qualquer país que se filie ao tribunal (excepto membros da NATO, e outros amigos

como Israel, Japão e Egipto) e rejeita a participação em operações de paz da ONU, a menos que o Conselho de Segurança exclua os soldados norte-americanos de futuros processos. Enquanto instrumento que possa ser usado contra o inimigo do momento, o tribunal mostra-se conveniente, mas é preciso arrogância para querer instituir um tribunal internacional que à partida exclua um país, colocando-o acima dos outros e à margem da lei.

A excepção

Já em pleno estado de alerta devido ao Antraz, Bush declarou continuar a opor-se à Convenção de Armas Biológicas, tratado que data de 1972 e que os EUA ratificaram juntamente com 142 outros países. Em questão está o protocolo de verificação que obriga os países membros a declarar que pesquisa em biodefesa conduz e permite à ONU inspeccionar países membros suspeitos de possuírem programas de armas biológicas. Como no caso anterior, os EUA procuram estabelecer-se como excepção. Por um lado, as indústrias farmacêutica e biotecnológica exercem pressão contra o protocolo por temerem ser inspeccionadas e terem que desvendar segredos técnicos. Por outro lado, o governo dos EUA prossegue activamente um programa de armas biológicas. Um artigo do *New York Times*, em Setembro deste ano, revelou que a CIA possui instalações que fabricam e

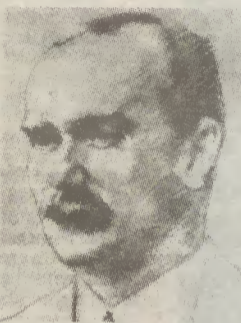
testam armas biológicas, algo que não foi revelado à Convenção. A dra. Rosenberg, da Federação de Cientistas Americanos, encontrou recentemente documentos do Departamento de Energia declarando que os EUA estão planeando testar armas biológicas com agentes activos, no Centro Químico Biológico Edgewood, em Maryland. Este tipo de teste é desnecessário no âmbito de um programa puramente defensivo. Finalmente, cabe-nos perguntar por que é que os EUA, se são tão multilaterais, não procuram antes coordenar o presente combate ao terrorismo no âmbito das Nações Unidas. Pelo contrário, tratam a organização que recebeu este ano o Prémio Nobel da Paz com desdém. Veja-se a carta entregue pelo embaixador às Nações Unidas, John Negroponte, informando que os EUA consideram seu privilégio expandir acções militares a outros países para além do Afeganistão. Ou o ouvido mouco às declarações de Mary Robinson, a comissária das Nações Unidas para os direitos humanos, reclamando uma pausa nos bombardeamentos que permita a intervenção de ajuda humanitária antes da vinda do Inverno, para tentar evitar uma crise de fome e doença que ameaça afectar milhões de afegãos. Todos estes elementos demonstram claramente que os EUA, mesmo num clima com potencial para largo consenso contra o terrorismo, persistem em agir unilateralmente.

• Manoel de Lencastre

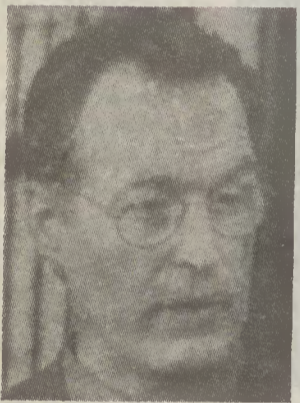
A decisão do IRA deixou os imperialistas perplexos ...

O adeus a algumas armas

Os unionistas protestantes do Ulster e todos os sectores reaccionários que provocam a violência e estavam a preparar-se para o recrudescimento da guerra aberta no Ulster, sofreram uma pesada derrota. Na base das operações militares actuais contra o terrorismo que estão a matar crianças e outros inocentes no Afeganistão, andavam a instigar junto de Donald Rumsfeld, em Washington, o alargamento da luta «antiterrorista» ao IRA (Exército Republicano Irlandês).



James Connolly, mártir da Revolta da Páscoa, em Dublin (1916)



Gerry Kelly, dirigente carismático do «Sinn Fein»

A Assembleia de Stormont não estava a funcionar. Os ministros protestantes tinham-se demitido. O processo político entrara em colapso. Nesta perigosa conjuntura, alguém tinha de fazer qualquer coisa de positivo.

Todos, incluindo o governo de Tony Blair, reclamavam, historicamente, que o IRA entregasse as armas. Sem isso, diziam, não haveria democracia na Irlanda do Norte. Mas os republicanos sabiam e sabem que o seu enfraquecimento militar resultaria no fortalecimento das raízes do unionismo (união entre o Ulster e a Grã-Bretanha), no crescer da arrogância dos fanáticos das várias seitas protestantes contra os católicos, patriotas e partidários da Irlanda Unida. Na atmosfera de ódio criada, já nem as crianças católicas podiam deslocar-se para as escolas sem escolta policial...

Com base na grave crise política que ameaçava de morte o processo de paz, os dirigentes principais do partido católico e republicano, o «Sinn Fein», tiveram de colocar junto da direcção do IRA uma situação por ela bem conhecida mas que exigia medidas mais inteligentes e mais inesperadas.



Martin McGuinness

Evidentemente, os arautos da odiosa campanha pelo desarmamento do IRA não confiavam em que esta organização tivesse a lucidez e a inspiração patriótica para levar à prática algumas medidas de efectivo desarmamento no intuito de que a paz fosse defendida.

Mas foi o que sucedeu. O IRA autorizou que certos paíóis fossem examinados pelos comissários da «Comissão de Desarmamento», a sul da fronteira entre o Ulster e a República da Irlanda e já no território desta – precisamente, nas províncias de Louth e Cavan. Uma vez verificados, o IRA manifestou-se preparado para destruir o seu conteúdo ou enclausurá-lo em cimento. Contra isto, o governo britânico, apanhado de surpresa, foi obrigado a oferecer o desmantelamento de quatro postos de observação fronteiriça em South Armagh e o recomeço da retirada de parte das suas forças militares estacionadas no Ulster. Concordeu, ainda, em oferecer uma amnistia para todos os patriotas acusados de «actos terroristas» antes de Abril de 1998.

O protestantismo navega no gangsterismo

Palavras de Gerry Adams: «Não vejo razão para que permaneçam tropas britânicas em qualquer parte da Irlanda. Desejo ver toda essa infra-estrutura destruída. É essencial que sejam tomadas medidas para que tanto os britânicos como os unionistas acompanhem as históricas decisões do IRA.»

O que está a passar-se mobilizará processo político uma vez mais. David Trimble vai regressar ao seu posto de primeiro-ministro. Stormont vai voltar a reunir.

Os ministros regressarão às suas actividades. E o bom povo da Irlanda do Norte considerará que a paz deu um passo em frente. Resta verificar as reacções dos fanáticos do protestantismo cujos pequenos exércitos não desarmam e cujos dirigentes não desejam abandonar os novos negócios em que entraram – os do contrabando e distribuição de estupefacientes e os do controlo de zonas comerciais e residenciais para cobrança de taxas de protecção. O inimigo espreita.

A declaração do IRA

«O IRA está comprometido com o objectivo republicano de realização da Irlanda unida com base na igualdade, na liberdade e na justiça. Em Agosto de 1994, decorrendo intensas negociações entre os governos de Dublin e Londres, a direcção do IRA decidiu cessar todas as suas operações militares. Isto, para que fosse criada a dinâmica de um processo de paz.

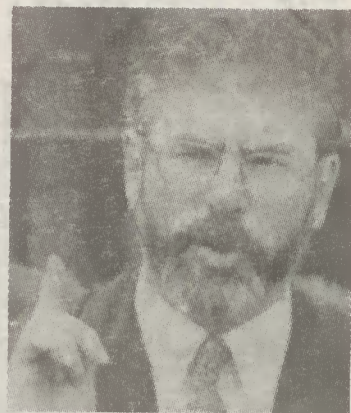
«Nunca foi mencionada a questão do desarmamento. Dizemos isto sem qualquer ambiguidade. Mas, infelizmente, as forças do unionismo e outras no «establishment» britânico demonstraram estar opostas a qualquer processo de mudança. Utilizaram sempre o desarmamento como uma desculpa para frustrar

e subverter o processo de paz. Foi por esta razão que essa matéria acabou por ser introduzida pelo governo britânico no desenrolar do processo de paz.

«Tendo em vista a necessidade de vencer estas resistências e proporcionar as mudanças adequadas para que se concretize uma paz duradoura, a direcção do «Oglaigh na Eireann» (IRA) tomou algumas iniciativas substanciais. Estas incluem o nosso compromisso em discutir com a «Comissão Internacional Independente para o Desarmamento», questões relacionadas com a inspecção de certo número de paíóis. As inspecções em causa serão realizadas pelos dois inspectores internacionais Cyril Ramaphosa e Martii Ahtisaari.

«Ninguém duvide das dificuldades que estas iniciativas nos causarão, bem como aos nossos contingentes de voluntários e aos nossos apoiantes. O processo político acha-se em vias de colapso. Tal colapso colocaria o processo de paz em perigo mortal. Pensamos que existe uma forte responsabilidade para com a causa da paz, da parte de todos os que desejam evitar aquele colapso e aquele perigo. Para que a paz seja salva, decidimos levar à prática o esquema que tinha sido acordado em Agosto. As nossas razões são perfeitamente claras.

«Com efeito, estas decisões sem precedentes só têm a finalidade de defender o processo de paz e convencer outros de que as nossas intenções são genuínas.»



Gerry Adams

Cronologia do Desarmamento no âmbito do Acordo de Paz

10.04.1998 – Assinatura do Acordo de Sexta-Feira Santa que descrevia a entrega de armamentos apenas como «indispensável»;

20.07.1999 – Tony Blair e o primeiro-ministro da República da Irlanda, Bertie Ahern, começam a revisão das condições resultantes do Acordo de Paz;

18.10.1999 – Os fanáticos do unionismo indicam que resistirão a qualquer política que não tenha em conta, prioritariamente, o desarmamento por parte do IRA;

17.11.1999 – O IRA concorda em nomear um representante seu para dialogar com o general canadiano John de Chastelain e com o seu serviço de desarmamento;

27.11.1999 – O Congresso do Partido dos Unionistas do Ulster autoriza David Trimble a constituir um Executivo em associação com os demais partidos antes de realizado o desarmamento das forças paramilitares;

29.11.1999 – Toma posse o Executivo do Ulster dele fazendo parte ministros em representação do «Sinn Fein» – Martin McGuinness e Bairbrié de Brun;

31.01.2000 – O general de Chastelain declara que não pode confirmar quaisquer medidas do IRA para o desarmamento dos seus efectivos;

11.02.2000 – A devolução de poderes ao Executivo do Ulster é feita suspender pelo gabinete de Whitehall que reintroduz o sistema de administração directa a partir de Londres;

30.05.2000 – Depois de uma declaração do IRA mostrando-se preparado para iniciar o desarmamento, o governo britânico reentrega a administração do Ulster ao parlamento de Stormont e ao Executivo presidido por Trimble;

26.06.2000 – O IRA confirma que alguns depósitos de armas foram inspeccionados pelo general de Chastelain e pelos restantes membros da sua comissão de desarmamento;

26.10.2000 – O general de Chastelain confirma ter realizado uma segunda inspecção a «stocks» de armamento do IRA;

28.10.2000 – O partido protestante e unionista de David Trimble concorda, após uma votação que deu uma maioria extremamente limitada, em que o chefe do Executivo continue em funções apesar de não serem convincentes as medidas de desarmamento por parte do IRA;

08.03.2001 – O IRA promete voltar a realizar conversações com a comissão de desarmamento presidida pelo general de Chastelain;

08.05.2001 – David Trimble entrega o seu pedido de demissão, por carta, mas com efeitos apenas a partir de 1 de Julho, sugerindo que se o IRA não tiver tomado medidas credíveis de desarmamento até essa data, a demissão será efectiva;

30.05.2001 – Realiza-se uma terceira inspecção a paíóis do IRA;

01.07.2001 – Não considerando suficientes as inspecções realizadas para o real desarmamento do IRA e julgando que os paramilitares republicanos apenas procuram ganhar tempo com vista à formulação de exigências em áreas diferentes da política do Ulster, David Trimble torna efectiva a sua demissão;

08.08.2001 – O IRA, não tendo interesse na paralisação das novas instituições criadas pelos Acordos de Sexta-Feira Santa, afirma-se preparado para discutir com o general de Chastelain um esquema conducente a medidas de efectivo desarmamento;

14.08.2001 – Mas, face à decisão do governo britânico de suspender o Executivo de Belfast, o IRA suspende, também, a sua nova proposta;

11.09.2001 – Os ataques terroristas em New York e Washington permitem novo alento aos ultra-unionistas que exigem dever o IRA ser considerado, também, uma organização terrorista equivalente à que levou a cabo aqueles actos;

13.10.2001 – Martin McGuinness afirma estar profundamente empenhado em conseguir que o desarmamento venha a realizar-se;

17.10.2001 – Os três ministros do Partido Unionista do Ulster (Trimble) demitem-se;

22.10.2001 – Para salvar o processo de paz, Gerry Adams e Martin McGuinness, os dois principais dirigentes do «Sinn Fein», apelam junto do IRA no sentido de que o desarmamento vá para a frente.

Quem disse que não há bruxas?

Está disponível na Internet o texto dum interessante depoimento numa Audição da Comissão para as Relações Internacionais da Câmara de Representantes dos EUA (Subcomissão para a Ásia e o Pacífico). O depoimento foi prestado, em 12 de Fevereiro de 1998, por John Maresca, vice-presidente para as Relações Internacionais da Unocal, uma grande empresa norte-americana que o próprio orador descreve como «uma das maiores empresas mundiais no campo dos recursos energéticos e o desenvolvimento de projectos».

Vale a pena transcrever algumas passagens deste depoimento, que é de uma actualidade evidéssima. No final, acrescentam-se algumas notícias recentes.

«[...] Sr. Presidente, a região do [mar] Cáspio contém enormes reservas não

países do Cáucaso e Ásia Central enfrenta difíceis desafios políticos. [...]

«Porque os oleodutos/gasodutos da região foram construídos no período soviético centrado em Moscovo, tendem a dirigir-se para o norte e o ocidente. Não existem ligações para o Sul e o Leste. [...]

«Dois grandes projectos de infra-estruturas procuram corresponder à necessidade de capacidade adicional de exportação. Um, sob a égide da *Caspian Pipeline Consortium*, planeia construir um oleoduto para Ocidente, a partir do Cáspio do Norte até ao porto russo no mar Negro de Novorossiysk. O petróleo seguiria então, em navios cargueiros, através do Bósforo até ao Mediterrâneo e os mercados mundiais. O outro projecto é patrocinado pela *Azerbaijan International Operating Company*, um consórcio de 11 empresas petrolíferas estrangeiras, incluindo quatro empresas americanas: a *Unocal*, a *Amoco*, a *Exxon* e a *Pennzoil*. Este

samos que o factor central na planificação desses oleodutos deve ser a localização dos futuros mercados energéticos que mais provavelmente necessitarão desses novos abastecimentos. [...] A Ásia [...] terá necessidades de consumo energético em rápida expansão. [...] A questão-chave é como garantir que os recursos energéticos da Ásia Central sejam disponibilizados para os mercados asiáticos. Existem duas possíveis soluções, com várias variantes. Uma opção é a de caminhar para Leste através da China, mas esta solução implicaria a construção de um oleoduto de mais de três mil quilómetros só para chegar à China Central. Para além disso, teria de haver ligações de 2000 km para chegar aos principais centros populacionais junto à costa. A questão será assim a de saber quais os custos do transporte de petróleo por este oleoduto [...]

«A segunda opção é a de construir um oleoduto para sul, a partir da Ásia Central até ao Oceano Índico. Uma rota óbvia para Sul atravessaria o Irão, mas essa está interdita a empresas americanas devido às sanções impostas pelas leis dos EUA. A única outra rota possível atravessa o Afeganistão [...]. Desde o princípio tornámos claro que a construção do oleoduto que propusemos através do Afeganistão não pode começar enquanto não houver um governo reconhecido que tenha a confiança dos governos, dos credores e da nossa empresa. [...]

«A *Unocal* antevê um oleoduto que se torne parte dum sistema regional que recolha o petróleo das actuais infra-estruturas de oleodutos no Turquemenistão, Uzbequistão, Cazaquistão e Rússia. O oleoduto de 1040 milhas de extensão encaminhar-se-ia para Sul, através do Afeganistão até um terminal de exportação que seria construído na costa paquistanesa. Este oleoduto de 42 polegadas de diâmetro teria uma capacidade de embarque de um milhão de barris de petróleo por dia. O custo estimado deste projecto, que é análogo em envergadura ao oleoduto que atravessa o Alasca, será de 2500 milhões de dólares.

«Devido às abundantes reservas de gás natural da Ásia Central, o nosso objectivo é o de ligar os recursos de gás com os mercados viáveis mais próximos. [...] O projectado gasoduto *Eurasia* transportaria o gás directamente do Turquemenistão, através do mar Cáspio, do Azerbaijão e Geórgia, até à Turquia. [...]

«Em Outubro passado, a *Central Asia Gas Pipeline Consortium*, chamada *CentGas*, em que a *Unocal* detém interesses, foi criada para desenvolver um gasoduto que ligará o vasto depósito de gás de Dauletabad, no Turquemenistão, com mercados no Paquistão, e talvez na Índia. Este gasoduto projectado, com 790 milhas de extensão, atravessaria o Afeganistão, a partir do Turquemenistão e chegando a Multan, no Paquistão. Um prolongamento projectado levaria então o gás para Nova Deli, onde se ligaria com um gasoduto já existente. Tal como no caso do oleoduto proposto para o petróleo da Ásia Central, a *CentGas* não pode iniciar a construção enquanto não esteja no poder um governo afegão internacionalmente reconhecido. [...]

«O governo dos EUA deve usar da sua influência para ajudar a encontrar soluções para todos os conflitos da região. [...] Especificamente, apelamos para que seja revogada ou retirada a secção 907 do *Freedom Support Act*, que restringe de forma injusta o auxílio

do governo dos EUA ao governo do Azerbaijão e limita a influência dos EUA na região.»

Lista de encomendas

Os acontecimentos destes dias em torno do Afeganistão são bem conhecidos de todos. Menos publicitado, mas coincidindo no tempo, é o facto de se ter registado um súbito agravamento da guerra na Geórgia, onde a região da Abkhazia (que luta pela sua autonomia, e que se encontra precisamente junto ao mar Negro) foi alvo, nos primeiros dias de Outubro, duma incursão por parte de um grupo de centenas de terroristas tchetchenos e «guerrilheiros georgianos». Na Abkhazia encontra-se uma força de manutenção de paz da Comunidade de Estados Independentes (que agrupa a maioria das repúblicas saídas da ex-URSS, incluindo a Geórgia), força essa com uma missão reconhecida pela ONU. Coincidindo com o ataque dos bandos tchetchenos, o presidente georgiano, Eduard Shevardnadze, regressado recentemente duma viagem aos Estados Unidos, exige a retirada da força da CEI e a sua substituição por uma «força multilateral» (segundo o boletim noticioso da Rádio Europa Livre, *RFE/RL Newslines*, 17.10.01). Mais explícito foi o presidente da Comissão Parlamentar georgiana para a Defesa e Segurança, Baramidze, que considerou que o seu país devia pedir o envio duma força da NATO (*RFE/RL Newslines*, 15.10.01). No dia 20 de Outubro, a Rússia deslocou um importante contingente militar para a sua fronteira com a Abkhazia, perante o perigo de haver infiltrações de bandos tchetchenos provenientes da Abkhazia (Canal TV *Euronews*).

Entretanto, o presidente da Arménia, Robert Kocharian, escreveu ao presidente dos EUA, Bush, exprimindo «profunda preocupação» perante os esforços de «alguns congressistas dos EUA para garantir a revogação da Secção 907 da Lei de Apoio à Liberdade (*Freedom Support Act*), que proíbe ao governo dos EUA dar auxílio ao Azerbaijão, enquanto esse país mantiver um bloqueio à Arménia e à República não reconhecida [internacionalmente] do Nagorno Karabakh. [...] Referindo-se a relatos na imprensa ligando o Azerbaijão ao terrorista, nascido na Arábia Saudita, Osama ben Laden, Kocharian disse que a revogação da Secção 907 também poderia ser interpretada como premiando “um país que, na realidade, alberga terroristas”» (*RFE/RL Newslines*, 11.10.01). Poucos dias depois, a resposta ao presidente arménio chegou sob a forma duma carta do ministro dos Negócios Estrangeiros americano, Colin Powell, dirigida ao presidente da Comissão de Assuntos Exteriores do Senado dos EUA, apelando para que seja retirada a Secção 907 do *Freedom Support Act* «como reconhecimento da entrega de informação secreta a Washington e da disponibilidade do Azerbaijão para permitir o uso do seu espaço aéreo pela campanha antiterrorista dirigida pelos EUA» (*RFE/RL Newslines*, 17.10.01).

E assim, a «lista de encomendas» elaborada pelo vice-presidente da *Unocal* em 1998 parece estar a ser concretizada em todos os seus pormenores por esse estado-maior do complexo militar-petrolífero também conhecido pela designação «governo dos Estados Unidos da América». Tudo em nome da luta contra o terrorismo, claro.



exploradas de hidrocarbonetos. Só para dar uma ideia da dimensão, as reservas de gás natural confirmadas equivalem a 236 mil milhões (10¹²) de pés cúbicos. As reservas petrolíferas regionais podem bem totalizar mais de 60 mil milhões de barris de petróleo. Algumas estimativas chegam a indicar 200 mil milhões. [...]

«Uma questão maior está ainda por resolver: como fazer com que os vastos recursos energéticos da região cheguem aos mercados que deles necessitam. A Ásia Central está isolada. Os seus recursos naturais não têm saídas de escoamento, quer geográfica quer politicamente falando. Cada um dos

consórcio antevê duas rotas possíveis: uma que se dirija para o Norte e atravesse o Cáucaso do Norte até Novorossiysk; a outra rota atravessaria a Geórgia, até um terminal marítimo no mar Negro. Esta segunda rota poder-se-ia estender para Ocidente e para o Sul, através da Turquia até ao porto mediterrânico de Ceyhan. Mas, mesmo que ambos os oleodutos fossem construídos, não teriam capacidade total para transportar todo o petróleo que se espera venha a fluir da região no futuro. Nem teriam condições para o transportar até aos mercados certos.

«Terão de ser construídos outros oleodutos para exportação. Na *Unocal*, pen-

• Miguel
Urbano
Rodrigues

A barbárie americana no Afeganistão

O massacre de desinformação comandado dos EUA apresenta o Afeganistão como um espaço de barbárie. Os talibãs (antes armados e acarinhados por Washington) são uma fracção mínima da população afegã. Mas a propaganda mediática confunde esse bando de fanáticos, que inspira repulsa universal, com um povo inteiro, a vítima real da agressão norte-americana.



Os talibãs destruíram os budas. Agora são os bombardeamentos dos EUA a destruir o que sobrou das grandes culturas que se desenvolveram no território do actual Afeganistão

Na sua imensa ignorância, o presidente Bush e os seus generais desconhecem que o território do actual Afeganistão foi berço de grandes civilizações e terra de implantação de outras como a persa, a grega, a árabe e a dos mauryas indianos que marcaram decisivamente a história da humanidade.

Os pilotos da US Air Force, agindo ao serviço de modernos bárbaros, estão a bombardear com orgulho lugares que encerram tesouros arqueológicos que são património mundial.

Quase diariamente a televisão informa que alvos na região de Jalalabad foram atingidos com êxito. Não se esclarece onde explodiram os mísseis e as bombas. Por conhecer aquela província sei que ali se concentra um conjunto único de stupas – monumentos funerários budistas – do início da Nossa Era. Pela sua quantidade e densidade é quase impossível que algumas não tenham sido destruídas pela chuva de metralha vinda das máquinas de guerra norte-americanas.

Com idêntica frequência os porta-vozes do Pentágono anunciam alegremente que a pista do aeroporto de Bagram ou algum microquartel daquela área foi bombardeado com pleno êxito. Omitem que o subsolo de Bagram é um imenso campo arqueológico de incalculável valor. Ali foi desenterrado por uma missão de sábios franceses o chamado Tesouro de Bagram – jóias, estatuetas, peças de cerâmica e outras obras de arte – que permitiu levantar uma parcela do véu de mistério que continua a envolver a civilização criada por um povo ariano desaparecido, os Kuchanos, que, nos séculos I e II, desempenhou um papel fundamental na história da humanidade.

A monarquia Kuchana foi o intermediário comercial entre a Roma dos Antoninos e a China dos Han no período de apogeu de ambas as civilizações. Foi na época Kuchana também que surgiu e se desenvolveu a Arte dita de Gandhara, cuja estatuária fundiu em obras belíssimas a técnica, o rigor formal dos artistas greco-bactrianos das cidades-estado helenísticas do Nordeste do actual Afeganistão com a espiritualidade e a imaginação dos escultores hindus e budistas.

Os bombardeamentos de Herat foram trombeteados com a mesma leviana euforia militar. É indiferente a Bush e seus assessores que Herat tenha sido definida no início do século XVI pelo príncipe Babur, descendente de Tamerlão e fundador do Império do Grão Mogol, como a mais bela e civilizada cidade do mundo. Os monumentos que restam dessa época constituem ainda uma maravilhosa herança da arquitectura do Renascimento Timurida.

Quem são os bárbaros?

Em televisões estrangeiras registei duas ou três referências a Ghazni. Terá sido bombardeada? Permanecerão ainda de pé os seus minaretes quase milenares?

Ghazni é, estou certo, uma palavra sem significado para os homens que na Casa Branca enchem a boca com a palavra civilização. Tal ignorância não apaga a história.

Ghazni foi nos séculos X e XI a capital de um sultanato turco que deixou memória inapagável:

1.º – Foram os exércitos turcos de Mahmud – e não os árabes – que difundiram a religião islâmica na Índia, acontecimento que iria pesar decisivamente no rumo da história.

2.º – Sob o mecenato de Mahmud e de seu filho Ghazni, tornou-se um foco de cultura que irradiou pela Ásia. Ali nasceram ou afluíram dezenas de escritores, cientistas, filósofos, teólogos, cujas obras, pelo seu significado, permaneceram pelos séculos agora como paradigmas do génio criador do Islão. Para exemplificar, citarei quatro. Firdusi escreveu o Xanana (o Livro dos Reis), epopeia hoje traduzida em dezenas de países que narra a saga dos antigos iranianos e representa para os povos de língua persa o que os Lusíadas significam para os portugueses. Sanaf, um sufi, escreveu o Sol Ul Ibad, um poema místico comparado pela temática e pela beleza literária à Divina Comédia de Dante Alighieri. Al Biruni, que acompanhou Mahmud em expedições à Índia, foi talvez o mais eclético sábio da Idade Média. Matemático, astrónomo, filósofo, historiador, botânico, etnólogo, dominava seis ou sete idiomas, e deixou obras sobre a Índia e os seus povos que se tornaram de estudo obrigatório nos grandes centros de cultura do mundo muçulmano. Finalmente, Ib Sina, o famoso Avicena, o maior médico da época, nasceu e cresceu numa área da Transoxania, então sob soberania de Ghazni, embora se tenha fixado posteriormente no Irão.

Obviamente, George Bush nunca ouviu falar do Sultanato de Ghazni e dos seus sábios e artistas, da civilização Kuchana, dos Timuridas de Herat. Não lhe censuro a sua insuperável ignorância, mas ela não lhe confere o direito de fazer explodir mísseis sobre o que sobrou de grandes culturas que se desenvolveram no território do actual Afeganistão.

Quando, com pompa e orgulho, pronuncia a palavra Kandahar para anunciar que foi bombardeada com êxito, não faz a menor ideia de que nessa cidade, fundada por Alexandre da Macedónia, o povo local falava ainda grego e aramaico, dois séculos depois. Foi um edicto do rei Maurya Achoka, gravado numa estela de pedra encontrada por acaso numa ruína, que nos trouxe há poucos anos essa revelação. É claro que o presidente dos EUA, a cujos olhos os crimes dos Cruzados aparecem como actos de heroísmo, não ouviu sequer falar, provavelmente, da existência desse monarca indiano que reinou sobre Kandahar e outras terras afegãs. Admito que nunca o informaram de que Achoka se tornou credor do respeito universal ao proibir por edicto real a guerra na área do seu império por considerar que é um fenómeno bárbaro, incompatível com a vocação e o destino dos homens. A metralha que desce dos céus sobre terras do Afeganistão e atinge diariamente os povos que ali vivem é, segundo o sistema de poder imperial dos EUA, uma resposta aos atentados terroristas do 11 de Setembro. A punição recai, entretanto, sobre populações misérrimas que nunca ouviram sequer falar de Manhattan, das suas ex-torres e do Pentágono.

É oportuno perguntar: onde estão os bárbaros?

Comunicação

Francisco Silva

Em 1968, era ministro da Educação o mediático Hermano Saraiva. Com o fito de desacreditar os estudantes do Técnico em luta, veio à Televisão afirmar, mentindo, que aqueles tinham reivindicado casas de banho comuns para alunos e alunas. Era uma ridícula falsidade... o que os estudantes reivindicaram foi mais casas de banho para as raparigas, porque eram insuficientes. Dezena de anos mais tarde, dizia-me uma colega que, na altura, a sua mãe tentou evitar que ela fosse para o Técnico para não se sujeitar a depravações. A Associação de Estudantes do Técnico tinha uma Direcção eleita, um caso raro numa época em que a norma eram as Comissões Administrativas nomeadas pelo governo.

Autoridade



E o governo tinha de cortar o mal das legitimações democráticas pela raiz.

Um mal apontado à Internet é os utentes que nela navegam estarem expostos a informação de que não são conhecidas as fontes e, portanto, sujeitos a serem enganados e manipulados. É uma crítica ouvida e lida a profissionais da comunicação social e a outros cidadãos que lutam por uma informação fiável e de qualidade.

Ora, para além de tais afirmações não se quadrarem com a imensidade de sites disponibilizados por órgãos de comunicação social, por administrações públicas, por universidades, por partidos, por empresas, eu sei lá que mais, não é pacífico afirmar que autoridade - autoridade no sentido mais geral de autoria, no sentido de que os autores estão identificados - signifique informação fiável e de qualidade. É o caso do exemplo de Hermano Saraiva acima referido.

Dirão: olha que exemplo este; logo o de um ministro de um regime fascista em acção de propaganda! Mas todos nós já ouvimos também dirigentes políticos de regimes democráticos mentirem descaradamente, ecoando essas mentiras através da comunicação social. E, muito raramente, é certo, mais tarde até pedirem perdão por tais dislates. Um dirigente político, um governante, é normal que se comportem assim - pensa muita

gente; faz parte da sua profissão. Eu não acho que seja normal. Mas adiante, para o efeito dou este argumento de barato. E passo, então, para os jornalistas. Porque, afinal, eles são, por definição, os autores profissionais relativamente à informação que é difundida para o público. Porque podem e devem assegurar neutralidade e objectividade. E ainda porque, a comprová-lo, existem nobres tradições na sua profissão.

Seja. Mas, no entanto, também são muitos, mais que suficientes, os exemplos de inexactidão, de erros, de clamorosa falta de isenção, quantas vezes encapotada com muita arte, de trucagem nos dados, nos textos e nas imagens, enfim, de tudo um pouco.

Clássicos e expressivos são casos como os do desenterramento dos cadáveres de Timisoara, ou da troca de etnia na identificação de mortos por altura da guerra na Bósnia - afinal não eram croatas mas sérvios -, ou da utilização continuada de aves de outra zona do Globo que não do Golfo para ilustrar a catástrofe ecológica realmente provocada, não apenas pelo lado de Saddam Hussein, mas também, sabe-se hoje, pelo lado «Occidental» (afinal, as guerras são em si sempre uma coisa má, contudo, por vezes, inevitáveis).

Mas lembro-me também de outros casos. Casos caindo fora do âmbito das justificações próprias da propaganda e contrapropaganda em tempo de guerra, quando se está apenas autorizado a alinhar incondicionalmente pelo campo próprio, se não se quiser ser acusado de traição. Por exemplo, um caso ocorrido por altura de umas eleições em Espanha, simultaneamente para as Cortes e para as Regiões. Li um dos nossos principais diários e não atinei com as misturadas dos dois níveis de resultados eleitorais, regionais e nacionais - uma leitura menos atenta talvez não as tivesse descoberto. Mas eu apercebi-me do ludíbrio dos resultados e comentários negativos relativos à IU, talvez porque por hábito sou desconfiado do que oferecem tais órgãos. E tive que ir a outros lados para descobrir a verdade dos factos. Fui à Internet, a sites que me davam os resultados detalhados e comprovei a marosca... de que eu estava já um pouco à espera.

Por isso, autoridades? - Sim e não. Autoridades de lados diferentes para confrontação? - Claro que sim. E não-autoridades também? - Claro que sim. Com frequência revelam-nos aspectos insuspeitados. Praticar a análise crítica é necessário. E não é de tutores que carecemos, antes de acção colectiva que incorpore criticamente conhecimentos especializados e meios tecnológicos apropriados.

Pontos Naturais

Mário Castrim

Encontros

I
A que lei faltei? À vossa.
Mas, só porque é vossa, é lei?
Sim, entreguei aos homens
o segredo do fogo. É deles
o futuro, não vosso. Vale mais
um instante da sua respiração
do que toda a vossa podre eternidade.

Castiguem-me. Amanhã serei lembrado
não vós, ó eternos!

Discurso de Prometeu, ARISTON, 420 a.C.

II

Fugi dos meus donos
e juntei-me a Espártaco.
Resistimos a Roma
que tremeu
não pela força que tivemos
mas por aquela que despertávamos.
Quando entendi que essa força nunca mais
ia ter fim
disse então sim, és um escravo libertado.

(L. ALBINUS, 60 anos a.C.)

III

O Sinédrio
depois de ver Pedro e Simão
falar ao povo
convocou-os, proibiu-os
de falar.
Quem sois vós - disse Pedro -
para nos mandar calar?
Ao reino que há-de vir nos consagramos.
Só a ele servimos e ouvimos.

E presos, através das grades,
continuaram falando à multidão.

(MATIAS, ano 80 d.C.)

IV

Fui visitá-lo.
Estava calmo.
Olhava para a janela e dizia:
«Tanto há por fazer!»
Depois sorriu e delicadamente
mal tocando com os lábios na chávena
murmurou: «Não te inquietes por mim.
Nunca ninguém vai impedir ninguém
de andar à volta do Sol.»

(L. CONTE, aluno de Galileu)

V

Vejo a luz acesa. Bato à porta.
Acode envolvido num cobertor.
Ainda a trabalhar?
Espera só um momento.
Debruçado na mesa.
Ourives concentrado
na ordenação das mil pedrinhas.
Treme de frio. Felizmente
levava-lhe uma sanduíche e chá bem quente.
Quase manhã.
O capitalismo pode dormir descansado.
Mas não por muito tempo.

(A. SPENCER, amigo de Marx)

VI

Sou tua filha, meu filho.
Nasci do ventre da tua palavra.
Aprendi a olhar e a falar
contigo, e sobretudo a não temer.
Agora vou ter inumeráveis filhos
e não te perderei mais
eu, mãe das estrelas, tua filha.

(MÃE, de Gorki)

VII

A bomba caiu sobre toda a cidade.
Sobre ela caiu a maldição.
Quando vai acabar, em todo o mundo,
o número dos seus mortos?

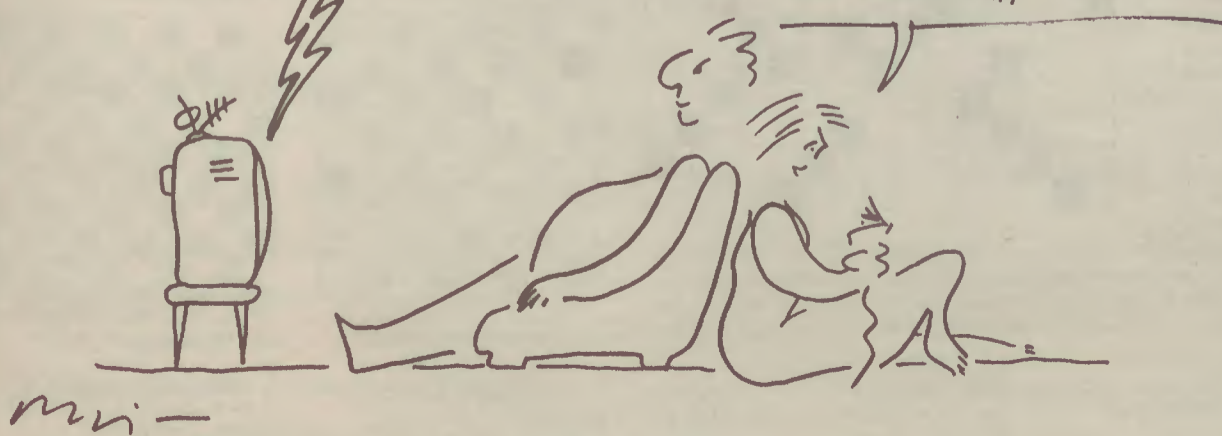
(KATSUTAWA, sobrevivente de Hiroxima)

Cartoon

Monginho

O GOVERNO COMEMOROU
DOIS ANOS DE VIDA
COM UM CONSELHO
DE MINISTROS INFORMAL
DEDICADO A' REFLEXÃO...

POIS, POIS... SEMPRE QUE
ELES SE PÕEM A PENSAR
ENTRA MOSCA E SAI
DINHEIRO DO BOLSO
DA GENTE!!!



mni -

Religiões

• Jorge Messias

A formação de um partido católico é condenável aos olhos dos bispos conservadores que defendem a intransigente manutenção da estabilidade doutrinal da igreja. Qualquer compromisso abertamente assumido no plano político constitui prova de aventureirismo dogmático. A igreja dispõe de outros processos de intervenção.

Diferentemente, para os bispos políticos e modernizantes a ideia do partido católico é excelente. Só o poder assumido determina o sucesso. A igreja precisa de se instalar abertamente na área política da governação. Mesmo por razões de ordem interna. Só a sua presença determinante no poder permitirá recuperar o tempo perdido e realizar a reforma estrutural acelerada da igreja portuguesa. «Levantemos âncora e façamo-nos ao largo.»

Os partidos da democracia cristã

Na sua fase contemporânea, os partidos católicos da democracia cristã surgiram logo após o



Cruz e encruzilhada (5)

termo da 2.ª Guerra Mundial e desempenharam papel determinante nas décadas seguintes. Homens seus, como Adenauer, Schuman, De Gasperi ou Fanfani, talharam à sua vontade os contornos da Nova Europa e do mundo onde vivemos. Os partidos da democracia cristã são assim chamados porque reclamam como seu programa de acção permanente a doutrina da igreja concebida como Ordem Moral das instituições. Anticomunistas, não recusam, no entanto, os entendimentos à esquerda, desde que os considerem vantajosos. Cultivam um discurso social quanto baste para satisfazer os trabalhadores e as camadas populares. Mas aliam-se, sistematicamente, à alta finança, à extrema-direita ou com o grande empresariado cujos interesses procuram representar. Quando se constituiu a NATO, em 1949, e se levantaram fortes resistências à Aliança, por parte dos trabalhadores e das suas representações políticas, a esperança dos estados capitalistas (nomeadamente os EUA) consistia em pacificar o clima social através da instalação de governos democratas-cristãos. Deles se esperava a formação de uma «terceira via» parlamentar, capaz de evitar a deflagração de uma guerra civil com natureza de classe, alargada a todo o continente. O objectivo veio a ser alcançado, em grande parte devido à repressão política, mas a democracia cristã, que deveria ser discreta nos seus procedimentos, cedo demonstrou a sua dependência do Vaticano, dos grandes grupos económicos e empresariais e das alianças militares.

A ideia da Nova Ordem Moral depressa soçobrou por entre as vagas dos contínuos escândalos políticos

e financeiros. A partir dos finais da década de 70, a democracia cristã entrou em fase de apagamento relativo. Vieram a lume crimes abomináveis, como o das «Brigadas Vermelhas», do Banco Ambrosiano, do assassinato de Aldo Moro, etc.

De resto, há nessa fase um curioso paralelismo com a actual situação portuguesa. Afirma o historiador H. Stuart Hughes na sua *História da Europa Contemporânea*, pág. 162: «O conflito sobre política económica promoveu a aliança de socialistas, comunistas, marxistas e partidários da intervenção estatal contra os democratas-cristãos que optavam pela livre empresa. Pelo contrário, no plano das liberdades pessoais, os socialistas alinhavam com os democratas-cristãos, contra os comunistas autoritários. De modo que o tripartidarismo cindia-se, não só por uma fractura mas por duas, e os socialistas ocupavam uma posição intermédia cada vez mais confortável.»

Entretanto, os partidos da democracia cristã, sobretudo em Itália, não cessavam de aumentar a sua força política. Aliavam-se com o PSI, em questões consideradas menores, e iam ficando. As suas editoras publicavam Marx e Engels. Financiaram certas alas do PCI através, sobretudo, do Movimento Comunhão e Libertação.

No jogo parlamentar, não precisavam de maiorias absolutas. Dois ou três pequenos partidos ou deputados independentes apareciam sempre disponíveis para formar maiorias com os democratas-cristãos. Ora, tão ambiciosa estratégia do poder só se torna possível com a existência de uma forte componente confessional.

Pontos Cardeais

Afinal...

Com a paranóia que por aí vai, as especulações sobre a «guerra biológica» a desencadear pelos canchais que engendraram os atentados de 11 de Setembro tornaram-se rapidamente certas para muitos dos plumitivos que, em Portugal, se dedicam afanosamente a promover uma cruzada universal «contra o terrorismo». As insistentes afirmações das próprias autoridades norte-americanas a advertir, regular e taxativamente, que até agora não foi identificada qualquer relação entre os ataques com antraz, nos EUA, e as redes terroristas presumivelmente ligadas aos atentados não segregaram qualquer prudência nos opinativos «falcões»: para eles a guerra biológica do fundamentalismo islâmico já começara e o antraz estava aí para o provar!

E afinal... tudo aponta que a autoria desse novo crime terrorista, que anda a espalhar alguns esporos de antraz e muito pânico pelos EUA, vem de gente de extrema-direita do próprio país. Quem o afirma é o FBI e a CIA, confirmando não ser por acaso que as autoridades norte-americanas nunca relacionaram os terroristas da Al Qaeda com os atentados bacteriológicos. Mas estamos para ver: não ficarão por aqui, as «verdades absolutas» que os tontos «falcões» lusitanos vão ter de engolir à pressa depois de as bradarem aos quatro ventos...

Subsídios

Por falar em tontos, que dizer da nova promessa de Paulo Portas em apresentar «toda a terceira idade de Lisboa» (seja lá isso o que for...) com um «subsídio de saúde anual» no valor de 36 contos, caso «seja eleito» presidente da Câmara Municipal de Lisboa?! Será que, tão cego pela ambição, tão

confundido com os próprios desejos, tão baralhado consigo próprio, Paulo Portas julga que se está a candidatar a primeiro-ministro?

Por amor de Deus! Haja alguém de bom senso, no CDS/PP, que esclareça o líder! É que figuras destas envergonham toda a gente...

Tribunais

Fátima Felgueiras, a presidente PS da Câmara Municipal de Felgueiras que está processada pelo Ministério Público sob graves acusações de corrupção no exercício do cargo, saiu-se há dias com um argumento extraordinário: segundo ela, será o «Tribunal Político» das próximas eleições autárquicas que irá julgar as «questões que estão levantadas!»

Como diz que disse?!... «Tribunal Político»?!... O que é isso? Que foi feito dos tribunais normais num Estado de direito? As acusações de crimes passaram a ser «questões levantadas»? E os crimes propriamente ditos serão agora, simplesmente, «actos políticos» a ser «julgados» em eleições? E, já agora, as eleições passaram a absolver crimes, criminosos ou suspeitos disso desde que elejam os acusados?

Com tal «nova ordem» no país urge, obviamente, legislar no sentido de dar a todos as mesmas oportunidades que para si reivindica Fátima Felgueiras: faça-se, portanto, uma lei que permita a todos os reclusos a cumprir pena por crimes transitados em julgado a oportunidade de concorrerem como candidatos em eleições. Se forem eleitos, não há que enganar: devem ser imediatamente libertos porque, notoriamente, foram absolvidos pelo «Tribunal Político» inventado por Fátima Felgueiras.

Isto só visto...

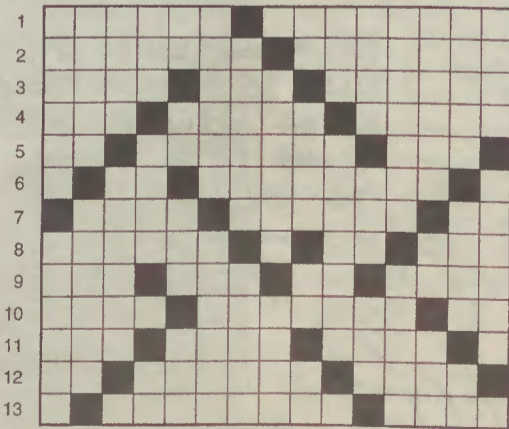
Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - O vento norte; género de labiadas a que pertence o manjerico. 2 - Ave de rapina (pl.); que tem forma de anzol. 3 - Peixe acantopterígio, de corpo raiado; prep. designativa da relação de meio, qualidade, modo, forma, lugar, causa, duração de tempo, continuação, substituição, etc.; vácuo. 4 - Fileira; prejuízo; mau cheiro que sai do estômago, proveniente de indigestão. 5 - Contr. da prep. de com o art. def. o; morrer; espaço de 24 horas. 6 - Interpreta por meio de leitura; assaltar. 7 - Branqueia; qualidade de ser ácido; a si mesmo. 8 - Qualquer animal, objecto, pessoa ou campo usado para fins experimentais; dirigir-se; prep. designativa de falta, exclusão, ausência, condição, excepção. 9 - Altar cristão; mulher que cria criança alheia; amercio (s.q.); qualquer corpo flutuante. 10 - Risonho; muito mau; sétima nota da escala musical. 11 - Escudeiro; feroz; ave parecida com a pomba. 12 - Contr. da prep. de com o art. def. a; governar (o navio); embrulho com forma cilíndrica. 13 - Vozes violentas e confusas; sorriso.

VERTICAIS: 1 - Apaixonado (fam.); silencioso. 2 - Pequena moeda grega que valia um sexto do dracma; doença nervosa que obriga a movimentos convulsivos e frequentes e cujo nome popular é dança de S. Vito. 3 - Prega; dividido em lobos ou lóbulos. 4 - Sétima letra do alfabeto grego correspondente ao e longo dos latinos; barba que se deixa crescer na parte inferior do queixo; contr. do pron. pess. compl. me com o pron. dem. o. 5 - O espaço aéreo; prep. designa diferentes relações, como posse, matéria, lugar, providência, etc.; camareira; dá existência ou forma a. 6 - Desune; unidade de intensidade de corrente eléctrica. 7 - Sono curto (fam.); distraída. 8 - Diz-se do estilo ornamental da época de Luís XV (França), tipificado pela assimetria, caracterizado pelo uso exagerado de floreios e motivos naturalistas (conchas, palmas, etc.) e que sucede ao Barroco; ecoar. 9 - Interj. que exprime admiração, dor, alegria, etc.; pref. de origem latina que significa metade, meio ou quase; aquelas; graceja. 10 - Chiste (fig.); remir. 11 - Magnete natural; possui; causa. 12 - Clareza; bafio. 13 - Dissimular; sozinho; acolá. 14 - Pequena embarcação; cinco mais um; aqueles. 15 - Declamar; demasiado.

SOLUÇÃO DO N.º 2001X37/L.K. [A. de M. M.]
 1 - C7, B4; 2 - Tç4, Ch5; 3 - Tç4 e g.
 1., Ch5; 2. Tç7, Cd6; 3. Tç4+, Rh5;
 4. Cd6, Bè5+; 5. Rh3, Bd6; 6. Tç5+;
 R-; 7. Tç6 e g.
 A. de M. M.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



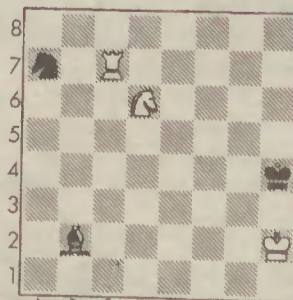
SOLUÇÃO DO N.º 2001X37/L.K. [A. de M. M.]
 1 - C7, B4; 2 - Tç4, Ch5; 3 - Tç4 e g.
 1., Ch5; 2. Tç7, Cd6; 3. Tç4+, Rh5;
 4. Cd6, Bè5+; 5. Rh3, Bd6; 6. Tç5+;
 R-; 7. Tç6 e g.
 A. de M. M.

Xadrez

DCCCXIX - 31 DE OUTUBRO DE 2001
 PROPOSIÇÃO N.º 2001X37

Por: L. Kaiev
 «64», 1934

Pr.: [3]: Ca7 - Bb2 - Rh4
 Br.: [3]: Cd6 - Tç7 - Rh2



Branças jogam e ganham

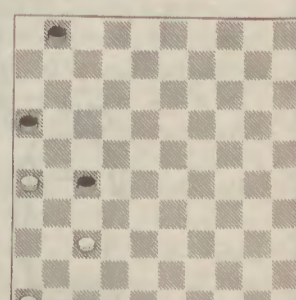
SOLUÇÃO DO N.º 2001D37/L.W. [A. de M. M.]
 1. 46-41, (27-31); 2. 37-32, (31-37);
 3. 26-21, (-); 4. 41x43 +
 1., (1-7); 2. 41-36, (-); 3. 37-31 +
 2., (31-36); 3. 41-37, (-);
 3. 32-28-23-18-12 +
 A. de M. M.

Damas

DCCCXIX - 31 DE OUTUBRO DE 2001
 PROPOSIÇÃO N.º 2001D37

Por: Isidore Weiss
 F, 1934

Pr.: [3]: 1-16-27
 Br.: [3]: 26-37-46



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2001D37/L.W. [A. de M. M.]
 1. 46-41, (27-31); 2. 37-32, (31-37);
 3. 26-21, (-); 4. 41x43 +
 1., (1-7); 2. 41-36, (-); 3. 37-31 +
 2., (31-36); 3. 41-37, (-);
 3. 32-28-23-18-12 +
 A. de M. M.



Debate no Centro de Trabalho de Algués sobre a situação política e social e a situação internacional

Segunda-feira, 5, às 21h,
com a participação do camarada

Albano Nunes

*

Jantar comemorativo do 84.º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

promovido pelo Sector de Transportes
da ORL

Lisboa - CT Vitória,
sexta-feira, 9, às 20h

Com a participação
de **Francisco Lopes**
(Inscrições no CT Vitória)

*

2002

1.º de Maio em Cuba

De 29 de Abril e 11 de Maio 2002

Visitas a Havana, Arroyo
Naranjo, Soroa, Valle Viñalles,
Guamá, Aldeia Taina,
Cienfuegos, Trinidad, Santa
Clara, Remedios e Varadero

Viagem promovida pelo
Direcção da Cidade de Lisboa do PCP
(Inf. e inscrições: cam. César
Roussado, tel. 213307000, ou Centro
de Trabalho Vitória)

*

VIAGEM AO BRASIL EM 2002

Rio de Janeiro - Angra dos Reis
e Cabo Frio - Búzios

5 a 13 de Outubro (data prevista)
promovida pela
Comissão Concelhia de Almada
(Inscrições e informações:
Cam. Artur Cabrita, tel. 212752777)

CDU apresenta candidatos

ALCÁCER DO SAL
Apresentação pública dos candidatos da CDU à Câmara e Assembleia Municipal: na Sociedade 1.º de Janeiro Torranense, sexta-feira, 2, às 21h. Animação musical. Apresentação pública dos candidatos à CM, AM e Assembleias de Freguesia de **Santa Maria do Castelo** e **Santiago**: sábado, 3, às 16h, na Soc. Filarmónica Matos Galamba.

ALCANENA
Almoço-convívio de apoiantes da CDU, com a participação dos candidatos aos órgãos concelhios e ainda de **Luísa Araújo**, da Comissão Política do CC do PCP: domingo, 4, a partir das 13h, na Esc. Secundária de Alcanena.

ALJUSTREL
Sessão de apresentação dos candidatos da CDU na freguesia de **Rio de Moinhos**, com a presença dos candidatos à CM e AM de Aljustrel: dia 4 às 15h. Animação musical.

ALMADA
Encontro de candidatos e activistas: dia 3 às 14h30, no CT concelhio do Pombal.
Apresentação das linhas programáticas da CDU Almada para as eleições de Dezembro: dia 6, no Hotel da Costa de Caparica.
Apresentação do programa eleitoral para a freguesia de **Cacilhas**: dia 9.
Apresentação pública das listas às Assembleias de Freguesia:
- de **Charneca** (Rest. «Chez Danielle», dia 3 às 13h);
- de **Caparica** (no Monte Caparica Atlético Clube, às 16h),
Laranjeiro (CIRL, 15h), **Cova da Piedade** (Casa do Algarve, 16h) - todas no dia 10 de Novembro;
- de **Costa de Caparica** (G.A. Costa, dia 11 às 15h30).

BOMBARRAL
Almoço CDU, com apresentação dos candidatos aos órgãos autárquicos do concelho e a presença de **Odete Santos**: domingo, 4.

CARNAXIDE
Almoço-convívio da CDU no CT do PCP de Carnaxide, seguindo-se uma intervenção sobre a situação política: domingo, 4, às 13h.

GONDOMAR
Magusto-convívio com os candidatos da CDU: na Esc. Sec. de **S. Pedro da Cova** (Alto da Serra), domingo, 4, às 16h

MARINHA GRANDE
Magusto-convívio da CDU, com a participação de **Ruben de Carvalho**: domingo, dia 11.

MONTE-MOR-O-NOVO
Apresentação das listas CDU aos órgãos autárquicos do Concelho e inauguração da Sede da candidatura, na antiga Oficina Magina: às 13h, almoço-convívio (com inscrições, que podem ser feitas pelos tels. 266892238, 914851250 e 965446585) e convívio (aberto a todos) a partir das 15h.

ÓBIDOS
Jantar CDU, com apresentação dos candidatos aos órgãos autárquicos do concelho e a presença de **Rui Fernandes**: sábado, dia 10.

REGUENGOS DE MONSARAZ
Apresentação pública dos candidatos aos órgãos autárquicos do Concelho: sábado, 3, às 17h30, no Solar Monsaraz.

SANTA IRIA DE AZÓIA
Debate sobre o programa eleitoral da CDU para a Freguesia: sexta-feira, dia 2, às 21h, na Escola Básica 2.3 em Pirescoxe, com a presença de candidatos.



Carlos Carvalho em iniciativas da CDU

Terça-feira, 6 de Novembro, no distrito de Setúbal

No BARREIRO

Almoço com membros de Comissões de Trabalhadores, Delegados Sindicais e outros activistas apoiantes da candidatura CDU à autarquia do Barreiro: às 12h30, no restaurante «O Marinho», Rua Calouste Gulbenkian.

Em SETÚBAL

Encontro com apoiantes na sede da candidatura CDU (Av. 22 de Dezembro) às 18h30

Na MOITA

Jantar de apoiantes da candidatura CDU: no salão dos Bombeiros Voluntários da Moita, às 20h30

Quinta-feira, dia 8, em concelhos do Norte de Lisboa

Em TORRES VEDRAS

Almoço de apoiantes da candidatura CDU: às 13h.

Em ALVERCA

Às 16h Carlos Carvalho participa numa «arruada» da CDU no Centro de Alverca

Em VILA FRANCA

Jantar de apoiantes da candidatura CDU: no Centro Social do Bom Sucesso, às 19h30

Em ARRUDA DOS VINHOS

Visita à «Feira das Tasquinhas»: cerca das 22h

SANTO ANTÃO DO TOJAL

Almoço de apresentação da lista à Assembleia de Freguesia: domingo, 4, 13h, no Grupo União Lebrense de candidatos e activistas da CDU: sábado, 3, a partir das 16h, no Centro de Trabalho do PCP.

S. JOÃO DA MADEIRA

Convívio-magusto de candidatos e activistas da CDU: sábado, 3, a partir das 16h, no Centro de Trabalho do PCP.

S. JULIÃO DO TOJAL

Apresentação da lista à Assembleia de Freguesia, com a participação de **Adão Barata** e **Maria Eugénia Coelho**: sábado, 3, a partir das 17h, na sede dos Bombeiros Voluntários do Zambujal.

SANTARÉM

Apresentação pública de todos os candidatos aos órgãos autárquicos do concelho: hoje, dia 31, às 21h30, no Instituto da Juventude.

SANTIAGO DO CACÉM

Grande espectáculo musical de apoio à candidatura de **Vitor Proença** à CM de Santiago do Cacém: sexta-feira, 2, às 21h30, no Salão do Clube Petrolgal em Vila Nova de Santo André. Participam **Valdemar Bastos**, **Paco Bandeira** e **Pedro Jónia** e ainda **Ana Filipe**, **Claudino**, **Joana Guita** e **Carlos Silva**, Grupo Tamarino.

VIALONGA

Contactos com a população da freguesia, com a participação de candidatos locais e municipais: dia 3 a partir das 9h30; encontro de **José Neves** com reformados: dia 11, às 15h30, no CURPIU.

VILA FRANCA DE XIRA

«Saúde e acção social» - debate com a participação de **José Neves** e de outros candidatos, que apresentarão as propostas eleitorais da CDU nesta área: hoje, dia 31, às 21h, na sede concelhia da CDU.

Debate sobre «Participação democrática», com a presença de **Jorge Cordeiro** e **José Neves**: dia 7, às 21h30, na sede da candidatura.

**Passeio
Convívio cultural**
promovido pela Org. da Freguesia da
Ajuda, Lisboa
ALMOÇO DE S. MARTINHO
em SANTARÉM
Domingo, 11 de Novembro
Lisboa-Caldas da Rainha-Rio Maior-
Santarém

(Almoço no restaurante «Ponte d'Asseca»)
Partida de Lisboa às 7h30,
regresso ao fim da tarde
(Contactos: CT da Ajuda-tel. 213645566 e
cam. Boto Fernandes, tel.213901124)

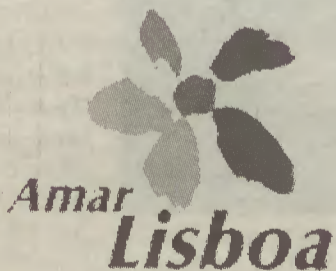
*

Magusto em Alcabideche
promovido pela Com. de Freguesia do PCP
no Centro de Trabalho local
Dia 10 às 16h
(Inscrições até 8.Nov: 214692145)



SINTRA

Encontro
Concelhio
da
Organização
do Ensino
Secundário
Domingo, 4,
a partir das 10 h,
no CT de Rio
de Mouro



Almoço-convívio na Voz do Operário

promovido pela freguesia
de São Vicente de Fora
com a participação dos candidatos
PS-PCP-PEV
na Coligação Amar Lisboa
Domingo, 4, às 13h
(Inscrições: Paula Carvalho,
tel. 218862155)

Juventude CDU

Santarém
Desportos radicais
na Barragem dos Patudos
Para o feriado de 1 de Novembro, a
Juventude CDU de Santarém progra-
mou e organiza uma Tarde de Des-
portos Radicais na Barragem dos
Patudos, em Alpiarça, a partir das 15h.
Rappel, Tirolesa, Slide, Tiro com Arco e
Canoagem são algumas das modalida-
des que podem ser praticadas.

Caldas da Rainha
Almoço no dia 11
Para o dia 11, a proposta da Juventude
das Caldas da Rainha é um almoço de
convívio da CDU, com a presença pro-
metida de **Paulo Raimundo**.

ATVer

Teresa Villaverde Cabral confirmou-se de imediato, com A Idade Maior, uma promissora cineasta

O Dia em que o Mundo Acabou
(Quinta-feira, 1.11.01, RTP-1)

O Dia em que o Mundo Acabou é uma produção de Irwin Allen, que já estivera na origem de um dos mais emblemáticos filmes-catástrofe, *A Torre do Inferno*, um sub-género que granjeou grande popularidade nas décadas de 70/80. Aqui, a realização foi entregue ao competente James Goldstone e o modelo continua o mesmo – uma situação extrema, de perigo concreto e avassalador, que mergulha um grupo de personagens na luta conflituosa pela sobrevivência, no caso um conjunto de turistas instalados no hotel de uma ilha do Pacífico, que são forçados a atravessá-la para escaparem à lava de um vulcão que, entretanto, entrara em avassaladora erupção. Apesar de não dispor da parafernália tecnológica de hoje, a direcção dos efeitos especiais não envergonha e o elenco – de luxo – está muito longe de ser «catastrófico»: Paul Newman, Jacqueline Bisset, William Holden, Ernest Borgnine, etc. Embora hoje seja praticamente uma curiosidade, continua uma boa distracção.

Andrei Rubliov
(Sexta-feira, 2.11.01, RTP-2)

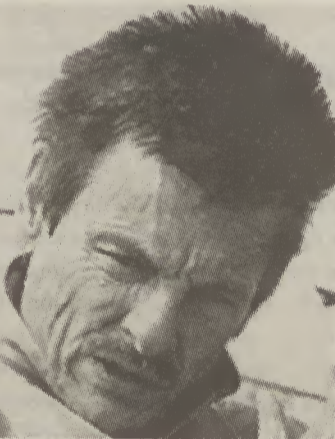
Chamamos a atenção de que esta semana a RTP dedica um pequeno ciclo ao cinema soviético Andrei Tarkovski. Para quinta-feira está programado *A Infância de Ivan* (a primeira longa metragem do realizador), hoje passa Andrei Rubliov, sábado é a vez de *O Espelho* e para domingo está anunciado *Stalker* (que recenseamos mais adiante). Andrei Tarkovski é um dos grandes criadores do cinema soviético e mundial da segunda metade do século XX, autor de uma obra profunda, complexa, repassada de humanismo e questionamento da alma humana, criador de uma plasticidade fulgurante e uma inventiva formal que entronca no grande cinema soviético, mau grado a desconfiança com que foi olhado (e tratado) pelo estalinismo da época. Andrei Rubliov é um dos seus filmes mais conhecidos, onde nos apresenta, em oito episódios e quase oniricamente, a trajectória de um famoso pintor russo de ícones entre os séculos XIV e XV, Andrei Rubliov. Fabulosas, entre outras, as sequências da construção de um sino na Rússia medieval.

A Idade Maior
(Sábado, 2.11.01, RTP-2)

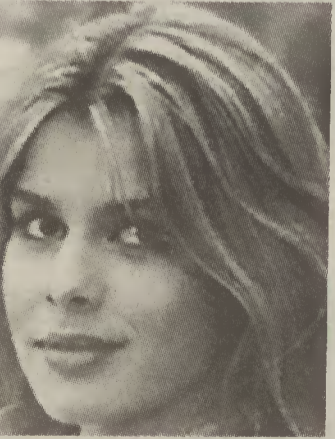
Este foi o filme de estreia de Teresa Villaverde Cabral, afirmando-se de imediato como uma das cineastas portuguesas mais promissoras, o que se foi confirmando com os seus trabalhos posteriores. Partindo de um argumento escrito por ela própria, a jovem realizadora evoca, em *A Idade Maior*, os dolorosos anos da guerra colonial portuguesa, com famílias a degradar-se e a desfazer-se com o vaivém de sucessivas gerações de jovens que a guerra ia estropeando física e/ou emocionalmente, tantas vezes com consequências



Paul Newman dá inesperado saínete a O Dia que o Mundo Acabou, um filme notoriamente afastado do cinema «sério» a que o actor costuma conceder o seu talento...



O brilhante cineasta soviético Andrei Rubliov tem, esta semana, quatro dos seus filmes na RTP-2



Cúmplice à Noite, com Nastassja Kinski e Wesley Snipes: um filme curioso

destruidoras nos reencontros familiares, como é o caso desta história onde um garoto enfrenta o regresso perturbado do pai, chegado da frente de guerra. Boas interpretações de Joaquim de Almeida, Maria de Medeiros, Teresa Roby e, particularmente, do pequeno Ricardo Colares, superiormente dirigido por Teresa Villaverde.

Stalker
(Domingo, 4.11.01, RTP-2)

Sulcando territórios fantásticos e de uma ficção científica muito singular, Andrei Tarkovski assina em *Stalker* uma insólita odisséia de dois homens e um guia (*Stalker*) por uma zona declarada perigosa e, por isso, interdita pelas autoridades. Tudo se passa num país marcado pela desolação industrial e a demanda – qual busca de um bizarro Graal dos tempos modernos – visa atingir um mítico lugar chamado «Sala», situado na «Zona» interdita e onde, supostamente, todos os desejos serão satisfeitos. Filme que se abre à reflexão e constitui, ele próprio, uma alegoria em aberto. Construção cénica impressionante, *mise en scène* rigorosa e um deslumbrante trabalho de imagem, como sempre em Tarkovski.

História Interminável 2
(Domingo, 4.11.01, RTP-2)

Assinalamos esta sequela programada para domingo porque, no panorama do dia, é a única alternativa cinematográfica verdadeiramente adequada aos mais novos. Regressam as incríveis aventuras de Bastian e Atréyú, em assumido «faz de conta» a que os efeitos especiais dão verosimilhança mais ou menos encantatória e... encantadora. Perdeu-se a novidade do primeiro filme, mas o espectáculo continua. Não é isso que importa, afinal de contas?

Cúmplice à Noite
(Domingo, 4.11.01, RTP-1)

Nesta comédia romântica há uma cena que vale o filme: Wesley Snipes – no papel de um negro sofisticado de Los Angeles, publicitário de sucesso – está numa rua de Nova Iorque, à noite, em brincadeiras amorosas com Nastassja Kinski – no papel de uma branca nova-iorquina igualmente sofisticada, pois claro – quando a polícia irrompe e imobiliza violentamente Snipes sem indagar o que se passa, só o libertando quando a «branca» explica que o «negro» é seu namorado, provocando a surpresa e o desprezo grosseiro dos polícias «salvadores». A cena cai com estrondo no fio da narrativa – um caso de adultério protagonizado por uma branca (Kinski) e um negro (Snipes), ambos casados – e «ajuda» os dois adúlteros – culturalmente sofisticados – a regressar aos respectivos reds matrimoniais e... raciais. Um filme curioso.

Quinta, 1

- ▼ RTP 1**
- 07.30 Infantil/Juvenil
 - 09.30 Praça da Alegria
 - 12.00 Pedra sobre Pedra
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.55 Emoções Fortes
 - 15.45 Vidas de Sal
 - 17.15 Privilégio de Amar
 - 18.05 Carita de Anjo
 - 18.55 Quebra-Cabeças
 - 19.35 Regiões
 - 20.00 Telejornal
 - 21.00 A Senhora das Águas
 - 22.00 Paraíso Filmes
 - 22.30 Grande Informação
 - 23.45 Serviço de Urgência
 - 00.45 24 Horas

Sexta, 2

- ▼ RTP 1**
- 07.30 Infantil/Juvenil
 - 09.30 Praça da Alegria
 - 12.00 Pedra sobre Pedra
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.55 Emoções Fortes
 - 15.45 Vidas de Sal
 - 17.15 Privilégio de Amar
 - 18.05 Carita de Anjo
 - 18.55 Quebra-Cabeças
 - 19.35 Regiões
 - 20.00 Telejornal
 - 21.00 A Senhora das Águas
 - 22.00 Segredo de Justiça
 - 23.00 «O Dia em que o Mundo Acabou» (Longa-metragem)
 - 00.50 Histórias da Noite

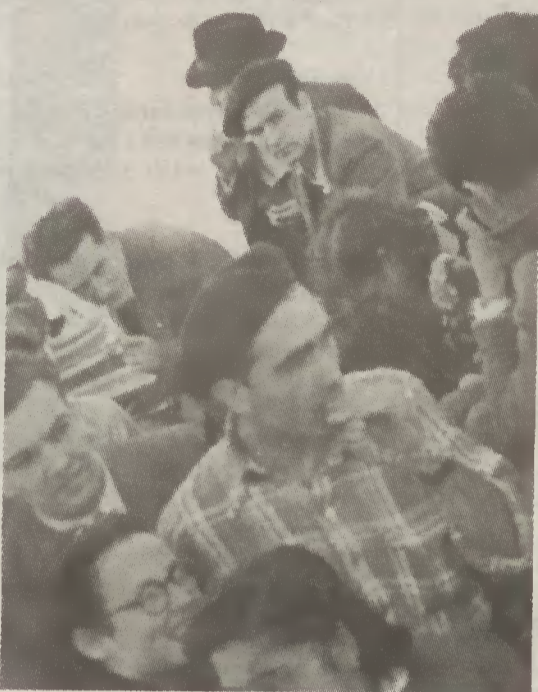
Sábado, 3

- ▼ RTP 1**
- 07.30 Infantil/Juvenil
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 14.00 Top +
 - 15.15 «Sarilhos com as Gêmeas» (Longa-metragem)
 - 17.10 Dança Café
 - 18.15 Senhora das Águas
 - 19.50 Contra-Informação
 - 20.00 Telejornal
 - 21.00 Sábado à Noite
 - 22.10 «Lua de Mel em Las Vegas» (de Andrew Bergman, EUA/1992, com Nicholas Cage, James Caan, Sarah Jessica Parker. Comédia)
 - 24.00 24 Horas
 - 00.20 Máquinas
 - 01.00 «O Cavaleiro do Apocalipse» (Longa-metragem)

- ▼ RTP 2**
- 07.00 Euronews
 - 09.00 Universidade Aberta
 - 12.00 Iniciativa
 - 14.00 Parlamento
 - 15.00 Desporto 2
 - 19.05 «A Idade Maior» (de Teresa Villaverde, Port/1991, com Ricardo Colares, Vincent Gallo, Teresa Roby, Maria de Medeiros, Joaquim de Almeida. Drama)
 - 21.00 Horizontes da Memória
 - 21.30 Bombordo
 - 22.00 Programa não designado
 - 22.30 Jornal 2
 - 23.25 O Lugar da História
 - 00.20 Britcom
 - 01.20 «O Espelho» (de Andrei Tarkovsky, URSS/1974, com Margarita Tereshkova, Ignat Daniltsev. Drama)

- ▼ SIC**
- 08.00 Sic a Abrir
 - 12.00 O Nosso Mundo
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 13.40 Mundo VIP
 - 14.30 Wlatter, o Ranger do Texas
 - 16.15 «Fenómeno» (de John Turteltaub, 1996, com John Travolta, Sean Young. Drama)
 - 18.20 «Soldado Universal – Negócio Inacabado» (de Jeff Woodlough, EUA/1998, com Matt Bataglia. Acção)
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.10 Rex, o Cão Polícia
 - 22.00 O Espírito da Lei
 - 00.30 «TNT» (de Robert Radler, EUA/1997, com Eric Roberts. Acção)
 - 02.15 Os 7 Magníficos

- ▼ TVI**
- 08.30 Top Rock
 - 12.00 Big Brother



Redol evocado na RTP2 – sexta-feira às 14h

- 01.15 «Jennifer, a Babysitter» (de Guy Ferland, EUA/1995, com Alicia Silverston. Drama)

- 01.20 24 Horas
- 01.50 «Feras Humanas» (Longa-metragem)

- ▼ RTP 2**
- 07.00 Hora Viva
 - 09.45 Euronews
 - 12.00 Espaço Infantil-Juvenil
 - 14.00 Serviço Público
 - 15.00 Portugalmente
 - 15.30 Desporto – Basquetebol
 - 17.15 Informação Gestual
 - 18.30 Informação Religiosa
 - 19.00 Horizontes da Memória
 - 19.30 Clube da Europa
 - 20.00 EXD Magazine
 - 20.30 Completamente Doido
 - 20.55 2010
 - 22.00 Acontece
 - 22.30 Jornal 2
 - 23.20 História do Jazz (7)
 - 00.10 «A Infância de Ivan» (de Andrei Tarkovsky, URSS/1962, com Kolya Burlaev, Valentin Zubkov. Guerra)

- ▼ RTP 2**
- 07.00 Hora Viva
 - 09.45 Euronews
 - 12.00 Espaço Infantil-Juvenil
 - 14.00 Retratos: «Alves Redol»
 - 15.00 Portugalmente
 - 15.30 Euronews
 - 17.00 Informação Gestual
 - 18.30 Informação Religiosa
 - 19.00 Pontos de Fuga
 - 19.30 Shakespeare, uma Análise Crítica (2)
 - 20.00 EXD Magazine
 - 20.30 Completamente Doido
 - 20.55 Eseândalos
 - 22.00 Acontece
 - 22.30 Jornal 2
 - 23.25 «Andrei Rubliov» (de Andrei Tarkovsky, URSS/1966, com Anatoly Solonitsyn, Ivan Lapikov. Drama)
 - 02.35 Por Outro Lado

- ▼ SIC**
- 08.00 Buérré
 - 12.00 Malucos do Riso
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 «Ace Ventura, Detective Animal»
 - 15.45 «Não Acordem o Rato Adormecido»
 - 17.45 «G.I. Jane – Até ao Limite» (de Ridley Scott, EUA/1997, com Demi Moore, Anne Brancroft, Vigo Mortensen. Acção)
 - 17.10 Um Anjo Caiu do Céu
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.00 As Filhas da Mãe
 - 22.00 Porto dos Milagres
 - 23.15 Dona Flor e Seus Dois Maridos
 - 02.25 Jerry Springer Show
 - 03.05 Os Sete Magníficos

- ▼ SIC**
- 08.00 Buérré
 - 10.00 SIC 10 Horas
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.15 A Próxima Vítima
 - 15.25 A Viagem
 - 16.35 New Wave
 - 17.10 Um Anjo Caiu do Céu
 - 18.20 A Padroeira
 - 19.10 Ganância
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.00 As Filhas da Mãe
 - 22.15 Porto dos Milagres
 - 23.15 Dona Flor e Seus Dois Maridos
 - 00.15 Noites Marcianas
 - 02.25 Jerry Springer Show
 - 02.15 Espaço Cinema

- ▼ TVI**
- 08.30 Animação infantil
 - 11.00 Missa
 - 12.20 Filha do Mar
 - 13.00 TVI Jornal
 - 14.40 «Macaco à Solta, Pânico no Hotel» (de Ken Kwapis, EUA-Can/1996, com Jason Alexander, Faye Dunaway, Rupert Everett. Comédia)
 - 16.40 «A Bela e o Ditador» (de Ken Kwapis, EUA/1997, com Fran Drescher, Timothy Dalton. Comédia)
 - 19.00 Anjo Selvagem
 - 20.00 Jornal Nacional
 - 21.00 Filha do Mar
 - 22.00 Nunca Diga Adens
 - 23.00 Big Brother
 - 00.20 «Manobras na Casa Branca» (de Barry Levinson, EUA/1997, com Dustin Hoffman, Robert De Niro, Anne Heche. Comédia)
 - 03.30 Os Segredos de Verónica

- ▼ TVI**
- 08.30 Animação Infantil
 - 11.30 Big Brother
 - 13.00 TVI Jornal
 - 14.40 Dona Anja
 - 15.30 Chiquititas
 - 16.15 Animação Juvenil
 - 19.00 Anjo Selvagem
 - 20.00 Jornal Nacional
 - 21.00 Filha do Mar
 - 22.00 Nunca Diga Adens
 - 23.00 Big Brother
 - 00.20 «Calma de Morte» (de Phillip Noyce, EUA/1989, com Sam Neill, Nicole Kidman, Billy Zane. «Thriller»)
 - 02.20 Os Segredos de Verónica



«História do Jazz» chega aos anos 40 e à II Guerra, que contribui para revelar novos músicos, novas formações e atrai novos públicos (hoje, RTP2)

- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 Contra-Ataque
- 15.00 «Libertem Willy II» (de Dwight H. Little, EUA/1995. Aventura)
- 17.00 «Um Casamento Quase Perfeito» (de Franck Coraci, EUA/1998, com Adam Sandler, Drew Barrymore. Comédia)
- 19.00 Anjo Selvagem
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 Super Pai
- 22.00 Survivor
- 24.00 «A Última Dança» (de Bruce Beresford, EUA/1996, com Sharon Stone, Rob Morrow, Randy Quaid, Peter Gallagher. Drama)
- 02.00 «Tratado de Traição» (de James Becker, EUA/1993, com Linda Purl, Ali MacGraw. «Thriller»)

Domingo, 4

✔ RTP 1

07.30 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Made in Portugal
15.15 «O Micro-herói» (de Joe Dante, EUA/1987, com Dennis Quaid, Martin Short, Meg Ryan. *Ficção Científica*)
17.30 Imagens
18.00 Domingo Desportivo
18.55 Futebol: F.C. Porto-U.Leiria
21.00 Telejornal
22.10 O Sabotador
23.10 «Julgada pela Comunicação Social» (Longa-metragem)

Segunda, 5

✔ RTP 1

07.30 Hora Viva
09.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Pedra sobre Pedra
15.10 Emoções Fortes
17.00 Quebra Cabeças
17.40 Privilégio de Amar
18.30 Vidas de Sal
19.30 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Sorte Grande
21.30 A Senhora das Águas
22.30 Jogo Falado
24.00 Bull
01.00 24 Horas
01.25 «Sair pela Porta Grande» (de Jim Doyle, R.Unido/2000, com Bernard Hill, Neil Fitzmaurice. *Policial*)

✔ RTP 2

07.00 Espaço Infantil-Juvenil
13.00 Universidade Aberta
13.30 O Lugar da História
14.30 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Programa não designado
19.30 A Ciência do Segredo
20.00 EXD
20.30 Completamente Doido
20.55 Jack and Jill
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.25 Os Sopranos
00.30 Allies at War

✔ SIC

08.00 Buêréré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.00 A Viagem
16.15 Malhação
17.15 A Padroeira
18.00 New Wave
19.00 Ganância
20.00 Jornal da Noite
21.00 As Filhas da Mãe
22.15 Porto dos Milagres
23.15 Dona Flor e Seus Dois Maridos
00.15 Noites Marcianas
02.25 Jerry Springer Show

✔ TVI

08.30 Animação Infantil
11.30 Big Brother
12.00 Nunca Digas Adeus
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother
16.00 Mundo de Fantasia
18.00 Big Brother
18.20 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Anjo Selvagem
21.30 Filha do Mar
22.30 Nunca Digas Adeus
23.30 Big Brother
00.40 Ficheiros Secretos
02.30 «Lanças Fatais» (de M. Winterbottom, R.Unido/1998, com Rachel Weisz. *Erótico*)

Uma pequena série dedicada a Shakespeare (o 2.º episódio é transmitido sexta-feira na RTP2)

01.00 24 Horas
01.20 «Um Crime sem Mácula» (de Roxanne Messina Capor, EUA/1998, com Roxana Zal, Perry King. *Suspense*)

✔ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso
10.30 Missa
11.30 Horizontes de Memória
12.00 Verdadeiramente Insólito
12.30 Palácio de Cristal
13.30 «Quem Sai aos Sens»
14.00 Desporto 2
18.15 Amazónia, Último Aviso
19.15 Onda Curta
19.45 Oh Baby
20.30 Artes e Letras (Arquitectos - Claude Parent)
21.30 In a Land of Plenty
22.30 Jornal 2
23.25 Travessa do Cotovelo
00.30 «Stalker» (de Andrei Tarkovsky, URSS/1979, Alexander Kaidanovsky. *Ficção Científica*)
03.30 2010

✔ SIC

08.00 SIC a Abrir
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «As Pequenas Feras» (Mark Griffiths, 1990, com Gregory Harrison, Heidi Noelle Lenhart. *Comédia*)
15.55 «Os Três Mosqueteiros» (de Stephen Herek, 1993, com Charlie Sheen, Kiefer Sutherland, Chris O'Donnell, Rebecca de Mornay. *Aventuras*)
17.50 «O Regresso de Henry» (de Mike Nichols, EUA/1991, com Harrison Ford, Annette Bening. *Drama*)
20.00 Jornal da Noite
21.30 A Minha Família É uma Animação
22.30 Herman SIC
24.00 «Dose Dupla» (Longa-metragem. *Ação*)
02.20 Os Sete Magníficos
03.20 Portugal Radical

✔ TVI

08.30 Animação
10.00 Cerimónias Religiosas
13.00 TVI Jornal
13.45 Lux
15.00 «To Live For» (de Michael Schultz, EUA/1999, com Nancy Travis. *Drama*)
17.00 «Feita por Encomenda» (de Ricahr Benjamin, EUA/1993, com Whoopi Goldberg, Ted Danson, Will Smith. *Comédia*)
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.30 Bora Lá, Marina
22.15 Filha do Mar
23.15 Nunca Digas Adeus
00.15 Big Brother
00.45 «O Sal da Nossa Pele» (de Andrew Birkin Rodney McDonald, EUA/1992, com Greta Scacchi, Vicent D'Onofrio. *Drama*)

Terça, 6

✔ RTP 1

07.30 Hora Viva
09.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Pedra sobre Pedra
15.10 Emoções Fortes
17.00 Quebra Cabeças
17.40 Privilégio de Amar
18.30 Vidas de Sal
19.30 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 A Senhora das Águas
22.00 «Código de Morte»
23.30 Segredo de Justiça
00.30 24 Horas
00.50 «Simplesmente Garotas» (de Gerald Thomas, R.Unido/1973, com Sidney James. *Comédia*)

✔ RTP 2

07.00 Espaço Infantil-Juvenil
13.00 Travessa do Cotovelo
14.00 Portugalmente
14.30 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Bombordo
19.30 Turma das Ciências
20.00 EXD
20.30 Completamente Doido
20.55 Por Outro Lado
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.25 Artes de Palco - Teatro: «O Magnífico Reitor»
01.00 O Legado

✔ SIC

08.00 Buêréré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.00 A Viagem
16.15 Malhação
17.15 A Padroeira
18.00 New Wave
19.00 Ganância
20.00 Jornal da Noite
21.00 As Filhas da Mãe
22.15 Porto dos Milagres
23.15 Dona Flor e Seus Dois Maridos
00.15 Noites Marcianas
02.25 Jerry Springer Show

✔ TVI

08.30 Animação Infantil
11.30 Big Brother
12.00 Nunca Digas Adeus
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother
16.00 Mundo de Fantasia
18.00 Big Brother
18.20 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Anjo Selvagem
21.30 Filha do Mar
22.30 Big Brother
02.20 A Juíza
03.20 «Jet, o Cavalo Negro» (de David Hemmings, EUA/1992, com Ed Begley, Mimi Rogers. *Drama*)

Quarta, 7

✔ RTP 1

07.30 Hora Viva
09.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Pedra sobre Pedra
15.10 Emoções Fortes
17.00 Quebra Cabeças
17.40 Privilégio de Amar
18.30 Vidas de Sal
19.30 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 A Senhora das Águas
22.00 «Elizabeth» (de Shekhar Kapur, R.Unido/1998, com Cate Blanchett, Liz Gilles. *Histórico*)
00.15 Andrómeda
01.15 24 Horas
01.35 «Mesmer» (de Roger Spottiswoode, Vários/1994, com Alan Rickman, Amanda Ooms. *Drama*)

✔ RTP 2

07.00 Espaço Infantil-Juvenil
13.00 Por Outro Lado
14.00 Portugalmente
14.30 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Bombordo
19.30 Turma das Ciências
20.00 EXD
20.30 Completamente Doido
20.55 Por Outro Lado
22.00 Hóquei em Patins: Porto-Benfica
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.25 Serviço Público
00.20 Sinais do Tempo
01.10 Onda Curta Especial

✔ SIC

08.00 Buêréré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.00 A Viagem
16.15 Malhação
17.15 A Padroeira
18.00 New Wave
19.00 Ganância
20.00 Jornal da Noite
21.00 As Filhas da Mãe
22.15 Porto dos Milagres
23.15 Dona Flor e Seus Dois Maridos
00.15 Noites Marcianas
02.25 Jerry Springer Show

✔ TVI

08.30 Animação Infantil
11.30 Big Brother
12.00 Nunca Digas Adeus
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother
16.00 Mundo de Fantasia
18.00 Big Brother
18.20 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Anjo Selvagem
21.30 Filha do Mar
22.30 Big Brother
02.20 A Juíza
03.20 «Jet, o Cavalo Negro» (de David Hemmings, EUA/1992, com Ed Begley, Mimi Rogers. *Drama*)

19.00 Ganância
20.00 Jornal da Noite
21.00 As Filhas da Mãe
22.15 Porto dos Milagres
23.15 Dona Flor e Seus Dois Maridos
00.15 Noites Marcianas
02.25 Jerry Springer Show

✔ TVI

08.30 Animação Infantil
11.30 Big Brother
12.00 Nunca Digas Adeus
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother
16.00 Mundo de Fantasia
18.00 Big Brother
18.20 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Anjo Selvagem
21.30 Filha do Mar
22.30 Nunca Digas Adeus
23.30 Big Brother
00.40 Causa Justa
02.30 «Traição e Vingança» (de Ranha Bharadwaj, EUA/1997, com Christian Slater. *Ação*)

Rui Mendes, encenador de *O Magnífico Reitor*, que a RTP2 transmite na terça-feira

TVisto
• Correia da Fonseca

Ver, ouvir e calar?

É sobretudo, questão de não desistirmos: nem é preciso

procurar muito para encontrar no televisor imagens dos «danos colaterais» que a ofensiva aérea contra o Afeganistão tem vindo a produzir, e também das violências praticadas por israelitas, militares ou colonos, sobre as populações palestianas. Deixemos estas, porém, ao menos por agora, e falemos dos «colaterais». Nem vale a pena insistir na macabra ironia que a expressão contém, mesmo quando utilizada com a sinistra boa-fé suposta dos comunicados USA. Mas valerá notar que, pelo menos no caso do Afeganistão e do proclamado combate ao terrorismo, a fórmula implica qualquer coisa cuja ausência começa a notar-se



muito. É que dizer que um dano é colateral presume a existência de outros danos que seriam centrais relativamente ao objectivo assumido que é, já se sabe, a eliminação do terrorismo e a entrega de bin Laden. E há, na verdade, algum sinal credível de que este objectivo esteja mais perto da consecução? Não há. Quando muito, vem o Georjinho Bush dizer que as estruturas militares afegãs vêm sendo destruídas, mas não só aquilo tresanda ao que os brasileiros chamam «conversa para boi dormir» como, com o tempo que os bombardeamentos já levam e o poder militar desencadeado, começa a parecer que o poder militar dos taliban é equiparável ao de uma grande potência, o que é improvável. E de tudo isto começa a emergir aos olhos do telespectador que não seja muito distraído (ou que não o queira ser, que também os há e não são poucos) que os States se enganaram: que não era assim. Embora, isso é verdade, esta queima de fogo de artifício assassino possa ter a preciosa utilidade de escoar «stocks» da produção bélica norte-americana. Lembro-me, a propósito, de que nos dias seguintes ao 11 de Setembro as bolsas subiram, desmentindo algumas apreensões, e digo-me que por alguma razão há-de ter sido assim.

Um outro terrorismo

Entretanto, bem sei que escrever isto, que está longe de ser tudo o

que acerca do assunto é possível escrever com verdade e entendimento, é um risco não-irrelevante: é que há por aí muitos cavalheiros com superlativa formação cívico-atlântica e fácil acesso a colunas de jornais importantes mobilizados para levarem muito a mal que quem vê televisão com olhos de ver e ouve o que lá se diz com orelhas de ouvir pense pela cabeça própria e não pela cabeça de George W. Bush, o presidente dos Estados Unidos sabe God como. Já estivemos muito mais longe de ler ou de ouvir que quem lamente o tristíssimo destino das paupérrimas populações afegãs está feito com os terroristas, sendo certo, em rigor, que já vamos assistindo a coisas piores, tais como a falsificação descarada mas nada inocente de frases proferidas ou escritas por cidadãos que, sendo comunistas ou pelo menos tendo o ar de o serem, estão desde logo incursos no pecado de integrarem as listas negras dos suspeitos do costume. Adivinha-se que os que lhes vale, a esses que um brilhante articulista já apelidou de «quinta coluna», é vivermos em democracia. Adivinhando-se suplementarmente e sem grande custo que os que lhes vale agora pode não lhes valer sempre, pelo que mais valerá que se cale e se afastem, respeitosos e integralmente atlânticos, para deixarem passar em toda a sua eficácia as versões oficiais, oficiosas ou delas directamente decorrentes.

Para falar com franqueza, isto tem um nome: terrorismo ideológico na área da guerra da propaganda que é também, é claro, a propaganda da guerra. Já por mais de uma vez foi citada nas últimas semanas uma frase que afirma ser a verdade a primeira vítima de uma qualquer guerra. Estou capaz de me atrever a acrescentar que a par da verdade está também a liberdade, designadamente na sua forma de liberdade de expressão. Os altos interesses do Ocidente em geral e, de um modo mais específico, dos Estados Unidos, ainda não puderam impor formalmente a censura, pelo menos na sua modalidade mais directa e franca. Porém, como já se vê, alguns espíritos muito clarividentes e insofridos vão desde já fazendo o que podem: apontando o dedo aos desavergonhados que, embora reiteradamente condenando o terrorismo em geral e os actos de 11 de Setembro em particular, ousam, por exemplo, sustentar que o terrorismo tem causas e que essas causas não se erradicam matando os civis afegãos ou, em melhor hipótese, destruindo instalações já vasias de terroristas, se é que alguma vez já estiveram, porque nada indicam que os terroristas sejam parvos. Ao mesmo tempo, esses excelentes democratas aproveitam a boleia para voltarem a uma prática antiga: tentarem intimidar os que se atrevem a pensar alto, disparando sobre eles a implícita acusação de serem «traidores». Bem me lembro do método. Tal como me lembro de acreditar, um dia, que ele não haveria de voltar.

Nota:
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

A talhe de foice

• Anabela Fino

Por este andar...

O ataque ao Afeganistão entrou na quarta semana e o mínimo que se pode dizer é que, excepção feita à indústria militar e a uns quantos abutres que vão engordando com as desgraças dos outros, tudo está pior do que antes.

No país dos talibãs, a devastação dos bombardeamentos anglo-saxónicos somou-se à devastação de décadas de guerra e obscurantismo; milhões de pessoas em luta pela sobrevivência seguem o caminho antes trilhado por outros milhões à procura de refúgio, sem que se distinga a diferença entre os que fugiram do terror talibã e os que fogem da 'salvação' americana. A fome junta-se à fome, o sofrimento ao sofrimento, o desespero ao desespero, lá onde ao que pouco ou nada havia se acrescentou agora o colorido das bombas de fragmentação, tão idêntico ao da 'ajuda humanitária' que ao tentar matar a fome gente de todas as idades agarra com as próprias mãos a mina que lhe rouba a vida ou mutila para sempre.

Nos países vizinhos, com particular destaque para o Paquistão, ódios antigos ganham força alimentados pelas bombas americanas, que mais do que a morte representam a humilhação de povos e culturas que na sua suprema arrogância o Ocidente pretende destruir.

Nos EUA, onde ainda não se quer admitir o facto de a administração Bush poder estar a envolver-se num beco sem saída, o pânico instalou-se com a difusão do antraz cuja origem, afinal, parece estar nos próprios EUA. E enquanto os atónitos norte-americanos vão ouvindo o seu secretário da Defesa, Donald Rumsfeld, admitir ser «possível» que Ben Laden, o terrorista que Bush queria «vivo ou morto», possa escapar, enquanto isso sucede, dizíamos, o país das liberdades vai sacrificando no altar da segurança alguns dos seus mais emblemáticos valores. Criticar o regime (nem que seja ao telefone com amigos), navegar na Internet por sítios hostis, ter um tom de pele mais escuro ou falar com sotaque parece ser quanto basta para transformar um cidadão num «suspeito», metê-lo na prisão para interrogatório sem culpa formada, torturá-lo se preciso for, vasculhar a sua vida, fichá-lo para sempre, fazer-lhe a vida num inferno. Dando a Bush poderes de ditador para alegadamente salvar a democracia, a América parece não ter ainda percebido estar a alimentar o monstro que a pode devorar.

Na velha Europa, por arrastamento e oportunismo de governos antipopulares, as teses da segurança e do combate ao terrorismo vão também ganhando terreno a caminho da (cada vez mais) democracia vigiada.

Como se tudo isto fora pouco, os 'amigos' americanos querem mais. Num delírio que toca as raías da paranóia, o Pentágono pôs a circular na Internet um anúncio à procura de inventos. Quem se julgue capaz de inventar um «sistema que detecte a presença de inimigos» ou «que descubra instrumentos de guerra química e bacteriológica antes de que possam ser utilizados», que saiba criar uma base de dados capaz de perceber condutas suspeitas, ou uma forma de descobrir esconderijos subterrâneos, ou um sistema de vídeo para seguir permanentemente alguém, ou o mais que a imaginação possa conceber, quem se julgue capaz disso não tem mais do que responder até 23 de Dezembro aos senhores da guerra norte-americanos. O dinheiro não é problema. Por este andar, o Natal deste ano promete ser animado. O pior pode ser a ressaca do ano novo.

Para levar a luta a Sampaio com quilómetros de solidariedade

Marcha dos vidreiros

Desde segunda-feira de manhã, até ontem à tarde, trabalhadores da Mortensen e da Mandata e dirigentes do STIV/CGTP fizeram quase 300 quilómetros, com diversos troços percorridos a pé. A luta não ficará por aqui, garantiram.

Representantes dos vidreiros da Mandata e da Mortensen, da Marinha Grande, confluíram ontem, junto do Palácio de Belém, uma marcha que teve por objectivo reclamar uma intervenção do Presidente da República que impeça a falência das duas fábricas.

A jornada começou segunda-feira de manhã, com um percurso a pé que levou mais de cinco dezenas de vidreiros desde o centro da cidade até à localidade da Moita, a cinco quilómetros. Os percursos a pé, para sensibilizar a população, incluíram Caldas da Rainha e Vila Franca de Xira, no primeiro dia. Particularmente tocantes, pelas expressões de e solidariedade, foram as passagens junto a empresas da corda de Vila Franca, com destaque para a concentração frente à Covina. «As pessoas estão a aderir e muitos trabalhadores de outras empresas mostraram estar solidários com os nossos problemas e a nossa luta», afirmava à Agência Lusa,

ainda na segunda-feira à tarde, Manuel Neto, do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira.

A inquietação atinge directamente cerca de 400 trabalhadores

Já em Lisboa, estava prevista uma deslocação a pé desde a Praça do Comércio até à Praça da Figueira, seguida de novo desfile, da Rua da Junqueira até Belém.



Continuar a luta e alargar o movimento de solidariedade é o caminho mais seguro para impedir o alastramento do desemprego e garantir o futuro das empresas e o pão de quem nelas trabalha

Manifestação contra a guerra

No momento do fecho da nossa edição iniciava-se, no Largo Camões, em Lisboa, uma concentração «contra a guerra e o terrorismo, pela paz e a amizade entre os povos», seguida de desfile até à Praça da Figueira.

Promovida pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação, a Associação de Amizade Portugal-Cuba, a Confederação Nacional da Agricultura, a CGTP e outras estruturas do movi-

mento sindical unitário, o Movimento Democrático de Mulheres, a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, a Frente Anti-Racista, o SOS Racismo e outras organizações não partidárias, a manifestação pretendeu afirmar que «a guerra não é solução para enfrentar o problema do terrorismo, que inequivocamente repudiamos».

O apelo das estruturas

promotoras defende que tal combate deve caber no âmbito da ONU, recordando que a filosofia desta «é permitir que os problemas existentes se resolvam por meios políticos, em detrimento dos meios militares». No documento incitava-se a opinião pública a «defender o bem supremo da humanidade, a paz e a amizade entre os povos», «contra a guerra, o terrorismo, a xenofobia e o racismo».

O STIV/CGTP mostrou-se preocupado com a possibilidade da administração da Mandata desligar hoje os fornos, o representaria «a morte da empresa».

O STIV reclama uma intervenção do Governo nas duas unidades fabris, através de linhas de crédito especiais ou de investimentos de empresas de capitais de risco, de maioria estatal. Na Mortensen, os operários estão sem receber há quatro meses, enquanto na Mandata parte do salário deste mês ainda não foi pago.

O sindicato reafirmou que continuará a apoiar os traba-

lhadores numa «apertada vigilância» às instalações da Mortensen, lembrando que foi a intervenção sindical que permitiu que fossem pagos os salários de Junho e que, desde então, a empresa não tem cumprido as obrigações que assume perante os trabalhadores, nem as instruções do Tribunal para pagar as indemnizações aos despedidos. «Para onde foi o dinheiro gerado desde o princípio de Junho até meados de Setembro», perguntou o STIV em conferência de imprensa.

Nestes dias, trabalhadores de ambas as empresas têm permanecido «acampados» na Praça Stephens e têm levado a cabo várias acções de protesto, para além dos contactos oficiais desenvolvidos pelo sindicato. Por estes não terem dado resultados concretos — nomeadamente os que foram realizados, com deslocações a Lisboa, junto do Ministério da Economia e do primeiro-ministro —, foi decidido recorrer ao Presidente da República.

Contra mais taxas na banca

No próximo dia 8, junto da agência do Banco Espírito Santo na esquina do Rossio e da Rua Augusta, uma comissão de utentes da banca vai levar a cabo, durante uma hora, uma acção de protesto contra a aplicação de taxas pela utilização das caixas Multibanco. Em nota divulgada anteontem, a comissão informa as preocupações que levaram à sua constituição e diz que irá apelar aos clientes do BES para que, em vez de utilizarem as caixas ATM, se dirijam ao balcão para realizar as mais diversas operações.

A comissão recorda que a banca vem a aumentar os seus elevados lucros, «à custa dos clientes dos bancos», que pagam uma anuidade pelos cartões, pagam custos de manutenção das contas, são alvejados com publicidade e ainda pagam como clientes das entidades que possibilitam pagamentos através do Multibanco. O BES foi escolhido por ter sido o primeiro banco a anunciar a intenção de aplicar taxas.

